

ISSN 1646 - 6195

VOLUME 10

ANO 2015

LINGUÍSTICA

REVISTA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

CENTRO DE LINGUÍSTICA
DA UNIVERSIDADE DO
PORTO

FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DO
PORTO

LINGUÍSTICA

REVISTA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Diretora:

Ana Maria Brito (Universidade do Porto)

Secretariado Editorial:

Maria da Graça Lisboa Castro Pinto (Universidade do Porto)

Fátima Oliveira (Universidade do Porto)

João Veloso (Universidade do Porto)

António Leal (Universidade do Porto)

Conselho Científico:

Alexandra Guedes Pinto (Universidade do Porto)

Alexandra Soares Rodrigues (Instituto Politécnico de Bragança)

Álvaro Iriarte (Universidade do Minho)

Anabela Gonçalves (Universidade de Lisboa)

Ana Cristina Macário Lopes (Universidade de Coimbra)

Ana Maria Martins (Universidade de Lisboa)

Antónia Coutinho (Universidade Nova de Lisboa)

António Leal (Universidade do Porto)

Augusto Soares da Silva (Universidade Católica)

Belinda Maia (Universidade do Porto)

Carmen Matzenauer (Universidade Católica de Pelotas, Rio Grande do Sul)

Celeste Rodrigues (Universidade de Lisboa)

Clarinda Azevedo Maia (Universidade de Coimbra)

Claudia Brescancini (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre)

Cristina Martins (Universidade de Coimbra)

Fátima Henriques da Silva (Universidade do Porto)

Fátima Oliveira (Universidade do Porto)

Fernanda Irene Fonseca (Universidade do Porto)

Francisco Lacerda (Universidade de Estocolmo)

Gabriela Matos (Universidade de Lisboa)

Georges Kleiber (Universidade de Strasbourg)

Gerd Wotjak (Universidade de Leipzig)

Gianpaolo Salvi (Universidade Eötvös Loránd, Budapeste)

Graça Rio-Torto (Universidade de Coimbra)

Ignacio Bosque (Universidade Complutense de Madrid)

Ildikó Szijj (Universidade Eötvös Loránd, Budapeste)

Inês Duarte (Universidade de Lisboa)

Isabel Galhano Rodrigues (Universidade do Porto)

Isabel Margarida Duarte (Universidade do Porto)

Isabel Pereira (Universidade de Coimbra)

Jean-Pierre Angoujard (Université de Nantes)

João Costa (Universidade Nova de Lisboa)

João Paulo Silvestre (Universidade de Lisboa)

Joaquim Brandão de Carvalho (Universidade de Paris 8)

Krista Varantola (Universidade de Tampere)

Lluís Payrató (Universidade de Barcelona)

Luís Filipe Cunha (Universidade do Porto)

Maria Clara Barros (Universidade do Porto)

Maria da Graça Lisboa Castro Pinto (Universidade do Porto)

Maria Helena Mateus (Universidade de Lisboa)

Maria Helena Paiva (Universidade do Porto)

Maria João Freitas (Universidade de Lisboa)

Marina Vigário (Universidade de Lisboa)

Norval Smith (Universidade de Amsterdão)

Olívia Figueiredo (Universidade do Porto)

Petra Sleeman (Universidade de Amsterdão)

Purificação Silvano (Universidade do Porto)

Rogério Ponce de León Romeo (Universidade do Porto)

Rui Sousa Silva (Universidade do Porto)

Sónia Frota (Universidade de Lisboa)

Telmo Mória (Universidade de Lisboa)

Telmo Verdelho (Universidade de Aveiro)

Thomas Hüsgen (Universidade do Porto)

Tjerk Hagemeier (Universidade de Lisboa)

Tony Berber Sardinha (Pontifícia Universidade Católica de Sao Paulo)

Violeta Demonte (Universidade Autónoma de Madrid)

LINGUÍSTICA

REVISTA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

VOL. 10, 2015

FICHA TÉCNICA

Linguística
Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto
Vol. 10, 2015

ISSN: 1646-6195

Periodicidade: Anual

Diretora:
Ana Maria Brito

Editores:
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
e Centro de Linguística da Universidade do Porto

Capa:
José Osswald

Impressão e acabamentos:
Invulgar - Artes Gráficas

Depósito Legal:
248653/06

Tiragem:
200 Exemplares

Os artigos publicados estão sujeitos a "peer review".
A direção não é responsável pelo conteúdo dos artigos e recensões.

Esta edição foi financiada por:
Universidade do Porto e Centro de Linguística da Universidade do Porto

A Revista está registada no DOAJ e Latindex e está indexada na base de dados Fonte Académica.

<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id191&sum=sim>

SUMÁRIO

Espaço da direção.....	5
Artigos	
Functional verbs in Gungbe: the case of inherent complement verbs <i>Enoch O. Aboh</i>	9
Quantas sílabas tem “cháv(e)na”? Sobre o impacto dos apagamentos vocalícos na segmentação silábica de crianças no ensino pré-escolar <i>Maria João Freitas, Catarina Afonso, Adelina Castelo</i>	31
O modelo BiPhon e a fonologização de traços e segmentos na aquisição da linguagem <i>Carmen Lúcia Barreto Matzenauer</i>	59
<i>Quem é que faz uma coisa destas?</i> - Estratégias de ratificação de enunciados narrativos produzidos em situação de interação oral <i>Armindo J. B. de Moraes</i>	85
«Os possessivos estão-me a complicar o ensino»:-) Um estudo do dativo possessivo em português baseado em corpos <i>Diana Santos</i>	107
Infinitival <i>before</i> and <i>after</i> -clauses in European Portuguese: temporal and aspectual properties <i>Purificação Silvano, Luís Filipe Cunha</i>	131
Outros	
<i>Sobre Is The Man Who Is Tall Happy?</i> (Michel Gondry, França, 2013) e uma entrevista de Juan e Paulo Branco a Noam Chomsky <i>João Veloso</i>	149

Recensões

I.R.Seabra (dir. e coord.) <i>Cortesia: Olhares e (Re)Invenções</i> <i>Hanna Batoréo</i>	167
J. S. Bessa Neves. <i>Corre Voz no jornalismo do início do século XIX.</i> Estudo semântico enunciativo do <i>Correio Braziliense</i> e da <i>Gazeta de Lisboa.</i> <i>Isabel Margarida Duarte</i>	175

Espaço da direção

Se para um cantor "10 anos é muito tempo, muitos dias, muitas horas a cantar" (Paulo de Carvalho), para uma revista científica, embora constitua um marco importante, 10 anos é apenas o início da afirmação da sua implantação na área.

Estamos a assistir a uma mudança de paradigma de publicação, com o avanço das novas tecnologias, que permitem com facilidade o acesso à informação e a textos científicos *online*.

Abraçando estes novos desafios, mas mantendo o seu formato, é desejo da direção de *Linguística. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto* de que o volume 10 continue a contribuir para afirmar o seu papel na produção linguística em Portugal.

Neste volume encontram-se textos de linguistas de várias universidades e de distintos quadros teóricos.

Enoch Aboh estuda, no quadro de desenvolvimentos recentes na Gramática Generativa, uma classe de verbos em Gungbe (Kwa), a sua língua materna, que servem de elementos funcionais, o que coloca importantes questões sobre a relação entre a parte lexical e funcional da frase.

Maria João Freitas, Catarina Afonso e Adelina Castelo discutem a natureza da informação linguística processada durante o desempenho de tarefas de consciência fonológica a partir do estudo do comportamento de 23 crianças portuguesas com a média etária de 5;04 a frequentar uma escola do Ensino Pré-escolar.

Carmen Matzenauer reflete sobre o processo de aquisição do sistema vocálico do português por crianças brasileiras, analisando o processo de fonologização com base no Modelo Bidirecional de Fonologia e Fonética – BiPhon, um modelo de processamento de L1 e de gramática.

Armindo Morais analisa as estratégias discursivo-pragmáticas usadas no momento de introdução de um enunciado narrativo na conversação, assim como as de encerramento, com base num conjunto de 25 enunciados narrativos.

Diana Santos estuda o dativo possessivo, numa perspetiva contrastiva baseada em corpos paralelos, em português, inglês e norueguês, documentando a vantagem de usar uma ferramenta como a da Gramateca. O seu estudo tem implicações tanto no plano da tradução como no do ensino de português como língua estrangeira.

Purificação Silvano e Luís Filipe Cunha discutem os traços temporais e aspetuais dos conectores *antes de* + Infinitivo e *depois de* + Infinitivo em Português Europeu, no quadro da teoria semântica de Kamp & Reyle (1993).

A direção da revista agradece reconhecidamente aos autores a confiança e aos avaliadores a leitura atenta e crítica dos textos. Como é visível pela ficha técnica, a Comissão Científica da Revista foi aumentada com a integração de vários especialistas em diferentes áreas da Linguística.

O volume comporta ainda um texto de João Veloso sobre Noam Chomsky que foi apresentado no Teatro Municipal do Campo Alegre, no Porto, em dezembro de 2014, a propósito da apresentação do filme *Is The Man Who Is Tall Happy?* realizado por Michel Gondry, em 2013, e da entrevista feita em 2014 ao linguista por Paulo Branco e Juan Branco para apresentação no Simpósio Internacional “Ficção e Realidade – Para Além do *Big Brother*”.

O volume termina com duas resenhas críticas de publicações no domínio das Ciências da Linguagem e da Linguística em particular.

Porto, Julho de 2015

Ana Maria Brito

Artigos

Functional verbs in Gungbe: the case of inherent complement verbs*

Enoch O. Aboh

e.o.aboh@uva.nl

University of Amsterdam, The Netherlands

ABSTRACT. Traditional linguistics assumes that verbs are lexical categories that typically merge in the predicate domain of a sentence: VP. This study shows that, in Gungbe (Kwa), a significantly large class of items functioning as verbs heading a VP in a sentence may also serve as functional elements that merge within the functional skeleton of the clause. The discussion builds on the analysis of Inherent Complement Verbs (ICVs). In the Kwa literature, ICVs are defined as verbs which require a complement in their citation form (e.g., *dó wèzùn* lit. plant race; ‘to run’). This paper argues that these verbs can first merge in two syntactic positions: little *v* and *V*. When merged in *v*, such verbs select for a VP-complement involving an abstract empty *V* which necessarily takes a bare NP as complement (Hale & Keyser 1993). When merged in *V*, however, these verbs pattern like other Gungbe lexical verbs in selecting a DP argument. The paper concludes that Gungbe, (and possibly Kwa languages in general) involve a class of verbal roots that can merge in the predicate head or in the functional domain. This finding supports Kayne’s (2009) recent antisymmetric approach to the lexicon.

KEY-WORDS. Gungbe, functional verb, inherent complement, incorporation, bare noun phrase

1. Introduction

Linguistic studies generally suggest that languages involve parts of speech such as noun, adjectives, and verbs (N, A, V) that can be distinguished from functional items such as Tense, Mood, and Aspect (TMA) markers. It is customary in generative syntax to assume that major categories merge in the predicate domain while TMA markers merge in the functional sequence. This categorical classification is believed to correlate with the observation

* I’m grateful to Felix Ameka, James Essegbey, Leston Buell, and Vadim Kimmelman for their valuable comments and suggestions on previous versions of this paper. I’m also thankful to two anonymous reviewers for their constructive remarks and recommendations.

that major categories form an open class while functional categories belong to a closed class.

Given this description, the Gungbe facts discussed below present us with a paradox: in this language a significant class of elements that would fall in the category of verbs can also merge within the functional sequence (e.g., in *v*, *Asp*).¹ This is illustrated by the following examples in which the items *wá* and *nɔ̃* are used as predicates or aspect markers in (1a) and (1b), respectively. Example (1c) shows that the functional elements and their lexical cognates can co-occur in the same clause (see also Aboh 2009: 30 for similar examples).

- (1) a. *Félé ná wá nɔ̃ xəgbónù.* [Gungbe]
 Fele FUT EVENT stay Porto-Novo
 'Fele will eventually stay in Porto-Novo.'
- b. *Félé ná nɔ̃ wá xəgbónù.*
 Fele FUT HAB come Porto-Novo
 'Fele will habitually come to Porto-Novo.'
- c. *Félé ná wá nɔ̃ nɔ̃ xəgbónù.*
 Fele FUT EVENT HAB stay Porto-Novo
 'Fele will eventually come to stay in Porto-Novo habitually.'

Aboh (2009) discusses similar functional vs. lexical behaviour of verbs in the context of serial verb constructions and the general debate of the formal distinctions between light verbs and lexical verbs. In this paper, I turn to another construction in which one finds the same pattern: Inherent Complement Verbs (ICVs). There have been several studies on ICVs in Kwa (e.g., Nwachukwu 1987, Manfredi 1991, Ihionu 1992, Avolonto 1995, Essegbey 1999, 2003, 2010, Anyanwu 2012). ICVs can be described as verbs which require a complement in their citation form, as illustrated by the verbs under (2a-b) in Gungbe. In this paper, I gloss the verbal part of ICVs as 'Vx' in which x encodes an approximate meaning.

¹ Gungbe belongs to the Gbe languages, a subfamily of the Kwa branch of the Niger Congo languages spoken in West Africa. The variety of Gungbe discussed in this paper is the author's native tongue spoken in Porto-Novo, in the republic of Benin.

- (2) a. Félé [tún *(tán)] [Gungbe]
 Fele V_{RELEASE} saliva
 ‘Fele spat.’
- b. Félé [nyin *(cin)]
 Fele V_{THROW} atishoo
 ‘Fele sneezed.’

As can be seen from these examples, the meaning of an ICV does not seem to be fully compositional and it is not obvious which part of the complex contributes most to the meaning. The sentence in (3) further indicates that, though ICVs have an inherent complement, some ICV constructions can involve an additional complement, in a way similarly to double object constructions. I return to this construction in section 4.2.2.

- (3) Súrù dó winyán Félé [Gungbe]
 Suru V_{PLANT} shame Fele
 Lit. Suru planted shame in Fele
 ‘Suru made Fele feel ashamed.’

Similar data in Ewegbe led Essegbey (1999, 2003, 2010) to conclude that verbs in ICVs should be analysed as obligatory complement taking lexical verbs. This is because ICV constructions show the same range of (in) transitivity variation observed in purely lexical verbs. In addition, most verbs occurring in ICVs also function independently as lexical verbs and select for a DP internal argument to which they assign a thematic role. This is shown by examples (4a) and (4b) in which the verbs in (2a) and (2b) are used lexically. No ICV meaning arises here. Example (4c) further shows that, in their lexical usage, these verbs behave like common Gungbe lexical verbs. They combine with various kinds of complements and allow serialization.

- (4) a. Yé tún kàn. [Gungbe]
 3_{PL} V_{UNTIE} rope
 ‘They untied a rope/*they untied.’
- b. Yé nyìn àgán.
 3_{PL} V_{THROW} stone
 ‘They threw a stone/*they threw.’
- c. Yé nyìn àgán bíś xò mèn.
 3_{PL} V_{THROW} stone enter room in
 ‘They threw a stone into the room.’

These examples also indicate that Gungbe (and Kwa languages in general) allow bare nouns (i.e., noun phrases lacking overt determiners) in argument positions. Though the bare internal arguments in (4a-b) are interpreted as indefinite DPs, Aboh (2004) and Aboh and DeGraff (2014) show that such bare nouns in argument positions can also correspond to definite, plural, or generic readings depending on context. This would mean that the complements in (4) are full DPs, as opposed to those of the ICVs in (2) and (3), which are structurally bare (and therefore non-referential) NPs. I return to this discussion in section 3. Aside their specific semantics, therefore, no surface difference immediately sets the ICVs in (2) apart from the lexical usages in (4a-b). In both situations, the verbs combine with a noun phrase complement, though the subtle interpretive differences in (2), (3) and (4) suggest that these noun phrases may involve distinct structural make-up.

I take these facts to suggest that many verbs in Gungbe have ambivalent properties: they can be used lexically in which case they take various complements including a referential DP internal argument (4) or they can be used in ICVs in which the V and N form a complex unit with a non-transparent meaning. In the latter situation, the inherent complement represents a structurally bare NP (i.e., it lacks a D layer). I further argue that this ambivalent behaviour of Gungbe verbs results from the fact that a significant class of verbs are roots that can first merge in *v* (thus generating ICVs) or in *V* (thus yielding lexical VPs). Likewise, the non-transparent semantics of ICV constructions derives from the fact that the

inherent complement is a structurally bare NP whose head N merges or incorporates into V, while the complement of lexical verbs is a DP of which the intervening D blocks N-to-V movement. Sections 2 and 3 focus on the morphosyntactic properties of ICVs, that is, restrictions that apply to the verb and its complement, respectively. Section 4 presents my account for ICVs, based on Aboh and Dyakonova (2009), and its consequences for the analysis of the lexicon in Gungbe and beyond. Section 5 concludes the paper.

2. ICVs and lexical verbs in Gungbe

As already shown by Essegbey (1999, 2003, 2010), ICV constructions are hardly distinguishable from simple VPs in Gbe. The ICV in (5a), the intransitive VP in (5b), and the transitive VP in (5c) all involve the same set of TMA markers.

- (5) a. Àsé má sígán ǹ ̀ l̀ ̀ t̀. [Gungbe]
 cat NEG ABLE HAB VBATHE river
 ‘A cat cannot usually swim.’
- b. Àsé ló má sígán ǹ ̀ l̀ ̀n.
 cat DET NEG ABLE HAB jump
 ‘The cat cannot usually jump.’
- c. Àsé ló má sígán ǹ ̀ xé àtín ló jí.
 cat DET NEG ABLE HAB climb tree DET on
 ‘The cat cannot usually climb in the tree.’

There are two contexts in which ICV verbs (V_{ICV}) behave differently from lexical verbs (V_{LEX}): predicate focus with doubling, and event relativization with doubling. Gungbe verb focus constructions involve predicate doubling structures in which a bare V_{LEX} is fronted sentence-initially and a copy is found in the extraction site within the IP (6a) (Aboh 2004, Aboh & Dyakonova 2009). Some speakers (including the author) disallow the focus marker *ẁ* in such constructions, hence the percentage diacritics and parentheses in (6a). I ignore such speaker variation in this paper.

- (6) **Kùn** (%**wè**) **Félé** **kùn** **mótò** **cè**. [Gungbe]
drive FOC Fele drive car 1SG.POSS
'Fele DROVE my car.'

A **Vicv** cannot front or double in verb focus construction (7).

- (7) .***Tún** (%**wè**) **Félé** **tún** **tán**.
release FOC Fele release saliva
'Fele RELEASED saliva.'

Instead, the complement of **Vicv** must front to a position left-adjacent to the focus marker and there is no doubling, as exemplified in (8a). This derivation has the meaning of verb focus similarly to example (6) even though its syntax is comparable to that of the argument focus construction in (8b), in which the internal argument is fronted left-adjacent to the focus marker and is interpreted as (contrastive) focus.

- (8) a. **Tán** **wè** **Félé** **tún**. [Gungbe]
saliva FOC Fele VRELEASE
'Félé SPAT'
#Fele released SALIVA'
- b. **Mótò** **cè** **wè** **Félé** **kùn**.
drive 1SG.POSS FOC Fele drive
'Fele drove MY CAR (e.g., not yours).'

Note also that while the focus marker **wè** is required when focus movement targets the complement of a **Vicv** or an internal argument (8a-b), this is not necessarily the case when focus movement involves a **VLEX**, and we observe speaker variation, as I remarked with regard to example (6).

A similar asymmetry between **Vicv** and **VLEX** is found in the context of event relativization which also involves **VLEX**-doubling. In Gungbe, the verb can be relativized, yielding the so-called factive constructions (cf. Aboh 2005, 2010). Factive constructions involving the verb require doubling of the lexical verb (9a). **Vicv**'s cannot form factive constructions. Instead, the

complement must front and no doubling arises (9b):

- (9) a. **Kùn** *qě* *Félé* **kùn** *mótò* *cè* *vé* *ná* *mì*. [Gungbe]
drive REL Fele drive car 1SG.POSS hurt PREP 1SG
'The fact that Fele drove my car annoyed me.'
- b. **Tán** *qě* *Félé* *tún* *vé* *ná* *mì*.
saliva REL Fele VRELEASE hurt PREP 1SG
'The fact that Fele spat annoyed me.'

Summarizing, *V_{ICV}*'s display similar distribution as *V_{LEX}*'s except in the context of verb focus and event relativization. The generalization is that *V_{ICV}*'s cannot enter doubling structures (unlike *V_{LEX}*'s). As already argued by Aboh and Dyakonova (2009), this suggests that *V_{ICV}* is not available for certain syntactic operations (e.g., it cannot be probed by the focus head). Likewise, that the complement of a *V_{ICV}* must front in verb focus constructions, where it attaches to a focus marker as in argument focus constructions, suggests that the displaced constituent has both verbal and nominal properties.² I return to this discussion in section 4, but let us first consider the restrictions that apply to the complement of a *V_{ICV}* unlike the complement of a *V_{LEX}*.

3. The complement of an *ICV*: an NP or a DP?

In addition to showing the differences between a *V_{ICV}* and a *V_{LEX}*, the data from (6) to (9) inform us on some differences between the categories of their complements as well. For instance, complements of *V_{ICV}*'s cannot receive an individual focus reading, since the fronting operation yields the semantics of verb focus rather than argument focus as indicated by the contrast in (7) and (8). The same holds true of event relativization in (9). These facts suggest that what undergoes movement in these constructions is not just the bare NP but rather the VP whose head has been lexicalized by N. I conclude from this that the bare NP complement of a *V_{ICV}* cannot stand alone: it cannot be targeted by syntactic or semantic operations individually. Any syntactic operation that applies to V or N applies to the VP as a whole.

This intricate relation between a *V_{ICV}* and its inherent complement is

² I think Vadim Kimmelman for drawing my attention to this.

further shown in contexts of pronominalization. In Gungbe, the internal argument of a V_{LEX} can be pronominalized, as shown by (10a-b).

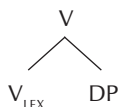
- (10) a. Àsé lǎ má ðù hwèví. [Gungbe]
 cat DET NEG eat fish
 'The cat did not eat the fish.'
- b. Àsé lǎ má ðù i.
 cat DET NEG eat 3SG
 'The cat did not eat it.'

Returning to the ICV *nyin-cin* 'to sneeze' in (2b), repeated here as example (11a), we observe that the complement of a V_{ICV} cannot be pronominalized. While the resulting sentence is not ungrammatical, the ICV meaning 'to sneeze' in (2b) is lost. Instead, the pronoun is understood as being bound by an antecedent (assumed to be present in text or in discourse).

- (11) a. Félé nyin *(cin). [Gungbe]
 V_{THROW} atishoo
 'Fele sneezed.'
- b. Félé nyin i.
 Fele throw 3SG
 '*Fele sneezed/*Fele sneezed it.'
 'Fele threw it.'

These examples show that the inherent complement of a V_{ICV} is not referential. Accordingly, when this complement undergoes a syntactic operation, either the ICV meaning is retained and the operation appears to affect the VP as a whole, or the ICV meaning is blocked and the complement is interpreted referentially, that is, independently of the verb which takes on its lexical meaning. I conclude that situations in which the ICV meaning is lost involve a V_{LEX} which takes a referential DP as complement. On the other hand, ICV constructions correspond to contexts in which a V_{ICV} takes a structurally bare NP as complement. The two configurations are represented in (12a) and (12b), respectively.

(12) a. V_{LEX}



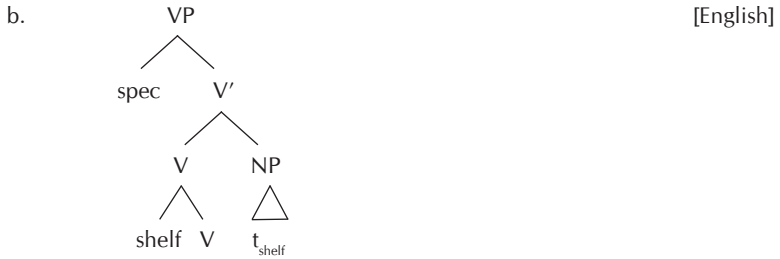
b. V_{ICV}



The structures in (12) suggest that a major distinction between a V_{ICV} and a V_{LEX} is the type of complement they take: NP versus DP. As I argue below, this suggests that a V_{ICV} does not assign any internal theta-role, while a V_{LEX} does. This latter difference, I claim, correlates with another difference between V_{ICV} 's and V_{LEX} 's: their respective merge sites.

4. The merge site of V_{ICV} and V_{LEX}

The structure in (12b) represents a classical context of incorporation in which the head of the NP complement incorporates into V (Baker 1988). This is the view adopted by Ihionu (1992: 168), who proposes that ICVs are comparable to denominal verbs (Hale & Keyser 1993). According to this author, the only difference between a V_{ICV} and a V_{LEX} resides in their selectional properties. Though a V_{ICV} takes an NP as complement this complement is not a thematic argument: it does not receive any theta-role from the lexical head V. Ihionu (1992) further argues that the so-called inherent complement is aspectually licensed because it delimits the event expressed by the lexical verb (Tenny 1992). Ihionu (1992) concludes that Igbo V_{ICV} 's and English denominals involve comparable structures even though the two languages differ because English exhibits morphological incorporation (i.e., N-to-V movement in surface syntax), whereas Igbo displays abstract incorporation (i.e., N-to-V movement at LF). This contrast is illustrated by the representation of the Igbo verb 'to kick' in (13a) and the structure of the English verb *to shelve* in (13b) (but see Hale & Keyser 1993 for a detailed analysis of English denominal verbs).



Ihionu’s (1992) analysis of Igbo in terms of abstract incorporation is compatible with the double object ICV construction in (14), which I adapted from Manfredi (1991: 153). In this example, an additional object, *Úgwu*, occurs between the *Vicv* and its inherent complement.

- (14) *Ádḥà tỳ-ru Úgwu (nnukwu) ùjọ* [[gbo, Kwa]
 Adha V-ASP Ugwu great fear
 ‘Adha feared Ugwu (greatly)’

This led Ihionu (1992) to propose that the surface order observed in Igbo ICV’s such as *gbá úkwú* ‘to kick’ does not reflect structural adjacency. Accordingly, N-to-V movement at LF (or abstract incorporation in his terms) accounts for example (14) while capturing the semantic dependency between a *Vicv* and its inherent complement in Igbo. The following data from Gungbe show that the view that *Vicv* merges in V as in (12b) and (13a) must be revised.

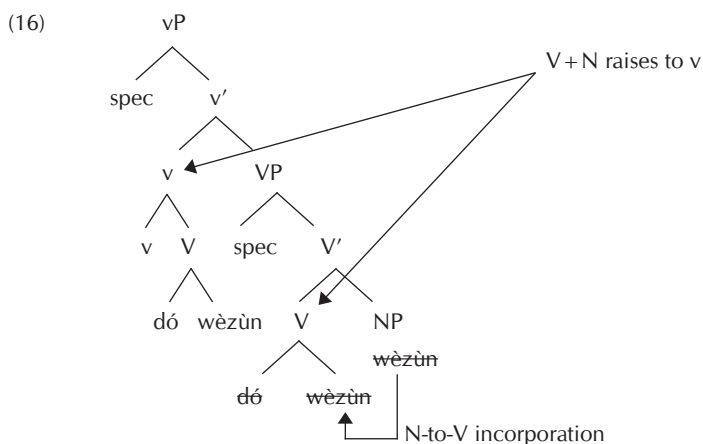
4.1 *Vicv* merges in v as a functional verb

In Gungbe, unlike in Igbo, the inherent complement must be structurally adjacent to *Vicv*. This explains the ungrammaticality of (15a), the Gungbe translation of the Igbo sentence in (14). The Gungbe grammatical example (15b) shows that the additional complement must be introduced by a

preposition in this case. Note, however, from the apparent double object ICV example (15c), that it displays the order theme > goal/recipient, as in (15b).

- (15) a. **Súrù* *qí* *Séná* *bú.* [Gungbe]
 Suru V_{RESEMBLE} Sena fear
- b. *Súrù* *qí* *bú* *ná* *Séná.*
 Suru V_{RESEMBLE} fear PREP Sena
 'Suru feared Sena.'
- c. *Súrù* *dó* *nú* *Séná.*
 Suru V_{PLANT} thing Sena
 'Suru hit Sena.'

Linear adjacency between the verb and the inherent complement in Gungbe (and more generally in Gbe, Essegbey 2010) favours an analysis in which V takes a structurally bare NP as complement. This configuration would allow N-to-V incorporation (i.e., N-to-V movement in surface syntax, Baker 1988). The complex V_{ICV}-N would further raise to little v as in (16), a representation of the Gungbe verb *dó wèzùn* 'to run'.



Unless we assume excorporation, this analysis incorrectly rules out cases of extraction in which the complement is displaced, as in verb focus

constructions or event relativization (cf. 8a, 9b). Likewise, representation (16) excludes the following facts from Gengbe in which the verb moves away from the inherent complement for the purpose of aspect licensing. In example (17a) the ICV construction is interpreted as perfective. In (17b) however, a habitual aspect marker attaches to the verb. Aboh (2004a, 2009) and Aboh and Dyakonova (2009) analyse this as an instance of V-to-Asp movement for aspect licensing. Further recall from example (8a) and (9b) again that in cases of verb focus, the complement fronts to the clausal left periphery. Therefore, the verb and the noun phrase complement appear to be individually mobile.

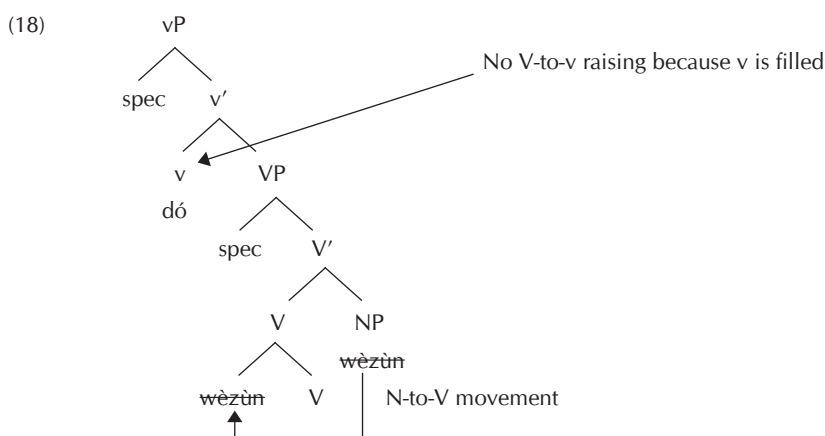
- (17) a. *Kwèsí pu du.* [Gengbe]
 Kwesi V_{HIT} race
 'Kwesi ran.'
- b. *Kwèsí pu-na du.*
 Kwesi V_{HIT-HAB} race
 'Kofi habitually runs/ran.'

This type of data is unexpected if the inherent complement had incorporated into *Vicv* forming a morphologically complex *Vicv-N* unit that moved to *v* (16). We therefore need an analysis that accounts for the linear adjacency between the verb and the inherent NP complement, while preserving the possibility of extraction of both elements, when necessary. The *Vicv* and its inherent complement are syntactically independent though semantically fused.

In order to account for this paradox, I propose that the Gbe-type *Vicv*'s belong to the class of *functional* verbs that first merge in relevant functional heads.³ In ICV constructions, *Vicv* first merges in little *v* and selects for a VP whose head is an empty or abstract transitive V. This abstract verb has certain semantic properties, but it has no morphophonological shape and no *s*-selectional requirement on the complement (cf. Hale & Keyser 1993).

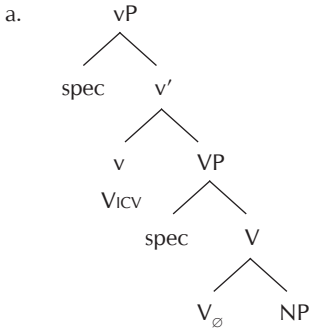
³ The term functional verb is meant to indicate that these verbs can merge in a functional position where they mostly play the same role as typical functional items such as aspect, tense, causative markers, etc. See Cinque (2004), Aboh (2009) and references therein.

The abstract verb has a categorial selectional requirement (i.e., c-selection) only: it must take a structurally bare NP complement. As a consequence, the V+NP complex does not denote an event in which a referential DP object is affected. This explains why such combinations are often translated by intransitive verbs in Romance or Germanic languages. Indeed, the noun heading the NP inherent complement must merge into the abstract V which it lexicalizes, as suggested by the representation in (18) for the verb *dó wèzùn* 'to run'.

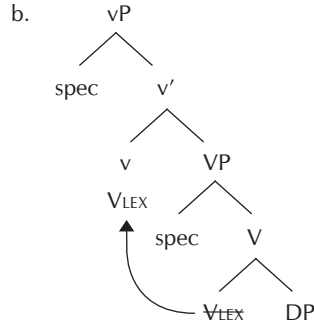


The proposed analysis suggests that elements that express *V_{ICV}*'s are categorially ambiguous: they are bare roots. These roots can first merge in *v*, which takes a *VP* headed by an abstract *V* as complement, or they can function as predicate and merge in *V* (which subsequently moves to *v*). In the latter case, *V* imposes both semantic and categorial restrictions on its internal argument and therefore exhibits all properties of simple transitive verbs. The two situations are represented in (19).

(19) Functional verb in v



Lexical verb in V



These representations indicate that the lexicon of Gungbe includes a significant part of bare roots that can be used in different structural contexts, and whose meanings only emerge from structure, that is, depending on their merge site and the type of complement they combine with.

The Gungbe facts remind us of the discussion in the context of serial verb constructions and restructuring structures in Romance and Germanic, where it has been proposed that certain lexical elements have the property of merging directly in a functional position (e.g., Wurmbrand 2001, Cinque 2004, Cardinaletti & Shlonsky 2004, Aboh 2009). Put together, these facts may ultimately relate to Kayne’s (2009: 9) claim that “all verbs are light verbs”. Under the present discussion, this would mean that English (and other Germanic or Romance languages) have ICVs of the Gbe type even though these languages may differ as to how they spell out the functional and lexical nodes. Indeed, if nothing else is said, the representations under (19) are neutral as to how the category V is lexicalized cross-linguistically (whether via N-to-V-to-v movement in the lines of Hale & Keyser (1993) or by merging a functional verb in v and subsequent N-to-V incorporation as in Gbe).

4.2 Implications of the analysis

Let us now take this analysis to task with regard to some of the properties of ICVs that were poorly understood until now. With regard to the absence of s-selectional requirements on the noun complement, the structure in

(19a) indicates that there is no strict adjacency between *v* realized by *Vicv* and the head of the NP complement that merges into *V*.

4.2.1 The ICV verb has no internal theta-role

Being an expression of *v*, *Vicv* is understood as introducing the external argument (Hale & Keyser 1993, Chomsky 1995). Keeping to this logic, we expect the following facts in which there does not seem to be any *s*-selection between the verbal part of an ICV (i.e., the functional verb) and its putative complement. Let us consider the verb *ɖù* in various usages in Gungbe.

- (20) a. *Kòfí ɖù nú.* [Gungbe]
 Kofi eat thing
 'Kofi ate'
- b. *Kòfí ɖù làn.*
 Kofi eat meat
 'Kofi ate meat'
- c. **Kòfí ɖù ...*
 Kofi eat

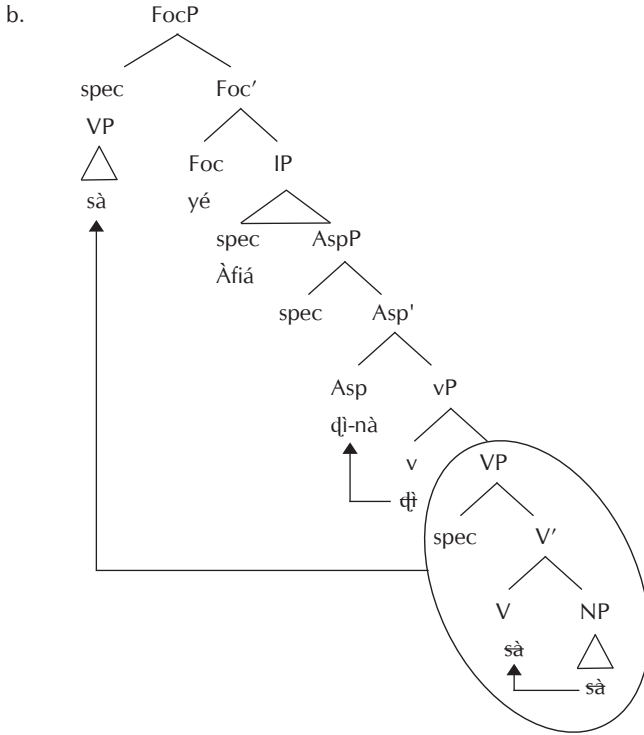
These examples suggest that *ɖù* is transitive in Gungbe and has the basic meaning of 'ingest/consume *X*' somehow subsumed by the English verb 'to eat'. Accordingly, it selects for eatable entities. This reasoning is hard to maintain, though, for the cases in (21), where *ɖù* is combined with different noun phrase objects, none of which is literally eatable or consumable and the resulting meaning is that of an ICV construction.

- (21) Verb + Noun-complement = ICV meaning
- | | | |
|-----------|----------------|---------------------------------|
| ɖù | àxó 'debt' | to have debts or to go bankrupt |
| | gbè 'life' | to enjoy |
| | xwè 'year' | to celebrate |
| | àɖì 'poison' | to get/angry |
| | winyán 'shame' | to be ashamed |
| | gán 'chief' | to be appointed or become chief |
| | yà 'pain' | to suffer |

These examples indicate that the functional verb in *v* has no *s*-selectional requirements on the complement, even though there is a sense in all these sequences that the external argument experiences something. In a way, the element *qù* tells us more about the external argument than the NP complement (apparently functioning as its internal argument). This observation would follow if *qù* first merges in little *v*, where it introduces the external argument, and selects a VP whose abstract head *V* takes an NP complement. This indicates that the intransitive flavour of ICVs derives from the fact that the functional verb in little *v* introduces the external argument only and the abstract *V* does not have any theta-role to assign, though it *c*-selects for a structurally bare NP as complement.

With regard to verb movement and verb focusing, this analysis suggests that Gungbe ICVs differ from lexical verbs in *v*P because they do not involve *V*-to-*v* movement, since *v* is already filled by *V*_{ICV} and further movement of [*V*-*N*]-to-*v* is precluded. This in turn would mean that any probe on *V* would either target *V*_{ICV} in *v* or the VP lexicalized by *N*. Both *v* and its VP-complement are therefore independent syntactic entities that are subject to different syntactic operations. I claim that this is what happens in the Gungbe example (22a). In this example, *V*_{ICV} merged in little *v* is probed over by the HABITUAL aspect head to which it adjoins, while the VP lexicalized by the incorporated noun is attracted to the focus position under the probe of the focus head, as illustrated in (22b), ignoring irrelevant projections (see Aboh & Dyakonova 2009 for discussion).

- (22) a. Sà yé Àfiá ðì-nà
 promenade FOC Afiá V- HAB
 'Afiá usually WANDERS around'



In addition to deriving the right order, this analysis accounts for the impossibility to front Vicv's for the purpose of focus, though they can be moved to relevant heads within the TMA sequence. Being the expression of little v, such verbs belong to the class of functional items (e.g., TMA markers) that are licensed within the IP domain. Unlike lexical verbs, however, these elements do not encode an event by themselves and cannot feed discourse-related movement operations involving TOPIC or FOCUS (Aboh 2004, Aboh & Dyakonova 2009).

4.2.2 ICVs with double objects

Example (15c), as well as sentence (3), repeated here as (24a), suggest that certain ICV constructions involve an additional complement in a way comparable to the double object construction in (24b).

- (24) a. *Súrù dó wìnyán Félé.* [Gungbe]
 Suru V_{PLANT} shame Fele
 Lit. Suru planted shame in Fele
 ‘Suru made Fele feel ashamed.’
- b. *Súrù ná kwè Félé.*
 Suru give money Fele
 ‘Suru gave Fele some money.’

Essegbey (2010) provides an extensive comparison of ICVs with two objects (24a) and double object constructions (24b), showing that the two behave alike in many contexts. These constructions, however, differ in a major aspect. Double object constructions in most Gbe languages freely allow the orders theme > goal/recipient in (24b) as well as the alternative order goal/recipient > theme in (25). There is to my knowledge no discernible change of meaning between these alternatives (e.g., there is no contrast between new vs. old information or specific vs. non-specific referents).

- (25) *Súrù ná Félé kwè.* [Gungbe]
 Suru give Fele money
 ‘Suru gave Fele some money.’

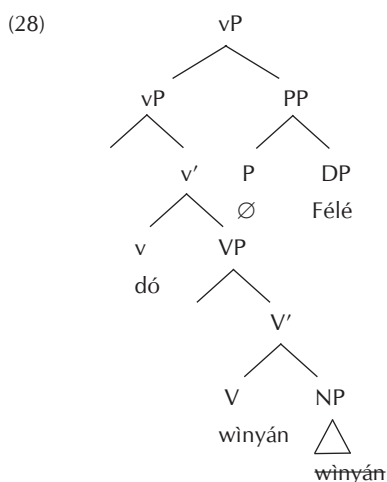
ICVs with apparent double objects, however, exclude the goal/recipient > theme order, hence the ungrammatical example (26).

- (26) **Súrù dó Félé wìnyán.* [Gungbe]
 Suru V_{PLANT} Fele shame

As already shown by the contrast in (15b-c) further illustrated here by example (27), ICVs with double objects display the same order as preposition datives: compare (24a) to (27).

- (27) *Félé nyin àgán dó Súru.*
 Fele throw stone PREP Suru
 'Fele threw a stone at Suru.'

I take this similarity between ICV constructions with two apparent objects and preposition datives as indication that they involve the same underlying structure in (28): In apparent ICV double object constructions, the goal is introduced by a silent preposition (cf. Kayne 2005 and much related work). The bare noun functioning as the inherent complement merges into the empty lexical verb.



I conclude that double object constructions (24b-25) and ICV constructions with two objects (24a) involve two different structures, hence their different behaviour with regard to argument alternation.

5. Conclusion

This paper shows that ICV constructions must be treated as normal verbal phrases with the only difference that they involve a functional verb that first merges in little *v*. The latter takes a VP complement whose abstract head *V* can combine with a structurally bare NP complement only. This allows N-to-V movement, but there is no further movement of this lexicalized *V* into

v, since the latter is already filled by the functional verb. While accounting for various syntactic properties of a Vicv, this analysis shows that ICVs with double objects are better understood as constructions in which the goal is introduced by a silent preposition.

REFERENCES

- Aboh, E. O. 2004. *The Morphosyntax of complement-head sequences: Clause structure and word order patterns in Kwa*. New York: Oxford University Press.
- Aboh, E. O. 2005. Deriving Relative and Factive constructions in Kwa. In L. Brugè, G. Giusti, N. Munaro, W. Schweikert, & G. Turano (Eds.), *Contributions to the thirtieth Incontro di Grammatica Generativa*. Libreria Editrice Cafoscarina, Venezia. 265–285.
- Aboh, E. O. 2009. Clause Structure and Verb series. *Linguistic Inquiry* 40: 1–33.
- Aboh, E. O. 2010. Event Operator Movement in Factives: Some Facts from Gungbe. *Theoretical Linguistics* 36: 153–162.
- Aboh, E. O. & M. Dyakonova. 2009. Predicate doubling and parallel chains. *Lingua*. 119: 1035–1065.
- Aboh, E. O. & M. DeGraff. 2014. Some notes on bare noun phrases in Haitian Creole and in Gungbe: A transatlantic Sprachbund perspective. In Tor, A. Áfarli & Brit Mæhlum (Eds.), *The Sociolinguistics of Grammar*. Amsterdam: Benjamins 203–236.
- Anyanwu, O. 2012. The Syntax and Semantics of Inherent Complement Verbs in Igbo. *Theory and Practice in Language Studies* 8: 1561–1569.
- Avolonto, A. 1995. Pour une approche minimaliste des verbes à objets inhérents en Fongbe. Ph.D. dissertation, University of Quebec at Montreal.
- Baker, M. C. 1988. *Incorporation: A Theory of Grammatical Function Changing*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Cardinaletti, Anna & Ur Shlonsky. 2004. Clitic Positions and Restructuring in Italian. *Linguistic Inquiry* 35: 519–557.
- Chomsky, N. 1995. *The minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Cinque, G. 2004. Restructuring and Functional structure. In A. Belletti (Ed.), *Structures and Beyond. The Cartography of Syntactic Structures* Vol. 3., New York: Oxford University Press. 132–191.
- Essegbey, J. 1999. *Inherent Complement Verbs Revisited: Towards an Understanding of Argument Structure in Ewe*. MPI series. Wageningen: Ponsen & Looijen bv.

- Essegbey, J. 2003. On Definiteness Asymmetry in Double Object Constructions. In Kézié Lébiakaza (Ed.), *Actes du 3e Congrès Mondial de Linguistique Africaine, Lomé 2000*. Cologne: Rüdiger Köppe Verlag. 127–144.
- Essegbey, J. 2010. Inherent Complement Verbs and the Basic Double Object Construction in Gbe. In *Topics in Kwa Syntax*, E. O. Aboh & J. Essegbey (Eds.), *Studies in Natural Language and Linguistic Theory* 78. Dordrecht: Springer. 177–193.
- Hale, K. & S. J. Keyser. 1993. On Argument Structure and the Lexical Expression of Syntactic Relations. In K. Hale & S. J. Keyser (Eds.), *View from Building 20. Current Studies in Linguistics*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Ihionu, P. 1992. Verb compounding in Igbo, an overview. In *MIT Working Papers in Linguistics* 17: 165–182.
- Kayne, R. S. 2005. *Movement and Silent*. New York: Oxford University Press.
- Kayne, R. S. 2009. Antisymmetry and the Lexicon. In Jeroen Van Craenenbroeck (Ed.), *Linguistic Variation Yearbook 2008*. Amsterdam: Benjamins. 1–32.
- Manfredi, V. 1991. Agbo and Ehungbo: Igbo Linguistic Consciousness, its Origins and Limits. Ph.D. dissertation, Harvard University.
- Nwachukwu, P. A. 1987. The argument structure of Igbo verbs. In *Lexicon Project Working Papers 18*, Centre for Cognitive Science, MIT.
- Larson, R. K. 1988. On the Double Object Construction. *Linguistic Inquiry* 19: 335–391.
- Longobardi, G. 1994. Reference and Proper Names: A Theory of N-Movement in Syntax and Logical Form. *Linguistic Inquiry* 25: 609–665.
- Tenny, C. 1992. The Aspectual Interface Hypothesis. In I. A. Sag & A. Szabolcsi (Eds.), *Lexical Matters*. Stanford: Center for the Study of Language and Information, 1–28.
- Wurmbrand, S. 2001. *Infinitives. Restructuring and Clause structure*. Berlin: Mouton.

*Quantas sílabas tem “chá(v)na”?
Sobre o impacto dos apagamentos vocálicos na
segmentação silábica de crianças no ensino pré-escolar*¹

Maria João Freitas
joaofreitas@letras.ulisboa.pt
Catarina Afonso
catarina.m.afonso@gmail.com
Adelina Castelo*
adelina.castelo@gmail.com

*Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Centro de Linguística da Universidade de Lisboa
Instituto Politécnico de Viseu, Colégio Mira Rio

ABSTRACT. The current study discusses the type of linguistic information assessed during the performance of tasks designed to test phonological awareness: (i) phonological knowledge, stored in the phonological representations in the mental lexicon; (ii) phonetic detail, available in the acoustic stimuli. We therefore evaluated 23 Portuguese children (mean age: 5;04), all preschoolers, in order to avoid the effect of orthographic representations. All children were submitted to a word segmentation task, which included 19 distractor stimuli and 7 target stimuli controlled for the presence/absence of unstressed vowels, based on the possible phonetic formats of these words in spontaneous speech. The results showed that children do not process the stimuli on the basis of one single type of linguistic information (phonological information in the lexical representations or acoustic properties of the stimuli). The children’s answers, namely the ones coded as segmentation errors, lead us to the formulate an hypothesis according to which several strategies may be activated during performance of tasks designed to assess phonological awareness: processing the word’s phonological representation; processing the phonetic detail in the acoustic stimulus; processing representations of different phonetic formats of a single word in European Portuguese, which seem to be part of the children’s awareness of their language.

KEY-WORDS. Phonological awareness, syllable, word segmentation, vowel reduction

¹ Este trabalho foi desenvolvido no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL), no âmbito dos projetos PEst-OE/LIN/UI0214/2013 e UID/LIN/00214/2013, financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

RESUMO. No presente estudo, é discutida a natureza da informação linguística processada durante o desempenho de tarefas de consciência fonológica: (i) conhecimento fonológico, presente nas representações fonológicas armazenadas no léxico mental; (ii) informação fonética, disponível no sinal acústico dos estímulos fornecidos às crianças. Para tal, foi observado o comportamento de 23 crianças portuguesas (média etária: 5;04) a frequentar um estabelecimento do Ensino Pré-Escolar, no sentido de anular eventuais efeitos das representações ortográficas no desempenho da tarefa proposta. As crianças foram submetidas a uma *prova de segmentação silábica de palavras*, que incluía 19 estímulos distratores e 7 estímulos-alvo, apresentados com e sem apagamento de vogais átonas passíveis de serem suprimidas em contexto de fala espontânea. Os resultados mostraram não ser possível identificar apenas um tipo de processamento linguístico aquando da segmentação dos estímulos apresentados (acesso a representações fonológicas ou acesso a propriedades acústicas). Os resultados obtidos, nomeadamente os relativos a erros na segmentação dos estímulos presentes no instrumento, levaram-nos a colocar a hipótese da ativação de diferentes vias concorrentes no processamento de tarefas de consciência fonológica: acesso à representação fonológica; acesso à informação acústica; acesso a representações de diferentes formatos fonéticos possíveis para uma mesma entrada lexical.

PALAVRAS-CHAVE. Consciência fonológica, sílaba, segmentação de palavra, redução vocálica

1. Introdução

Nas últimas décadas, vários estudos têm vindo a debruçar-se sobre a natureza das representações fonológicas infantis nos primeiros anos de aquisição da língua materna. Na sequência de vários modelos teóricos de representação do conhecimento fonológico implícito, estes trabalhos assumem tradicionalmente a existência de, pelo menos, dois níveis representacionais: um nível fonético, concreto, que corresponde às estruturas acusticamente disponíveis nos enunciados de fala; um nível fonológico, abstrato, que remete para o tipo de conhecimento fonológico armazenado no léxico, sujeito à ativação de regras e/ou princípios de boa formação segmental e prosódica (Kiparsky & Menn, 1977; Fikkert, 2005, 2010; Fikkert & Freitas, 2006, entre outros).

No percurso do desenvolvimento fonológico infantil, emerge, paralelamente, a capacidade de refletir sobre os enunciados de fala circundantes, presente em comentários espontâneos sobre aspetos específicos da produção linguística da própria criança ou da dos adultos que a cercam, com referência, entre outras, a unidades segmentais ou prosódicas

(para relato de alguns episódios desta natureza, consulte-se Freitas et al., 2007, 2012). Esta capacidade, entendida como uma sensibilidade precoce às unidades segmentais e prosódicas da língua-alvo, pode estar correlacionada com o desenvolvimento da consciência fonológica, competência metalinguística comumente entendida como a capacidade de identificar e manipular aqueles dois tipos de unidades em tarefas formais propostas a crianças, adolescentes ou adultos. Os vários tipos de consciência fonológica (consciência das unidades *palavra*, *sílaba*, *constituente silábico e segmento*) são de desenvolvimento gradual (e.g. Fox & Routh, 1975; Rios, 2009; Afonso, *em prep.*) e podem depender de estimulação específica. Nos casos das unidades *palavra* e *segmento*, são frequentemente discutidas potenciais correlações entre a consciência da sua autonomia fonológica e a aprendizagem da escrita, a qual promoverá a consciência da unidade *palavra*, pelo uso de espaços em branco, e a consciência da unidade *segmento*, pelo ensino do princípio alfabético (Morais, Alegria & Content, 1987; Veloso, 2003; Castelo, 2012, entre muitos outros). Já a consciência da unidade *sílaba* é referida como sendo de emergência precoce, tendo este facto sido frequentemente observado em contexto pré-escolar, com a obtenção de taxas de sucesso elevadas no desempenho das crianças testadas (Fox & Routh, 1975; Treiman & Zukowski, 1991; Sim-Sim, 1997; Afonso, 2008, *em prep.*)

Um dos aspetos que se coloca aquando da avaliação do conhecimento metafonológico é o da natureza das unidades às quais o sujeito acede para o desempenho de tarefas formais de consciência fonológica: é recrutada a informação relativa às representações fonológicas armazenadas no léxico ou a informação disponível no *input* fonético disponibilizado pelo investigador / professor para a realização da tarefa? A equação complexifica-se quando se avaliam sujeitos alfabetizados, no sentido em que as representações fonológicas, construídas ao longo do processo de aquisição com base no funcionamento oral da língua, estarão já associadas a representações ortográficas dos itens lexicais sobre os quais incidem as tarefas de avaliação das capacidades testadas - *identificação*, *reconstrução*, *segmentação* ou *manipulação* (Veloso, 2003).

Em vários trabalhos sobre correlações entre leitura e consciência fonológica, é identificada uma indefinição no uso dos conceitos de *fonema*,

fone (ou *som*) e *letra*, por vezes usados como sinónimos (e.g. Castelo, 2012: 29-36). Como consequência desta indefinição, as designações *consciência fonémica* e *consciência segmental* coexistem no panorama dos estudos sobre consciência fonológica, carecendo a discussão sobre este assunto de fundamentação empírica que permita a tomada de decisão sobre o tipo de conhecimento que estamos, efetivamente, a avaliar, em contexto de aplicação deste tipo de tarefas. Na literatura que poderia contribuir para a identificação da natureza da informação linguística processada na resolução de tarefas de consciência fonológica, é possível detetar vários cenários, nomeadamente três dos referidos em Castelo (2012: 30):

- “(i) a obtenção de respostas que não permitem estabelecer a distinção entre representações [...] de fonemas e de fones, dado o ‘resultado’ visível do recrutamento destas representações poder ser coincidente em muitas das palavras usadas (e.g. Carroll et al., 2003; Snowling et al., 1994);
- (ii) a obtenção de respostas que revelam o recurso a um misto de propriedades fonéticas e de representações [...] de fonemas influenciadas pela ortografia (e.g. Ehri e Wilce, 1980);
- (iii) a obtenção de respostas que sugerem o recrutamento de representações explícitas de fones (e.g. Bourassa e Treiman, 2001; [...] Morais, Alegria e Content, 1987 [...])”.

O termo *consciência fonémica* remete inevitavelmente para o acesso às representações fonológicas; o termo *consciência segmental* tem sido usado, na ausência de evidência empírica relevante para a tomada de decisões, como forma de evitar o comprometimento com um dos níveis, fonológico ou fonético, sendo o termo *segmental* comumente usado, nos estudos linguísticos, para referir quer unidades de um nível quer do outro.

A questão relativa ao tipo de unidades processadas aquando do desempenho de tarefas de consciência fonológica é particularmente relevante numa língua como o Português europeu (PE), em que a distância entre as produções dos falantes e as suas representações fonológicas é substancial. Para a existência desta distância contribui, particularmente, o funcionamento do vocalismo átono. Em posição átona, as vogais fonológicas sofrem elevação (nos casos de /a/ → [ɐ] e /ɔ, o/ → [u]) ou elevação e

centralização (no caso de /ε, e/ → [[ɨ]]); vejam-se os exemplos em (1), retirados de Mateus & Andrade (2000):

(1) *Redução vocálica em posição átona em PE (Mateus & Andrade, 2000: 135)*

a.	d <u>e</u> do [e]	b.	d <u>e</u> dada [ɨ]
	f <u>e</u> sta [ɛ]		f <u>e</u> stejo [ɨ]
	g <u>a</u> to [a]		g <u>a</u> tinho [ɐ]
	f <u>o</u> go [o]		f <u>o</u> gueira [u]
	p <u>o</u> rta [ɔ]		p <u>o</u> rteira [u]

A vogal reduzida [ɨ] é frequentemente sujeita a apagamento em contexto de fala espontânea, o que gera sequências consonânticas que podem chegar aos 6 elementos; vejam-se os seguintes exemplos, também retirados de Mateus e Andrade (2000):

(2) *Apagamento de [ɨ] em PE (Mateus & Andrade, 2000: 44)*

devedor [dvdór]
despegar [dʃpgár]
desprevenir [dʃprvnír]

Assim, a distância entre os formatos fonéticos e fonológicos das palavras resulta não só da alteração da qualidade vocálica em posição átona mas também do apagamento de algumas destas vogais átonas no *continuum* de fala.

A produtividade dos processos acima descritos tem sido estudada em várias perspetivas. Freitas (1997) e Vigário, Freitas & Frota (2003) avaliaram-na enquanto problema para a aquisição. A questão de investigação colocada foi a seguinte: como é que as crianças portuguesas constroem as suas representações fonológicas a partir de um *input* foneticamente degradado (com apagamentos frequentes de vogais átonas), distante, portanto, dos formatos fonológicos do PE, típicos dos itens lexicais das línguas românicas (com poucos grupos consonânticos e com núcleos silábicos preenchidos)? Para responder a esta questão, as autoras listaram comportamentos verbais específicos das crianças portuguesas, que podem ser interpretados como forma de resolver esta assimetria entre nível fonético e nível fonológico no PE, com vista à construção gradual de representações fonológicas iguais

às dos adultos. A título ilustrativo, o uso do padrão silábico V, presente desde o início da produção e usado como formato *default* face a estruturas problemáticas, foi relatado para a aquisição do PE mas não para a de línguas germânicas ou românicas (Fikkert, 1994; Freitas, 1997; Bernhardt & Stemberger, 1998; Rose, 2000). Este uso excessivo de vogais na aquisição da fonologia do PE foi interpretado como produto deste apagamento massivo de vogais no nível fonético, resultando da necessidade de identificar, para a construção de representações fonológicas, núcleos vocalicamente preenchidos numa língua em que estas estruturas são sistematicamente suprimidas. Segundo Vigário, Freitas e Frota (2003), a evidência empírica para um ritmo de tipo silábico na fonologia do PE, típico das línguas românicas, seria processada pelas crianças a partir da informação acústica fornecida pelos intervalos vocálicos (%V) na cadeia de fala, semelhantes aos das outras línguas românicas, o que lhes permitiria construir representações fonológicas do tipo das desta família de línguas.

Delgado-Martins (1975/2002) investigou também esta assimetria entre representação fonológica e realidade fonética no PE, com preservação dos núcleos silábicos no primeiro caso e sua supressão frequente no segundo. Avaliou a percepção de estímulos acusticamente manipulados quanto ao acento e à presença *versus* ausência de vogais átonas, solicitando, aos sujeitos adultos intervenientes no estudo, juízos de valor sobre a localização do acento e sobre o número de sílabas na palavra. Os resultados mostraram que, contrariamente aos falantes não nativos, os falantes nativos construíam as suas respostas com base nos conhecimentos fonológico e ortográfico da língua, tendendo a identificar mais sílabas do que as representadas por vogais acusticamente audíveis nos estímulos apresentados.

Dadas as características do PE padrão acima descritas, que estão na base da assimetria entre as formas fonológica e fonética de uma mesma palavra, pretendemos, neste artigo, contribuir com evidência empírica para a discussão sobre o tipo de conhecimento linguístico recrutado durante o desempenho de tarefas de consciência fonológica: conhecimento fonológico, associado ao formato da representação lexical, ou informação fonética, presente nos estímulos acústicos fornecidos para o desempenho da tarefa de consciência fonológica. Como referimos acima, a consciência segmental está normalmente correlacionada com a aprendizagem do

princípio alfabético, o que legitima a ativação de unidades ortográficas no desempenho de tarefas metafonológicas. Este facto levará a segmentações da palavra em função do número de vogais fonológicas e/ou ortográficas, sendo difícil identificar a fronteira entre o efeito da forma fonológica e o da forma ortográfica inerentes à representação lexical da palavra-alvo. Para eliminar a possibilidade de evocação da representação ortográfica dos itens lexicais, que se assume estar associada aos mesmos a partir do início do processo de literacia, optámos por testar crianças ainda não alfabetizadas, a frequentar um estabelecimento de Ensino Pré-escolar. Dada a assimetria entre representação fonológica e realidade fonética no PE, quisemos saber se diferentes estímulos fonéticos de um mesmo item lexical (*chávena* [¹ʃavɨnɐ] / [¹ʃavnɐ]), com e sem preservação de uma vogal átona, desencadearão diferentes respostas por parte das crianças. Assumimos, no presente trabalho, que o número de segmentações silábicas de uma palavra decorre do número de vogais da palavra, uma vez que o algoritmo de silabificação de base ativo no PE atribui um Núcleo silábico a cada vogal presente numa dada entrada lexical (Mateus & Andrade, 2000). Assim, com base no diferente número de vogais presentes nos dois tipos de representação (fonética e fonológica) dos itens lexicais sujeitos aos processos fonológicos acima descritos (alteração da qualidade vocálica em posição átona e apagamento vocálico), colocámos as seguintes hipóteses, mutuamente exclusivas:

(3) Hipóteses

Hipótese 1: no caso de a criança aceder apenas à informação fonética para responder à prova de segmentação silábica de palavras, o número de segmentações será sempre coincidente com o número de vogais foneticamente disponíveis no estímulo acústico apresentado (*chávena* [¹ʃavnɐ] = 2; [¹ʃavɨnɐ] = 3).

Hipótese 2: no caso de a criança aceder apenas à representação fonológica para responder à prova de segmentação silábica de palavras, o número de segmentações será sempre coincidente com o número de vogais presentes na representação fonológica do item lexical sob avaliação (*chávena* = 3).

2. Aspectos metodológicos

Nesta secção, são apresentados os aspectos metodológicos relativos ao presente estudo exploratório, de natureza experimental transversal: (i) seleção e caracterização da amostra; (ii) construção dos estímulos linguísticos usados na prova aplicada (*prova de segmentação silábica de palavras*); (iii) procedimentos de aplicação da prova; (iv) tratamento dos dados.

2.1 Seleção e caracterização da amostra

Os resultados descritos no presente estudo decorrem da avaliação de um grupo de 23 crianças a frequentar o Ensino Pré-Escolar. As crianças selecionadas foram recrutadas no estabelecimento de ensino *Externato Flor do Campo*, na Ramada, no qual a segunda autora do presente trabalho desempenha funções como terapeuta da fala. Foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão das crianças na amostra:

- (i) serem falantes monolíngues de PE;
- (ii) não terem perturbações da linguagem, cognitivas ou motoras que prejudicassem a realização da tarefa;
- (iii) frequentarem o Ensino Pré-Escolar;
- (iv) não beneficiarem de apoio em Terapia da Fala ou de apoio educativo.

O grupo foi constituído por 17 crianças do sexo feminino e 6 crianças do sexo masculino, com uma média de idades de cinco anos e quatro meses (cf. Tabela 1).

TABELA 1 - Distribuição da amostra de acordo com a *idade* e com o *género*.

Grupo	Nº de crianças	Média de Idades	Género
Crianças do Pré-Escolar	23	5;04	17F; 6M

2.2 Estímulos linguísticos

Na sequência do objetivo específico do presente trabalho (avaliar o impacto da presença *versus* ausência de vogais átonas numa prova de segmentação silábica de palavras), procedeu-se à construção do instrumento

de avaliação a utilizar para o efeito. Foram selecionados estímulos com as seguintes características:

TABELA 2 – Propriedades fonológicas dos estímulos-alvo em cada palavra.

Prova de segmentação silábica com e sem apagamento de vogais
<i>Extensão de palavra:</i> palavras trissilábicas (ex. <i>chávena</i>) e polissilábicas (ex. <i>capacete</i>).
<i>Estrutura silábica:</i> Sempre que possível, presença de sílabas com formato CV (ex. <i>gelatina</i>).
<i>Sistema vocálico:</i> vogais [ɨ] ou [u] átonas (passíveis de apagamento) em posições medial ou final.

Tendo por base as propriedades fonológicas supracitadas, foram selecionados 7 estímulos manipulados com base no tópico sob avaliação (efeito da existência *versus* inexistência de apagamento(s) de vocálico(s) numa tarefa de segmentação silábica):

TABELA 3 – Itens lexicais-alvo.

Prova de segmentação silábica com e sem apagamento de vogais
Palavras trissilábicas: <i>chávena</i> , <i>pêssego</i>
Palavras polissilábicas: <i>capacete</i> , <i>chocolate</i> , <i>elefante</i> , <i>gelatina</i> , <i>professora</i>

Foram feitas gravações das palavras acima com controlo da presença *versus* ausência de vogais átonas passíveis de não serem produzidas na oralidade, em contexto de fala espontânea. As palavras foram produzidas por uma falante monolíngue do PE padrão sem formação na área da linguística. À informante foi pedido que produzisse cada uma das sete palavras na Tabela 3, com dois formatos possíveis: um produzido com velocidade de fala “normal” (N); outro produzido com velocidade de fala “rápida” (R). Não foram dadas mais instruções à informante, no sentido de obter produções o mais naturais possível. Para as gravações, foi usado um

gravador Marantz, Formato Stereo, PCM-24, 24 bit, 96kHz. Com base nos critérios supramencionados, obtiveram-se as gravações das palavras listadas na Tabela 3, com os seguintes formatos fonéticos:

TABELA 4 – Formatos fonéticos dos itens lexicais-alvo.

Prova de segmentação silábica com e sem apagamento de vogais	
Palavras trissilábicas:	<i>chávena</i> ['ʃavnɐ] / ['ʃavɪnɐ] <i>pêssego</i> ['pɛsgu] / ['pɛsɪgu]
Palavras polissilábicas:	<i>capacete</i> [kɐpɐ 'setʰ] / [kɐpɐ 'setɪ] <i>chocolate</i> [ʃ:k ^w 'latʰ] / [ʃuku 'latɪ] <i>elefante</i> [iɛ 'fɛtʰ] / [ilɪ 'fɛtɪ] <i>gelatina</i> [ʒlɐ 'tine] / [ʒilɐ 'tine] <i>professora</i> [pruf 'sorɐ] / [prufɪ 'sorɐ]

Para o controlo da qualidade fonética das palavras listadas na Tabela 4, procedeu-se à sua análise acústica através do programa *PRAAT*², com vista à identificação da presença *versus* ausência de vogais átonas. As transcrições registadas na Tabela 4 foram, portanto, baseadas na (não) observação das vogais átonas no espectro acústico. Note-se que a forma “rápida” da palavra *chocolate* ([ʃ:k^w 'latʰ]) não tem o formato fonético esperado ([ʃuku 'latʰ] ou [ʃuk^w 'latʰ]), eventualmente mais recorrentes nos enunciados de fala, embora não estejam disponíveis dados sobre frequência de ocorrência de formatos fonéticos em PE). No entanto, a sua naturalidade enquanto forma fonética possível no PE padrão levou-nos a mantê-la no instrumento de avaliação construído.

Os 2 formatos fonéticos das 7 palavras testadas (14 estímulos-alvo) foram incluídos num instrumento com palavras distratoras (19), usadas na prova de segmentação silábica aplicada em Afonso (*em prep.*) e correspondentes aos seguintes formatos, nos quais todas as vogais se encontram preservadas:

² Análise acústica realizada com a ajuda da terapeuta da fala e investigadora Susana Rodrigues.

TABELA 5 - Estímulos distratores.

Extensão	Estrutura Silábica	Estímulos
Monossílabos	'CV	<i>chá / nó / pá / pé</i>
Dissílabos	'CV.CV	<i>bola / pato / carro / faca / gato</i>
Trissílabos	CV.'CV.CV	<i>cavalo / banana / sapato / bolacha / gelado</i>
	V.CV.'CV.CV	<i>amarelo / etiqueta</i>
Polissílabos	CV.CV.'CV.CV	<i>rebuçado</i>
	CCV.CV.'CV.CV	<i>trotineta / crocodilo</i>

O instrumento final ficou, assim, constituído por 33 estímulos áudio, cuja apresentação era acompanhada por 33 imagens evocativas das palavras sob avaliação. As imagens foram concebidas especificamente para o efeito por uma *designer* gráfica, seguindo critérios gráficos homogéneos (uso de imagem colorida sobre fundo branco), e avaliadas em Afonso (*em prep.*) através de teste de nomeação aplicado a 30 crianças. O uso de imagens teve o único objetivo de tornar a prova mais apelativa para as crianças.

A ordem de apresentação dos estímulos foi aleatória. Desta forma, e tendo em conta os 14 estímulos-alvo, os formatos das palavras *capacete*, *chocolate*, *elefante*, *gelatina* e *pêssego* com apagamento de vogal foram apresentados antes das suas contrapartidas com presença de vogal; os formatos das palavras *chávena* e *professora* sem apagamento de vogal foram apresentados após as suas contrapartidas com presença de vogal. Esta informação será tida em consideração na apresentação e discussão dos dados nas secções 3 e 4 deste artigo.

1.3 Procedimentos de aplicação

A *prova de segmentação silábica* foi aplicada à amostra em estudo no decorrer dos meses de abril a junho de 2013. Para a aplicação da tarefa, pediu-se à educadora que entregasse aos encarregados de educação um pedido de autorização, de forma a serem identificadas as crianças disponíveis para a realização do presente estudo. Conduziu-se, individualmente, cada criança a uma sala isolada, tendo-a sentado de frente para o computador e ao lado do investigador. Em cima da mesa, estava colocada uma câmara de filmar, de forma a registar os movimentos dos dedos das crianças e as suas

produções verbais. Cada criança foi informada de que a câmara de filmar estava a gravar as suas respostas, para que não se distraísse com a presença da mesma. Foi elaborada uma folha de registo, tendo-se dito a cada criança que o investigador iria registar as suas respostas.

Para a aplicação da tarefa, utilizou-se o programa *E-prime 2.0* (Schneider, Eschman & Zuccolotto, 2007), que permite manipular, em simultâneo, estímulos visuais e auditivos. Foram utilizados cinco itens de treino: 1 – *alho* / 2 – *alicate* / 3 – *bolo* / 4 – *colcha* / 5 – *preto*. Explicou-se aos sujeitos que iriam ouvir cada palavra uma vez, solicitando-se que a dividissem em bocadinhos.

A tarefa tinha início com um *slide* com o sinal de adição no ecrã do computador, para que a criança se preparasse para a realização da tarefa. Surgia, em seguida, um *slide* com uma imagem do sol e, passados 0,3 segundos, a criança ouvia a palavra-estímulo uma vez; terminada a apresentação do estímulo auditivo, a imagem do sol desaparecia do ecrã, após o que a criança começava a segmentar a sílaba ouvida. Por cada segmentação efetuada (e interpretada por nós como equivalente a uma sílaba identificada), a criança deveria carregar na tecla Y (com a imagem do Nemo), aparecendo um traço horizontal preto no limite inferior do ecrã; eram, assim, produzidos tantos traços horizontais quantas as segmentações propostas pela criança; o objetivo era o de que a criança tivesse *feedback* visual da sua decisão. Assim que a criança terminava a tarefa executada sobre a palavra ouvida, aparecia novamente, no ecrã, o *slide* com o sinal de adição.

2.4 Tratamento dos dados

As respostas das crianças foram automaticamente registadas através do programa *E-Prime* (número de segmentações por palavra apresentada). As gravações da sessão foram transcritas e confrontadas com os resultados registados pelo *E-Prime*.

Com base nos formatos fonéticos listados na Tabela 4, as respostas das crianças foram avaliadas (taxas de sucesso) em função do critério *número de segmentações = número de vogais presentes no estímulo fonético*. Desta forma, foi usada a codificação apresentada na Tabela 6:

TABELA 6 – Codificação das respostas das crianças.

Prova de segmentação silábica com e sem apagamento de vogais	
Palavras trissilábicas:	<i>chávena</i> [ˈʃavɐ] = 2 / [ˈʃavinə] = 3 <i>pêssego</i> [ˈpɛsgu] = 2 / [ˈpɛsigu] = 3
Palavras polissilábicas:	<i>capacete</i> [kɐpɛˈsetʰ] = 3 / [kɐpɛˈseti] = 4 <i>gelatina</i> [ʒlɛˈtinɐ] = 3 / [ʒilɛˈtinɐ] = 4 <i>professora</i> [pɾufˈsorɐ] = 3 / [pɾufiˈsorɐ] = 4 <i>chocolate</i> [ʃukuˈlati] = 4 / [ʃ:kʷˈlatʰ] = 1 <i>elefante</i> [ilɛˈfɛtʰ] = 2 / [ilɛiˈfɛtɪ] = 4

Para a análise dos resultados obtidos no presente trabalho, utilizou-se o programa informático *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) 17.0*, tendo-se efetuado uma análise de carácter descritivo, incidindo sobre os estímulos distratores e sobre as estruturas em avaliação (palavras com presença *versus* ausência de vogais no *input* acústico dos estímulos-alvo), e uma análise inferencial (teste não paramétrico de Wilcoxon), que permitirá avaliar a relevância desta variável.

3. Descrição e discussão dos resultados

Nesta secção, serão descritos os resultados obtidos através da aplicação da *prova de segmentação silábica* à amostra descrita na secção 2.1. A Tabela 7 apresenta, em valores percentuais e por item lexical-alvo, o sucesso das crianças observadas na segmentação dos 14 formatos fonéticos dos 7 estímulos-alvo selecionados, julgada em função do critério subjacente à Tabela 6. É, ainda, disponibilizada a percentagem, por formato fonético-alvo, das segmentações produzidas pelas crianças e que não estão de acordo com o critério usado no presente estudo (cf. Tabela 6).

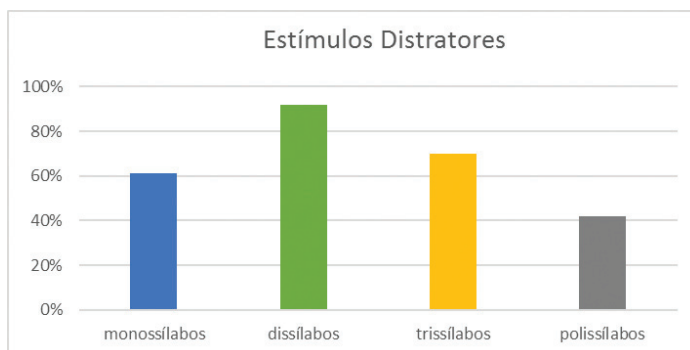
TABELA 7 – (In)sucessos na segmentação (valores percentuais por formato-alvo)

<i>Estímulos</i>	<i>% de Sucesso</i>	<i>Insucessos</i>
['ʃavnɐ]	52%	4% = 1 segmentação 40% = 3 segmentações 4% = 4 segmentações
['ʃavɪnɐ]	30%	70% = 2 segmentações
[pruf 'sɔrɐ]	30%	4% = 1 segmentação 36% = 2 segmentações 30% = 4 segmentações
[prufi 'sɔrɐ]	22%	26% = 2 segmentações 52% = 3 segmentações
['pɛsgu]	48%	4% = 1 segmentação 48% = 3 segmentações
['pɛsigu]	52%	8% = 1 segmentação 40% = 2 segmentações
[kɛpɐ 'sɛtʰ]	65%	12% = 1 segmentação 8% = 2 segmentações 16% = 4 segmentações
[kɛpɐ 'sɛtɪ]	26%	26% = 2 segmentações 48% = 3 segmentações
[ʒlɛ 'tɪnɐ]	39%	8% = 1 segmentação 22% = 2 segmentações 27% = 4 segmentações 4% = 5 segmentações
[ʒɪlɛ 'tɪnɐ]	43%	8% = 1 segmentação 18% = 2 segmentações 31% = 3 segmentações
[ʃ:kʷ 'latʰ]	0%	17% = 2 segmentações 35% = 3 segmentações 48% = 4 segmentações
[ʃuku 'latɪ]	52%	8% = 2 segmentações 40% = 3 segmentações
[iɪ 'fɛtʰ]	30%	4% = 1 segmentação 40% = 3 segmentações 26% = 4 segmentações
[ili 'fɛtɪ]	43%	27% = 2 segmentações 30% = 3 segmentações

Os resultados apresentados na Tabela 7 mostram taxas de sucesso baixas (entre 0% e 65%) na segmentação das palavras apresentadas por parte das crianças observadas. Estes resultados podem dever-se aos seguintes efeitos: (i) um *efeito da complexidade do instrumento*, que apresenta a mesma palavra com dois formatos fonéticos distintos, o que pode ter interferido no desempenho global das crianças face à *prova de segmentação silábica* proposta; (ii) um *efeito de extensão de palavra* dos estímulos representados na Tabela 7, dado serem todos itens lexicais trissilábicos ou polissilábicos.

Para avaliar estes efeitos, analisámos o comportamento das crianças observadas face aos restantes estímulos do instrumento. Se se tratar de um *efeito da complexidade do instrumento*, as taxas de sucesso serão globalmente baixas; se se tratar de um *efeito de extensão de palavra*, os trissílabos e polissílabos distratores também apresentarão taxas de sucesso baixas. O Gráfico 1 regista as taxas de sucesso obtidas nos estímulos distratores:

GRÁFICO 1 – Sucesso na segmentação silábica dos estímulos distratores.



Os resultados no Gráfico 1 revelam uma elevada taxa de sucesso na segmentação de estímulos dissilábicos (92%), que contrasta com os valores obtidos para os estímulos com extensões trissilábica (70%), monossilábica (61%) e polissilábica (42%). Estes resultados argumentam contra o *efeito da complexidade do instrumento*, se nos centrarmos nos dados para os dissílabos, uma vez que não se registam constrangimentos na execução da tarefa de segmentação silábica face a estímulos dissilábicos, sendo o valor

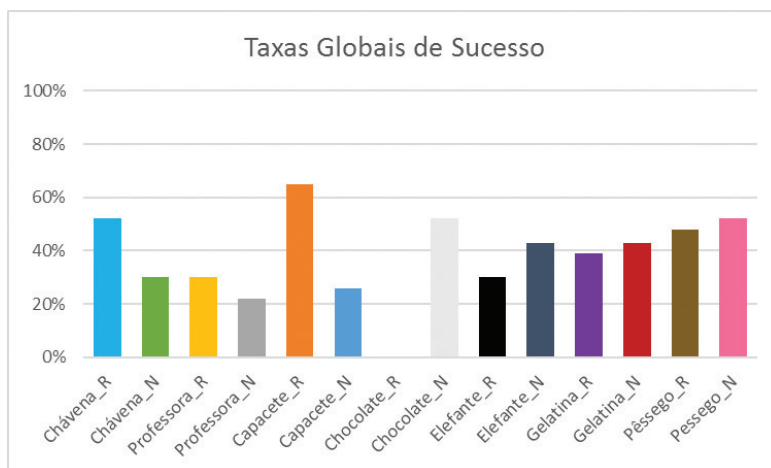
de sucesso global na segmentação destes estímulos elevado e semelhante aos registados noutros estudos sobre o PE (entre outros, Sim-Sim, 1997; Afonso, 2008; Vasco, 2008).

O resultado obtido para os dissílabos neste estudo contrasta com os identificados para os monossílabos e para os trissílabos, com valores próximos entre si e superiores aos apresentados para os polissílabos. Os estudos no âmbito da consciência silábica têm encontrado dados que remetem para uma maior facilidade em segmentar estímulos dissilábicos, seguidos de estímulos trissilábicos e monossilábicos (Sim-Sim, 1997; Cielo, 2001; Afonso, 2008; Vasco, 2008; Alves, Castro & Correia, 2010). Outros estudos referem especificamente que os estímulos monossilábicos e os polissilábicos são os mais difíceis de segmentar (Andreazz-Balestrin, Cielo, Lazzarotto, 2008; Santos, 2012). Os resultados obtidos neste estudo vão ao encontro do referido na literatura, podendo o contraste entre o sucesso nos dissílabos e o sucesso nos restantes formatos de palavra constituir argumento a favor do *efeito de extensão de palavra*.

No entanto, as taxas de sucesso para trissílabos e polissílabos com preservação das vogais átonas registados na Tabela 7 são substancialmente inferiores às dos trissílabos distratores (41% nos trissílabos-alvo *versus* 70% nos trissílabos distratores), não se registando esta diferença nos polissílabos (38% nos polissílabos-alvo *versus* 42% nos polissílabos distratores). Estes resultados, sobretudo os dos trissílabos, podem apontar para um *efeito de complexidade do instrumento*. No entanto, à excepção de *gelado* e *rebuçado*, os restantes distratores trissilábicos (4/5 palavras) e polissilábicos (4/5 palavras) não apresentam a vogal átona [ɨ], o que pode constituir um fator promotor do sucesso na segmentação dos estímulos distratores. Ainda assim, os valores de sucesso na segmentação de trissílabos em Afonso (2008) e na segmentação de trissílabos e polissílabos em Afonso (*em prep.*) são superiores aos registados no presente trabalho, pelo que não se exclui a possibilidade de um *efeito de complexidade do instrumento* na segmentação dos estímulos considerados mais problemáticos na literatura (*monossílabos, trissílabos e polissílabos*), a ser testado em estudos futuros.

Centrar-nos-emos, agora, na análise dos resultados relativos às 7 palavras-alvo, registados na Tabela 7 e no Gráfico 2, abaixo, que nos permitirão avaliar as hipóteses colocadas na secção 1.

GRÁFICO 2 – Sucesso na segmentação das palavras com diferente número de vogais.



NB: De acordo com as instruções fornecidas à informante, usamos as seguintes notações: N = “normal” (preservação de todas as vogais); R = “rápida” (realização de apagamentos vocálicos).

Relembramos aqui que, para os estímulos *chávena* e *professora*, a versão com preservação das vogais átonas foi apresentada antes da versão com apagamento(s) vocálico(s), tendo ocorrido o inverso nos restantes estímulos lexicais manipulados. Este facto não parece, no entanto, ter afetado os desempenhos infantis:

- (i) as palavras *chávena* (N=30%; R=50%), *capacete* (N=26%; R=65%) e *professora* (N=22%; R=30%) apresentam taxas de sucesso mais elevadas em estímulos acústicos com apagamentos vocálicos, apesar da diferença na ordem de apresentação dos estímulos;
- (ii) do mesmo modo, e também apesar da diferença na sua ordem de apresentação, os estímulos *gelatina* (N=43%; R=39%), *pêssego* (N=52%; R=48%), *elefante* (N=43%; R=30%) e *chocolate* (N=52%; R=0%) apresentam taxas de sucesso mais altas nos estímulos com preservação das vogais átonas.

Note-se, no entanto, que em nenhum dos casos existe diferença estatisticamente significativa entre os dois tipos de produção (com / sem preservação das vogais átonas) para cada um dos sete pares de estímulos acústicos usados (consultem-se os dados na Tabela 8):

TABELA 8 – Valores de sucesso para os estímulos alvo (significância estatística)

<i>Tipos de estímulos acústicos</i>	<i>Sucesso</i>	<i>Sig</i>
Trissílabos com apagamento de V	50%	Sig = 0,581 (sem diferença estatística)
Trissílabos sem apagamento de V	41%	
Polissílabos com apagamento de V	37%	Sig = 0,715 (sem diferença estatística)
Polissílabos sem apagamento de V	38%	

Globalmente, os trissílabos com apagamento de vogais átonas parecem promover ligeiramente o processamento da informação disponível no estímulo acústico apresentado; no caso dos polissílabos, tal tendência não se verifica. Não é, portanto, possível observar uma preferência global na segmentação de estímulos com / sem preservação das vogais átonas: por si só, a sua presença ou ausência não parece promover a tarefa de segmentação. A diferença descritiva entre os valores mais baixos nos polissílabos com apagamento de vogais átonas (37%) do que nos trissílabos congéneres (50%) pode decorrer ou de um *efeito de extensão de palavra* (trissílabos >> polissílabos) ou da complexidade dos estímulos, uma vez que dois dos estímulos polissilábicos (*chocolate* e *elefante*) apresentam mais do que uma vogal átona suprimida, tendo o formato *chocolate* [ʃ:k^wˈlætʰ] sido particularmente problemático.

Não foram feitos comentários ao impacto dos tipos de sequências segmentais decorrentes dos apagamentos vocálicos no desempenho das crianças porque todas elas violam princípios de boa formação silábica, enquanto princípios que dão conta do nível de silabificação de base. Não havendo um estudo para o PE que dê conta de todos os possíveis padrões segmentais em contexto de ressilabificação, não podemos tecer comentários sobre o impacto deste aspeto nos desempenhos das crianças. Resta-nos

referir que um dos formatos mais problemáticos para as crianças observadas (*elefante* [iɛˈfɛ̃tʰ]) mostra a ativação da regra pós-lexical de velarização da lateral em final de sílaba, o que o aproxima dos formatos silábicos legítimos em PE, não facilitando, no entanto, o seu processamento.

O que podemos afirmar, com base nos dados recolhidos, é que as duas vias parecem estar ativadas aquando do desempenho de uma tarefa de segmentação silábica: (i) o processamento do sinal acústico, nos casos de sucesso face a estímulos com apagamento vocálico e nos casos de erros face a estímulos sem apagamento vocálico que recrutam o número de vogais suprimidas na oralidade; (ii) o acesso à representação fonológica da palavra, nos casos dos erros de segmentação face a estímulos com apagamento de vogais átonas que recrutam o número de vogais fonológicas.

Os únicos casos ambíguos, irrelevantes para as hipóteses sob avaliação, são os estímulos acústicos com todas as vogais preservadas, por não nos permitirem saber qual a informação processada pela criança para responder à tarefa: a presente no estímulo acústico ou a inerente à representação fonológica. Estes são os formatos normalmente testados em tarefas de segmentação silábica de palavras nos estudos disponíveis na literatura (Castelo, 2012), que não nos permitem, portanto, discutir o tipo de informação linguística recrutada no desempenho de tarefas de consciência fonológica.

A hipótese formulada acima, sobre a ativação das duas vias de processamento no desempenho de tarefas de segmentação silábica (acesso ao estímulo acústico ou acesso à representação fonológica), encontra suporte empírico nos seguintes comportamentos das crianças avaliadas:

- (i) os casos de sucesso face a estímulos com apagamento vocálico mostram que as crianças são capazes de produzir um número de segmentações igual ao número de vogais acusticamente disponíveis no estímulo fornecido, não recorrendo obrigatoriamente à representação fonológica durante o desempenho de uma tarefa de segmentação silábica (a taxa de sucesso neste contexto foi de 44%, oscilando entre 30% e 65%, se extrairmos o caso problemático de *chocolate* [ʃ:kʷˈlætʰ], com 0% de segmentações corretas, que abaixo comentaremos);
- (ii) nos casos de erros na segmentação, os dois cenários mais frequentes são (cf. destaques a negrito em (3), abaixo):

- o estímulo sem preservação acústica de todas as vogais átonas é tendencialmente segmentado com um número igual ao número de vogais fonológicas ([¹ʃavnɐ] = 40% para 3 segmentações; [pruf¹sorɐ] = 30% para 4 segmentações; [¹pɛsgu] = 48% para 3 segmentações; [kɛpɐ¹set^h] = 17% para 4 segmentações; [ʒlɛ¹tine] = 27% para 4 segmentações);
- os casos em que o estímulo com preservação de todas as vogais átonas é tendencialmente segmentado como tendo sido produzido com apagamento de vogais átonas ([¹ʃavine] = 20% para 2 segmentações; [prufi¹sorɐ] = 52% para 3 segmentações; [¹pɛsigu] = 40% para 2 segmentações; [kɛpɐ¹seti] = 48% para 3 segmentações; [ʒilɛ¹tine] = 31% para 3 segmentações).

Vejam-se os destaques abaixo, retirados da Tabela 7:

(3) Erros em função dos formatos com / sem preservação de vogais átonas

<i>Estímulos</i>	<i>Insucessos</i>
[¹ ʃavnɐ]	40% = 3 segmentações
[¹ ʃavine]	70% = 2 segmentações
[pruf ¹ sorɐ]	36% = 2 segmentações 30% = 4 segmentações
[prufi ¹ sorɐ]	26% = 2 segmentações 52% = 3 segmentações
[¹ pɛsgu]	48% = 3 segmentações
[¹ pɛsigu]	40% = 2 segmentações
[kɛpɐ ¹ set ^h]	8% = 2 segmentações 17% = 4 segmentações
[kɛpɐ ¹ seti]	26% = 2 segmentações 48% = 3 segmentações
[ʒlɛ ¹ tine]	22% = 2 segmentações 27% = 4 segmentações
[ʒilɛ ¹ tine]	18% = 2 segmentações 31% = 3 segmentações

A segunda estratégia mais frequente, no caso das segmentações incorretas, é a utilização de duas segmentações, correspondentes a duas posições rítmicas. Esta preferência por um ritmo binário tem sido relatada em estudos que disponibilizam dados relativos aos erros na produção de segmentações silábicas, nomeadamente face a alvos monossilábicos (Afonso, *em prep.*), podendo esta estratégia estar também relacionada com a preferência por um padrão dissilábico, presente nos dados iniciais da aquisição (cf. Johnson & Reimers, 2010 para estado da arte).

Os casos dos estímulos com apagamento exclusivo da vogal [ɨ] (*capacete, chávena, pêssego, gelatina*) são menos problemáticos do que os estímulos com apagamento de duas ou mais vogais (*chocolate, elefante*), para os quais se identifica uma maior diversidade de erros nas segmentações, não sendo estes consistentes nem com o número de vogais na representação fonológica nem com o número de vogais no estímulo acústico. A dificuldade na segmentação destes estímulos pode decorrer, assim, da sua complexidade, conferida pela supressão de mais do que uma vogal átona. Vejam-se os dados destacados em (4):

(4) *Casos problemáticos*

<i>Estímulos</i>	<i>Insucessos</i>
[ʃ:k ^w 'lat ^h]	17% = 2 segmentações 35% = 3 segmentações 48% = 4 segmentações
[ʃuku 'latɨ]	8% = 2 segmentações 40% = 3 segmentações
[iɨ 'fēt ^h]	4% = 1 segmentação 40% = 3 segmentações 26% = 4 segmentações
[ilɨ 'fētɨ]	27% = 2 segmentações 30% = 3 segmentações

No caso dos formatos com dois ou mais apagamentos vocálicos ([ʃ:k^w 'lat^h] e [iɨ 'fēt^h]), o número de segmentações preferencial (3) não corresponde ao número de vogais na representação fonológica. Pode,

no entanto, corresponder a formatos fonéticos possíveis na oralidade, embora ausentes no instrumento de avaliação usado, nomeadamente o formato em que a vogal final [ɨ] é suprimida. A ser provado em trabalhos futuros, este facto levantaria uma outra hipótese, a de que as crianças acederiam, no processo de realização de tarefas de consciência fonológica, à representação de diferentes formatos fonéticos nos enunciados da sua língua, eventualmente os mais frequentes na oralidade, mostrando, assim, consciência da heterogeneidade de formatos fonéticos para uma mesma entrada lexical no PE.

O formato [ʃ:k^wˈlat^h] foi produzido pela informante responsável pelas produções introduzidas na *prova de segmentação silábica* usada neste estudo, com base na instrução que lhe foi fornecida (produção da palavra com velocidade rápida). Não havendo estudos sobre frequência de ocorrência de formatos fonéticos das palavras em PE, não nos é possível verificar a sua ocorrência efetiva nos enunciados de fala em PE. É nossa intuição, porém, que este não será dos formatos fonéticos mais recorrentes para esta palavra na cadeia sonora, o que poderá ter comprometido a segmentação deste estímulo. Note-se que não se registou uma única segmentação correspondente ao número de vogais no estímulo acústico (1); as estratégias preferenciais foram o uso de 4 segmentações (48%), consistente com o formato fonológico da palavra, ou de 3 segmentações (35%), eventualmente decorrente de um formato fonético possível com apagamento da vogal final [ɨ].

4. Considerações finais

No presente estudo, debruçámo-nos sobre a natureza da informação processada pelas crianças aquando da realização de uma *prova de segmentação silábica*. Pretendemos, assim, contribuir com evidência empírica para a discussão sobre o tipo de informação linguística processada durante o desempenho deste tipo de tarefas de consciência fonológica: conhecimento fonológico, armazenado na representação lexical, ou informação de natureza fonética, presente nos estímulos acústicos fornecidos para o desempenho da tarefa.

O PE padrão é um sistema particularmente relevante para estudar o tópico em foco, dada a assimetria entre representação fonológica e formatos

fonéticos possíveis para uma mesma entrada lexical. Esta assimetria decorre da produtividade dos processos de alteração da qualidade vocálica em posição átona e de apagamento vocálico, como demonstrado na secção 1 deste artigo. Quisemos, assim, saber se diferentes formatos fonéticos de um mesmo item lexical (*chávena* [ˈʃavɨnɐ] / [ˈʃavnɐ]), com e sem preservação das vogais átonas, desencadeariam diferentes respostas por parte das crianças. Com base no diferente número de vogais presentes nos dois estímulos acústicos apresentados para cada uma das sete palavras-alvo selecionadas (sete estímulos com apagamento de vogais átonas; sete estímulos sem apagamento de vogais átonas), testámos as seguintes hipóteses, agora retomadas:

(5) *Hipóteses*

Hipótese 1: no caso de a criança aceder apenas à informação fonética para responder à prova de segmentação silábica de palavras, o número de segmentações será sempre coincidente com o número de vogais foneticamente disponíveis no estímulo acústico apresentado (*chávena* [ˈʃavnɐ] = 2; [ˈʃavɨnɐ] = 3).

Hipótese 2: no caso de a criança aceder apenas à representação fonológica para responder à prova de segmentação silábica de palavras, o número de segmentações será sempre coincidente com o número de vogais presentes na representação fonológica do item lexical sob avaliação (*chávena* = 3).

Como afirmámos acima, vários estudos têm referido que o desempenho de tarefas de consciência fonológica pode recrutar informação contida na forma ortográfica de uma palavra, associada à sua representação no léxico mental (para o PE, consulte-se Veloso, 2003 e Castelo, 2012). Para eliminar a possibilidade de evocação da representação ortográfica dos itens lexicais, que se assume estar associada aos mesmos a partir do início do processo de aprendizagem da leitura e da escrita, optámos por avaliar crianças não alfabetizadas, a frequentar um estabelecimento de Ensino Pré-escolar.

Os resultados obtidos não nos permitiram confirmar as hipóteses formuladas: no caso da *Hipótese 1*, parece existir a capacidade de responder

à tarefa de segmentação em função do número de vogais disponíveis no estímulo acústico com apagamento(s) vocálico(s); no entanto, estes mesmos estímulos podem ser segmentados ou em função do número de vogais presentes na representação fonológica da palavra ou em função de um padrão rítmico binário, não marcado, presente quer em respostas a tarefas de consciência fonológica quer nos dados iniciais da aquisição de língua materna (Johnson & Reimers, 2010).

A *Hipótese 2* também não foi empiricamente confirmada pelos dados recolhidos, uma vez que nem sempre a resposta foi dada em função do número de vogais fonológicas presentes na representação lexical da palavra. Por outro lado, os erros de segmentação dos estímulos com preservação de todas as vogais da palavra são tendencialmente de dois tipos: ou seguem o padrão rítmico binário acima referido ou são consistentes com o formato fonético com apagamento vocálico, presente na oralidade e fornecido no instrumento aplicado (cf. dados em (3)). Tal comportamento mostra que as segmentações silábicas podem não decorrer exclusivamente do processamento das vogais acústicas no sinal de fala ou do acesso às representações fonológicas armazenadas no léxico mental, podendo recrutar a consciência de diferentes formatos fonéticos disponíveis em PE para uma só entrada lexical.

A hipótese do acesso a diferentes representações fonéticas de uma só palavra pode explicar os dados obtidos para os estímulos mais problemáticos, *chocolate* [ʃ:k^wˈlat^h] e *elefante* [iɛˈfɛt^h]. No caso de *chocolate* [ʃ:k^wˈlat^h], com apenas uma vogal identificada no espectro acústico, não houve segmentações consistentes com a única vogal disponível no sinal acústico; em 48% dos casos, as 4 segmentações podem ser interpretadas como decorrendo do acesso à representação fonológica; em 35% dos casos, as 3 segmentações indicariam o acesso a um formato fonético possível no PE (eventualmente, [ʃukuˈlat^h]), com apagamento do [ɛ] final, que nos parece ser recorrente nos enunciados de fala, embora, como referimos anteriormente, não disponhamos de dados sobre frequência de ocorrência de formatos fonéticos nos enunciados de fala desta língua. Comportamento análogo é registado para *elefante* [iɛˈfɛt^h], com 26% de respostas para 4 segmentações, que indiciam o acesso à representação fonológica, e 40% de respostas para 3 segmentações, eventualmente resultantes do acesso ao

formato fonético comum no PE, com apagamento do [ɨ] final, [ilɨ'fẽtʰ].

Em síntese, os resultados obtidos não permitiram confirmar as hipóteses iniciais (cf. secção 1), pensadas inicialmente como mutuamente exclusivas. Tratando-se de um estudo exploratório, e tendo em conta a heterogeneidade de dados obtidos, colocamos a hipótese de diferentes vias concorrentes serem ativadas no processo de realização de tarefas de consciência fonológica, na linha do que é sublinhado por outros autores, nomeadamente, os que referem a possibilidade do recurso a representações fonológicas e ortográficas –(e.g. Ehri & Wilce, 1980; Bruck, 1992; Castles *et al.*, 2003; Veloso, 2003; Castelo, 2012, entre outros): (i) o acesso à representação fonológica da palavra; (ii) o processamento exclusivo da informação presente no sinal acústico; (iii) o recrutamento da consciência de diferentes formatos fonéticos para uma mesma entrada lexical³. Esta hipótese deverá ser testada em investigação futura, com controlo do número e da posição dos apagamentos vocálicos, no sentido de testar eventuais efeitos destas condições nos desempenhos infantis em tarefas de consciência fonológica.

REFERÊNCIAS

- Afonso, C. 2008. *Complexidade prosódica e segmentação de palavras em crianças entre os 4 e os 6 anos*. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa.
- Afonso, C. (em prep.). *Complexidade Prosódica e Consciência Fonológica no Pré-Escolar e no 1.º Ciclo do Ensino Básico*. Dissertação de Doutoramento inscrita na Universidade de Lisboa.
- Alves, D., Castro, A. & Correia, S. 2010. Consciência fonológica – dados sobre consciência fonémica, intrassilábica e silábica. In A. M. Brito, F. Silva, J. Veloso e A. Fiéis (Eds.). *Textos Seleccionados do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto: APL, 169-184.
- Andreazza-Balestrin, C., Cielo, C.A. & Lazzarotto, C. 2008. Relação entre desempenho em consciência fonológica e a variável sexo: um estudo com crianças pré-escolares. *Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia*, 13(2), 154-160.

³ Exportando estes resultados para os estudos sobre a consciência de unidades segmentais, e confirmando-se a hipótese das vias concorrentes para o processamento dos estímulos em tarefas de consciência fonológica, será terminologicamente mais rigorosa a designação *consciência segmental*, em detrimento da designação *consciência fonémica*, uma vez que esta apenas remete para unidades de natureza fonológica, enquanto a primeira inclui a referência aos diferentes tipos de representações das unidades consonânticas.

- Bernhardt, M. & Stemberger, J. 1998. *Handbook of phonological development from the perspective of constraint-based nonlinear phonology*. San Diego: Academic Press.
- Bourassa, D. & Treiman, R. 2001. Spelling development and disability: The importance of linguistic factors. *Language, Speech and Hearing Services in Schools*, 32, 172-181.
- Bruck, M. 1992. Persistence of Dyslexics' Phonological Awareness Deficits. *Developmental Psychology*, 28 (5), 874-886.
- Carroll, J. M., Snowling, M. J., Hulme, Ch. & Stevenson, J. 2003. The development of phonological awareness in pre-school children. *Developmental Psychology*, 39, 913-923.
- Castelo, A. 2012. *Competência Metafonológica e Sistema Não Consonântico no Português Europeu: Descrição, Implicações e Aplicações para o Ensino do Português como Língua Materna*. Tese de Doutoramento. Universidade de Lisboa.
- Castles, A., V. M. Holmes, J. Neath & S. Kinoshita 2003. How does orthographic knowledge influence performance on phonological awareness tasks? *The Quarterly Journal of Experimental Psychology – Section A*, 56 (3), 445-467.
- Cielo, C. A. 2001. *Habilidades em consciência fonológica em crianças de 4 a 8 anos de idade*. Curso de pós-graduação em Letras. Rio Grande do Sul: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Delgado-Martins, R. 1975/2002. Percepção do acento em Português. *Fonética do Português. Trinta Anos de Investigação*. Lisboa: Editorial Caminho, 65-74.
- Ehri, L. C. & Wilce, L. S. 1980. The influence of orthography on readers' conceptualization of the phonemic structure of words. *Applied Psycholinguistics*, 1, 371-385.
- Fikkert, P. 1994. *On the Acquisition of Prosodic Structure*. Leiden: Holland Institute of Generative Linguistics.
- Fikkert, P. 2005. Getting sound structures in mind. Acquisition bridging linguistics and psychology. In A. Cutler (org.s) *Twenty-First Century Psycholinguistics: Four Cornerstones*. Lawrence Erlbaum Associates, 43-56.
- Fikkert, P. 2010. Developing representations and the emergence of phonology: evidence from perception and production. *Laboratory Phonology 10*. Berlin, NY: Mounon de Gruyter.
- Fikkert, P. & Freitas, M.J. 2006. Allophony and allomorphy cue phonological acquisition: evidence from the acquisition of the European Portuguese vowel system. *Catalan Journal of Linguistics*, volume 5 (Conxita Lleó & Anna Gavarró (Eds.) *The Acquisition of Romance*), 83-108.
- Fox, B. & Routh, D. 1975. Analysing spoken language into words, syllables and phonemes: a developmental study. *Journal of Psycholinguistic Research*, 4 (4), 331-342.

- Freitas, M. J. 1997. *Aquisição da estrutura silábica do Português europeu*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Freitas, M. J., Alves, D. & Costa, T. 2007. *O Conhecimento da Língua: Desenvolver a Consciência Fonológica*. Lisboa: Ministério da Educação/Direcção-Geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular. [87 pp.]
- Freitas, M. J., Rodrigues, C., Costa, T. & Castelo, A. 2012. *Os Sons que estão dentro das Palavras. Descrição e Implicações para o Ensino do Português como Língua Materna*. Lisboa: Ed. Colibri/APP. [228 pp.]
- Johnson, W. & Reimers, P. 2010. *Patterns in Child Phonology*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Kiparsky, P., & Menn, L. 1977. On the acquisition of phonology. In *Language Learning and Thought*. New York: Academic Press, 47–78
- Kolinsky, R. 1998. Spoken Word Recognition: A Stage-processing Approach to Language Differences. *European Journal of Cognitive Psychology*, 10(1), 1-40.
- Mateus, M. H. & Andrade, E. 2000. *The Phonology of Portuguese*. Oxford: Oxford University Press.
- Morais, J., Alegria, J. & Content, A. 1987. The relationships between segmental analysis and alphabetic literacy: an interactive view. *Cahiers de Psychologie Cognitive*, 7, 415-438.
- Rios, A. C. 2009. *Competências fonológicas na transição do pré-escolar para o 1.º Ciclo do Ensino Básico*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro.
- Rose, Y. 2000. *Headedness and Prosodic Licensing in the L1 Acquisition of Phonology*. Tese de Doutoramento, McGill University, Montréal.
- Santos, A.R 2012. *Consciência fonológica em crianças de idade pré-escolar*. Tese de Mestrado em Ciências da Fala e da Audição. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Schneider, W., Eschman, A. & Zuccolott, A. 2007. *E-prime – Getting Started Guide*. Pittsburgh: Psychology Software Tools, Inc.
- Sim-Sim, I. 1997. *Avaliação da Linguagem Oral: um Contributo para o conhecimento do Desenvolvimento Linguístico das Crianças Portuguesas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Snowling, M., Hulme, Ch., Smith, A. & Thomas, J. 1994. The effects of phonetic similarity and list length on children’s sound categorization performance. *Journal of Experimental Child Psychology*, 58, 160-180.
- Treiman, R. & Zukowsky, A. 1991. Levels of Phonological Awareness. In S. A. Brady & D. P. Shankweiler (Eds.). *Phonological processes in Literacy. A tribute to Isabelle Y. Liberman*. Hillsdale/Hove/Londres: Lawrence Erlbaum Associates, 67-83.

- Treiman, R., Bowey, J. & Bourassa, D. 2002. Segmentation of spoken words into syllables by English-speaking children as compared to adults. *Journal of Experimental Child Psychology*, 83, 213-238.
- Vasco, J. 2008. *Segmentação silábica em crianças em idade escolar e pré-escolar: dos quatro anos e seis meses aos sete anos e cinco meses de idade*. Monografia apresentada ao Instituto Politécnico de Setúbal.
- Veloso, J. 2003. *Da influência do conhecimento ortográfico sobre o conhecimento fonológico. Estudo longitudinal de um grupo de crianças falantes nativas do Português Europeu*. Dissertação de doutoramento, Universidade do Porto.
- Vigário, M., Freitas, M. J. & Frota, S. 2006. Grammar and frequency effects in the acquisition of prosodic words in European Portuguese. *Language and Speech*, 49 (2), 175-203.

O MODELO BIPHON E A FONOLOGIZAÇÃO DE TRAÇOS E SEGMENTOS NA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

Carmen Lúcia Barreto Matzenauer
carmen.matzenauer@gmail.com
Universidade Católica de Pelotas (Brasil)

ABSTRACT. The focus of this paper is the phonological acquisition and the Bidirectional Model of Phonology and Phonetics – BiPhon (Boersma, 2007, 2008, 2011; Boersma & Hamann, 2009). Since it is a model of L1 processing and of grammar that accounts for the interaction among three representational levels: [Phonetic Form], /Surface Form/ and |Underlying Form|, it is able to offer a specific view of the phonologization of features and segments. The paper discusses precisely the phonologization of the Portuguese vowel system by Brazilian children, that is, the integration of vowel segments into grammar based on the perception of acoustic cues which constitute phonetic categories and become the substrate of phonological categories formation; these categories are incorporated into the grammar as features that, in a co-occurring way, comprise the internal structure of the segments of the language. The formalization of the phonologization process is based on BiPhon. The approach combines the phonetic and phonological levels in language acquisition besides capturing the gradation that, in this process, characterizes the constitution of the inventory of vowels that integrates the phonology of Portuguese.

KEY WORDS. Language acquisition, BiPhon Model, Vowel system, Phonologization

RESUMO. O foco do artigo é a aquisição fonológica e o Modelo Bidirecional de Fonologia e Fonética – BiPhon (Boersma, 2007, 2008, 2011; Boersma & Hamann, 2009). Sendo modelo de processamento de L1 e de gramática que prevê a interação entre três níveis representacionais: [Forma Fonética], /Forma Fonológica de Superfície/ e |Forma Subjacente|, é capaz de oferecer visão particular do processo de fonologização de traços e de segmentos. Discute-se a fonologização especificamente de vogais do sistema do português por crianças brasileiras, ou seja, a integração à gramática dos segmentos vocálicos, a partir da percepção de pistas acústicas, as quais, constituindo categorias fonéticas, se tornam o substrato da formação de categorias fonológicas; essas categorias são incorporadas à gramática na qualidade de traços, que, de forma coocorrente, compõem a estrutura interna dos segmentos da língua. O processo de fonologização é formalizado com base no BiPhon. A abordagem articula os níveis fonético e fonológico na visão da aquisição da linguagem, além de captar a gradação que, nesse processo, caracteriza a constituição do inventário de vogais que integra a fonologia do português.

PALAVRAS-CHAVE. Aquisição da linguagem, Modelo BiPhon, Sistema vocálico, Fonologização

1. Introdução

No complexo processo de aquisição da fonologia de uma língua, de um continuum fonético que se lhe apresenta como *input*, a criança tem de abstrair categorias. As categorias abstratas constituem as unidades da gramática fonológica e, conseqüentemente, têm de ser o alvo da aquisição. Sob a perspectiva de que o som captado pelo ouvido tem de ser interpretado como unidade de uma gramática, tem-se o continuum codificado em unidades discretas, em um prolongamento entre a Fonética e a Fonologia, e essa operação implica que a aquisição possa ser identificada como um processo de *fonologização* de unidades originalmente físicas e contínuas.

Nesse contexto de reflexão, o objetivo do artigo¹ é expor o Modelo Bidirecional de Fonologia e Fonética – BiPhon, modelo de processamento e de gramática, proposto por Boersma (2007, 2008, 2011) e Boersma & Hamann (2009) e, com esse suporte, discutir o processo de fonologização do inventário de traços e de segmentos, particularmente do sistema vocálico, na aquisição da linguagem por crianças brasileiras. No presente estudo, trata-se fonologização como a incorporação, à gramática, de determinada unidade linguística – traço ou segmento –, estabelecendo um novo contraste e uma nova organização no conjunto estrutural que caracteriza o sistema fonológico. Apresentam-se considerações sobre a aquisição dos segmentos vocálicos, com foco proeminente na discussão da forma como o continuum dos sons passa a ser categorizado como traços e segmentos fonológicos. O artigo não tem preocupação com o detalhe fonético – o fato central é o processo de fonologização de unidades do inventário segmental do sistema vocálico do português do Brasil (PB). Os fenômenos empíricos que oferecem os subsídios para a discussão são dados de crianças falantes nativas de PB, da região sul do país.

¹ O presente artigo integra pesquisa apoiada pelo CNPq – Processo nº 305514/2013-0.

2. Suporte teórico

O fundamento teórico do estudo está o Modelo Bidirecional de Fonologia e Fonética – BiPhon, proposto por Boersma (2007, 2008, 2011) e Boersma & Hamann (2009), que é modelo de processamento de L1 e de gramática, selecionado em razão de três características do BiPhon: (a) integra compreensão (percepção) e produção linguísticas; (b) reúne Fonética e Fonologia; (c) inclui três níveis de representação: um nível de natureza fonética e dois níveis de natureza fonológica. Esses são pontos relevantes em discussões sobre aquisição fonológica, já que a percepção precede a produção linguística, condicionando-a; as capacidades fonéticas e fonológicas mostram interação no uso das línguas e na aquisição da linguagem e o estudo da fonologização implica reflexão sobre níveis de representação, seja na aquisição ou na mudança linguística.

O BiPhon caracteriza-se por ser modelo de processamento bidirecional em virtude de dar conta do comportamento do ouvinte e do falante, já que inclui a compreensão e a produção da língua. Tal modelo, apresentado em uma versão simplificada na Figura 1, mostra à esquerda a tarefa do ouvinte (Módulo da Compreensão: movimento ascendente na figura, a partir da [Forma Fonética]) e, à direita, a tarefa do falante (Módulo da Produção: movimento descendente na figura, a partir da |Forma Subjacente|). O processamento linguístico tem o funcionamento determinado, em ambas as direções, pela interação de restrições da Teoria da Otimidade, o que o faz, também, um modelo de gramática. O modelo representa, portanto, o processamento (formalizado, na Figura 1, por meio dos mecanismos ligados pelas flechas) e a gramática (formalizada, na Figura 1, por meio das restrições).

Ainda exhibe o mérito de explicitar a interface fonética/fonologia no processo de compreensão e de produção linguísticas, formalizando a conexão entre esses dois níveis de representação da língua.

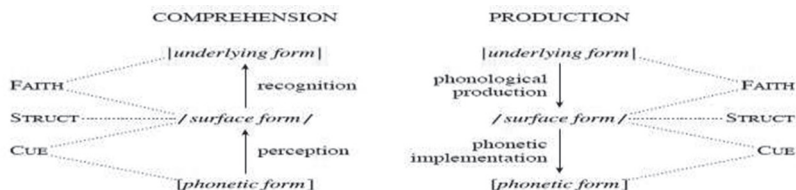


FIGURA 1 - Modelo de Processamento de L1 e de Gramática (*BiPhon Model*)
(Boersma & Hamann, 2009)

A Figura 1 mostra três níveis de representação: um nível fonético e dois fonológicos; os autores explicam que os entendem de uma forma tradicional. Das duas representações fonológicas, uma é a |Forma Subjacente| (*Underlying Form - UF*), que se constitui em uma sequência de estruturas fonológicas discretas associadas a morfemas no léxico; a outra é uma /Forma Fonológica de Superfície/ (*Surface Form - SF*), que se constitui em uma estrutura fonológica que consiste de segmentos, traços, sílabas e pés. A [Forma Fonética] (*Phonetic Form - PF*) integra uma representação auditiva (*pitches*, formantes, silêncios e ruídos) e uma representação articulatória (conjunto de comandos musculares: língua, lábios, velum, faringe, laringe e pulmões) – na Figura 1, as representações auditiva e articulatória estão colapsadas em uma única [Forma Fonética].

Os níveis de representação estão articulados por meio de restrições², que, na proposta, são de três tipos: Restrições de Fidelidade, Restrições de Estrutura e Restrições de Pista (*cue constraints*). As *Restrições de Fidelidade* avaliam a relação entre as duas formas fonológicas na produção (McCarthy & Prince, 1995), bem como no reconhecimento, na compreensão (Boersma, 2006): a restrição IDENT_x é um exemplo; as *Restrições de Estrutura* avaliam restrições específicas de língua sobre a estrutura produzida e sobre a estrutura percebida, como, por exemplo, as restrições NoCODA; ALLFEETLEFT; as *Restrições de Pista* avaliam pistas específicas de língua, integradas na percepção, como, por exemplo, a restrição *[long vowel duration]_{AudF} /obs,-voice/_{SF}³.

² No modelo, as restrições são formalizadas com a utilização do Algoritmo de Aprendizagem Gradual – GLA (Boersma & Hayes, 2001).

³ A representação auditiva da vogal alongada deve levar à interpretação da obstruente seguinte como desvozeada (a duração da vogal precedente é importante pista para o vozeamento de obstruente em algumas línguas, como no inglês).

Em razão de o Modelo operar com inter-relação entre níveis de representação e entre diferentes tipos de restrições, estabelecendo interação entre Fonética e Fonologia, mostra que a fonologização de traços e de segmentos, no processo de aquisição da linguagem, tem seu ponto de partida no nível da representação fonética, completando-se na interação com o nível das representações fonológicas, pelo jogo da coocorrência com os diferentes tipos de restrições, sendo que o fenômeno se efetiva, essencialmente, no Módulo da Compreensão.

3. O processo de aquisição do sistema vocálico do PB – uma proposta de análise

Considerações sobre a aquisição do sistema vocálico devem preceder a discussão aqui proposta; os subsídios estão na produção linguística de crianças brasileiras com idade a partir de 1:2 (anos: meses).

3.1. Dados sobre a aquisição das vogais do PB – considerações de natureza fonológica e fonética

Na preliminar apresentação do sistema-alvo do processo de desenvolvimento linguístico, mostram-se, em (1), as sete vogais que constituem a fonologia do PB, destacando-se a simetria do sistema ao se considerarem ponto de articulação e altura: somente a vogal /a/, como ocorre na maioria das línguas, não tem contraparte quanto a ponto; esse sistema vocálico é adquirido em processo gradual por crianças brasileiras.

(1) Sistema vocálico do PB

i	u
e	o
ɛ	ɔ
a	

A definição desse sistema por meio de traços fonológicos pode ser feita pela atribuição dos traços de ponto [coronal], [labial] e [dorsal], além dos traços de altura [±alto] e [±baixo] e, também, [±ATR], como se vê em (2), a partir de Lee (2003).

(2) Representação por traços dos níveis de altura e de ponto do sistema vocálico do PB

[+alt]	i			u	} [-bx] [+ATR]
	e			o	
[-alt]	ε			ɔ	} [-ATR]
			a		} [+bx]
	[cor]			[lab]	
			[dorsal]		

Por esse conjunto de traços e pela simetria do sistema, para a caracterização de cada vogal tem de haver a coocorrência de traços representativos de níveis de altura em coocorrência com traço(s) de ponto.

As pesquisas sobre o processo de aquisição do sistema vocálico por crianças brasileiras (Rangel, 2002; Matzenauer & Miranda, 2007, 2009; Matzenauer, 2012) atestam, ao se considerarem as sete vogais da língua, que se manifestam em sílaba tônica, a ocorrência de estágios até a integralização do sistema. Sintetiza-se esse processo de aquisição em três estágios, seguindo-se os autores, conforme se mostra em (3).

(3)

/a, i, u/ > /e, o/ > /ε, ɔ/

Defende-se haver a ratificação dos três estágios no processo de aquisição das vogais pela estratégia de preenchimento dos espaços dos segmentos ainda não integrados à fonologia da criança: no primeiro estágio, os espaços fonético-fonológicos das vogais médias, ainda não adquiridas, são preenchidos pelas vogais periféricas do sistema (exemplos em (4a)); no segundo estágio, os espaços fonético-fonológicos das vogais médias baixas, ainda não adquiridas, são preenchidos pelas vogais médias altas (exemplos em (4b))⁴.

⁴ Os exemplos são retirados de Rangel (2002), Matzenauer & Miranda (2007), Tornquist et al. (2009).

(4a)

			alvo
[ˈpa]	<i>pé</i>	(B. – 1:2)	[e]
[ˈbalɐ]	<i>bola</i>	(B. – 1:3; G. – 1:3, 1:4)	[ɔ]
[baˈiw]	<i>bateu</i>	(I.S.B.L – 1:7;28)	[e]
[ˈgu]	<i>gol</i>	(B.G.M. 1:6;2)	[ɔ]
[ˈgudu]	<i>gordo</i>	(G. – 1:7;1)	[ɔ]

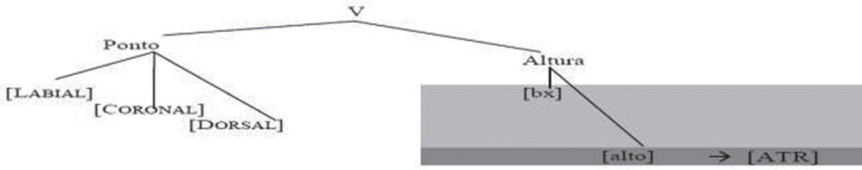
(4b)

			alvo
[koˈko]	<i>cocó</i>	(G. – 1:7;1)	[ɔ]
[ˈbow]	<i>bola</i>	(T. – 1:6;7)	[ɔ]
[ˈboɐ]	<i>bola</i>	(G. – 1:5)	[ɔ]
[ˈodɐ]	<i>roda</i>	(G. – 1:5)	[ɔ]
[ˈsow]	<i>sol</i>	(H.G.C. – 1:7;17)	[ɔ]
[doˈdoj]	<i>dodói</i>	(I.S.L. – 1:7,28)	[ɔ]

No terceiro estágio, as sete vogais da língua estão incorporadas à gramática fonológica da criança. A formalização dos três estágios é mostrada em (5), de acordo com Matzenauer & Miranda (2007, 2009).

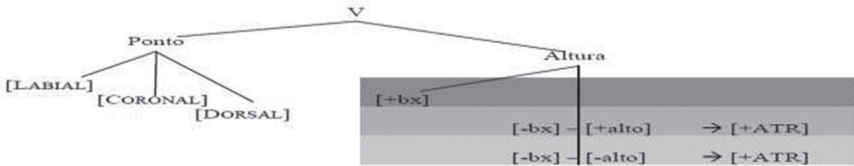
No 1º estágio, representado em (5a), há a emergência das vogais /a, i, u/, com a ativação dos traços de ponto e dos traços [alto] e [baixo], todos com *status* monovalente para o estabelecimento das oposições vigentes no sistema. A ativação do traço [ATR] ocorre por relação implicacional: considerando-se a relação estreita entre a dimensão da raiz da língua e a dimensão da altura, apontada por vários autores, como Kenstowicz (1994) e Van der Hulst & Van de Weijer (1995), e considerando-se que o avanço da raiz da língua leva ao levantamento do corpo da língua, assume-se que a especificação do traço [alto] implica a integração, ao sistema, do traço [ATR]. Com essa base, trata-se aqui o traço [ATR] como incorporado ao conjunto dos traços de altura.

(5a) 1º Estágio – /a/, /i/, /u/



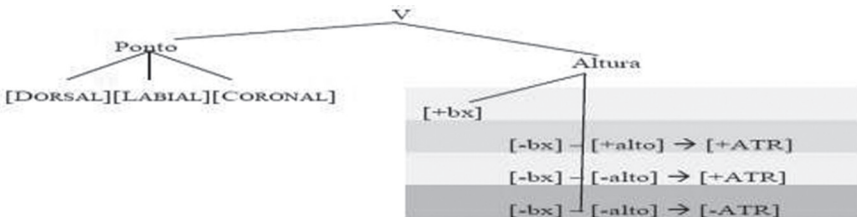
No segundo estágio, há a emergência das vogais médias altas /e/ e /o/, o que implica a aquisição do contraste entre os valores dos traços [±alto] e [±baixo] e, portanto, a ativação do valor binário desses traços, conforme representação em (5b). Pode-se entender que a ativação da binaridade dos traços de altura venha implicar a ativação também do valor não-marcado do traço [ATR].

(5b) 2º Estágio – /a/, /i/, /u/, /e/, /o/



No terceiro estágio, em havendo a emergência das vogais médias baixas /e/ e /ɔ/ simultaneamente, o que é atestado em muitas crianças brasileiras, há a ativação do traço [ATR] em seu valor binário, manifestando seu papel contrastivo, conforme representação em (5c).

(5c) 3º Estágio – /a/, /i/, /u/, /e/, /o/, /ɛ/, /ɔ/



No entanto, estudos sobre o processo de aquisição de vogais do PB (Rangel, 2002; Lamprecht *et al.*, 2004) também registram a emergência simétrica de vogais apenas até o segundo estágio, mostrando que pode haver assimetria na emergência das vogais médias baixas. Rangel (2002), com o acompanhamento longitudinal de três crianças monolíngues, falantes nativas de PB, aponta, para uma criança, o emprego distintivo inicialmente da vogal /ɛ/ e, subsequentemente, da vogal /ɔ/, fato que resulta na perda da simetria ao considerar-se a ativação do valor binário do traço [ATR], que inicialmente passa a ter o papel contrastivo ativado em apenas um ponto de articulação: assim acontecendo, há a emergência precoce dos traços [-alt, -bx, -ATR] em coocorrência com o traço de ponto [coronal]. Nesse caso, em relação ao sistema-alvo, fica lacunar o espaço da vogal média baixa /ɔ/, caracterizando, no 3º Estágio, um descompasso na simetria da emergência das vogais médias baixas.

O comportamento pouco estável das vogais médias em etapas iniciais da aquisição encontra eco em diferentes tipologias de línguas, uma vez que, quando os sistemas vocálicos mostram assimetrias/lacunas, são as vogais médias aquelas predominantemente afetadas. Fez-se um levantamento de inventários fonológicos de diferentes línguas a partir de Maddieson (1984)⁵, o qual revelou que a assimetria afeta primordialmente as vogais médias⁶. Foram observados sistemas assimétricos com tamanho não superior ao total de sete vogais, a exemplo da constituição do sistema de vogais do PB, e verificou-se que tanto em inventários com três vogais médias, como ocorre nas línguas Bisa, Angas, Pawaian e Sentani, por exemplo, como em sistemas com uma vogal média, como, por exemplo, as línguas Papago, Paez, Tiwi e Shasta, a assimetria pode ser determinada pela lacuna de qualquer das vogais médias. Para ilustração, trazem-se dois sistemas vocálicos lacunares; a fonologia de Angas mostra a lacuna da média baixa dorsal /ɔ/ e a de Tiwi, a lacuna da média alta coronal /e/:

⁵ Maddieson (1984) apresenta 317 línguas integrantes do UPSID – UCLA Phonological Segment Inventory Database.

⁶ Alguns sistemas mostram assimetria/lacuna em vogais altas – exemplos retirados de Maddieson (1984): Klamath, Tacana, Campa, Mazatec.

Sistema Vocálico de Angas

i	u
e	o
ε	○
	a

Sistema Vocálico de Tiwi

i	u
○	o
	a

Ao tratar-se de frequência nas línguas, comparando-se vogais altas, médias e baixas, são as médias que têm índice menor, de modo particular, as médias baixas. Dois aspectos relacionados às vogais médias ainda merecem menção: (a) há sistemas que não integram vogais médias⁷, e (b) há sistemas que, integrando vogais breves e longas, somente apresentam vogais médias com o *status* de vogal longa⁸. Também relevante é o registro da tendência à não existência de sistema em que os traços de altura/[ATR] se mostrem distintivos para vogais médias sem que haja oposição quanto a traço de ponto: parece não haver sistema com duas médias de diferentes alturas em um só ponto (apenas /e, ε/ ou apenas /o, ɔ/), estando ausentes as de outro ponto. Tal fato também não se encontrou em dados do processo de aquisição da fonologia.

Em suma, vogais médias evidenciam complexidade fonológica no processo de aquisição da linguagem: no uso da língua por crianças, as vogais médias têm aquisição mais tardia e, em consequência desse comportamento, o sistema vocálico licencia que seu espaço seja ocupado por outras vogais de aquisição mais precoce e que mostrem variabilidade no uso até a sua estabilidade de acordo com o sistema-alvo. Além disso, as vogais médias mostram-se os mais frequentes alvos de variação e configuram-se as menos frequentes nos inventários fonológicos das línguas.

É pertinente assinalar também que, na fonologia do português, as vogais médias são as que estabelecem menor contraste, comparadas às altas e à vogal baixa: na língua, as vogais médias não implicam oposição fonológica entre si em posições átonas. Esse limite na promoção de contrastes é fator de aumento de complexidade, no sentido de serem as vogais médias alvo

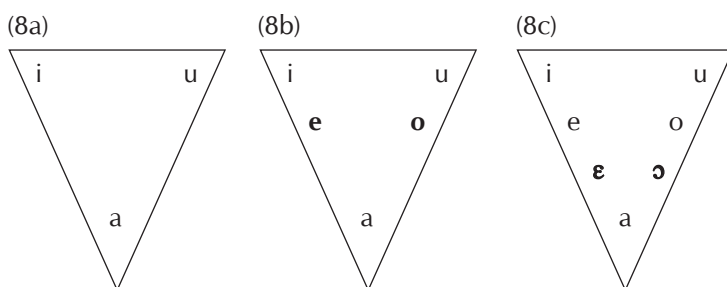
⁷ Exemplos de sistemas com ausência de vogais médias, segundo Maddieson (1984): Nyangmata, Western Desert, Aranda, Kariara-Ngarluma, Gugu-Yalanji, Diyari, Jivaro, Gronelandês, Aleuta, Amuesha.

⁸ Exemplo de sistemas com vogais médias apenas com *status* de vogal longa: Po-Ai (Maddieson, 1984, p. 336).

de neutralização e de variação⁹.

Ao comportamento fonológico das vogais médias na fonologia da criança devem ser somadas considerações de natureza fonética, na busca do detalhamento da sua emergência mais tardia. Na articulação entre níveis representacionais, questiona-se aqui se há, na fonética, contraparte do comportamento fonológico, ao se considerarem as vogais periféricas *versus* as vogais médias da língua no processo de aquisição da linguagem.

Os três estágios desenvolvimentais, mostrados em (3), implicam um diferente e gradual recorte fonológico do espaço vocálico: primeiramente, como em (8a), subsequentemente, conforme (8b) e, por fim, como em (8c).



Diante da representação fonológica formalizada em (8), indaga-se se, nesses três estágios, haverá equivalência na organização do espaço acústico das vogais. O que se questiona é se a distância de altura, representada acusticamente pelo Formante 1 (F1), e a distância de anterioridade/posterioridade, representada acusticamente pelo Formante 2 (F2), entre as três vogais em (8a) é a mesma que se mantém nos outros dois estágios, ou se, de início, essa distância é menor e se vai alterando à medida que outros segmentos são incorporados ao sistema, em um exercício de acomodação do espaço estrutural. Essa é pergunta ainda sem resposta definitiva que merece ser objeto de investigação subsequente.

Embora o presente estudo não busque a resposta a essa questão, considera que duas hipóteses são pertinentes ao tratar-se de uma investigação dessa natureza: a primeira é a de que, desde o início, as formas fonéticas das

⁹ A neutralização e a variação de que as vogais médias são alvo no PB não são objeto de estudo do presente artigo, razão por que não se trazem detalhes sobre esse tópico da fonologia da língua.

vogais /a, i, u/ são representadas, no espaço acústico, por posições que vão ser mantidas, independentemente da integração de novos segmentos ao sistema – o fundamento para esta hipótese está no fato de que a motivação para a emergência precoce, na aquisição, desses três segmentos, está na distância fonética que os separa, facilitando sua percepção e, ao mesmo tempo, não implicando dificuldade à sua produção. Essa motivação encontra paralelo nas tipologias de línguas, já que, segundo Maddieson (1984), são esses os três segmentos vocálicos mais frequentes nas línguas e, segundo Calabrese (1995, 2005), são essas as vogais consideradas não marcadas. A confirmação dessa hipótese atestaria a manutenção da estabilidade das três vogais periféricas do sistema fonológico do PB, independentemente da fonologização de novos segmentos e, portanto, do aumento do número de segmentos no inventário vocálico.

A segunda hipótese é a de que as representações fonéticas das vogais /a, i, u/ mostram diferenças na distância que mantêm no espaço acústico, dependendo do número e da qualidade dos segmentos vocálicos que vão sendo incorporados ao sistema – a base para a proposição dessa hipótese está na possibilidade de um movimento análogo ao que ocorre no processo de aquisição de uma língua estrangeira (LE) com sistema vocálico menor do que aquele da língua materna do falante. Foi o que constatou Santos (2014), no processo de aquisição do espanhol como LE, cujo sistema contém cinco vogais (com duas vogais médias: /e, o/), por falantes nativos de PB, cujo sistema conta com sete vogais, incluindo quatro vogais médias: /e, o, ε, ɔ/. Na aquisição do espanhol, os falantes do PB, em lugar de apenas eliminarem as vogais médias baixas [ε,ɔ] do espaço acústico, mantendo [e, o] com os mesmos valores de F1 e de F2, reestruturaram seu sistema, alterando a posição das médias altas no espaço vocálico e, conseqüentemente, redistribuindo os segmentos e a relação fonética estabelecida entre eles¹⁰. A confirmar-se essa hipótese no processo de aquisição da língua materna, estaria atestado o dinamismo da organização estrutural do sistema vocálico durante o processo de desenvolvimento fonológico, com o estabelecimento de diferentes relações e distâncias acústicas entre os segmentos, à medida que novos processos de fonologização vão ocorrendo e que o inventário segmental vai crescendo.

¹⁰ Maior detalhamento sobre a distribuição do espaço acústico das vogais médias no processo de aquisição do espanhol por falantes do PB pode ser encontrado em Santos (2014).

Realizou-se estudo de caso com os dados linguísticos de uma menina falante de PB do sul do Brasil, com três anos de idade. Os resultados revelaram, no nível fonético, comportamento que pode ser considerado análogo ao do nível fonológico, no sentido da precocidade com que as vogais periféricas ocupam espaço acústico estável, mostrando valores de F1 muito próximos aos de adultos da mesma região do país, e no sentido da tardia organização do espaço acústico ocupado pelas vogais médias, cujos valores de F1 e de F2 ainda mostram assimetrias em relação aos dados de adultos. Observe-se a plotagem das vogais, com dados da menina e dos adultos, mostrada na Figura 2.

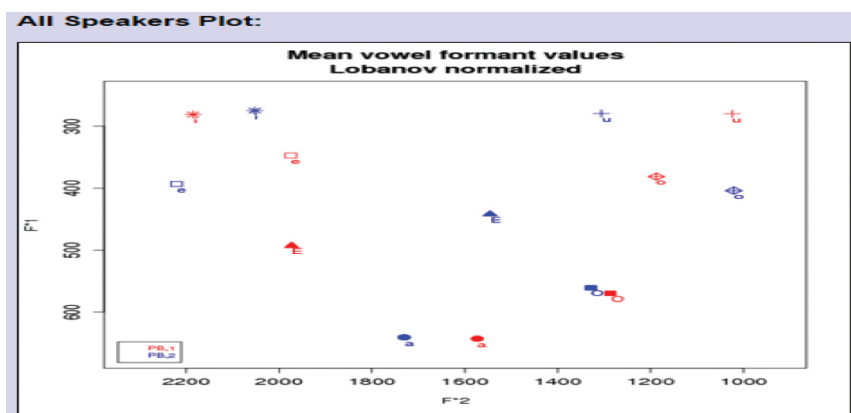


FIGURA 2 – Plotagem das vogais (da menina (azul), dos adultos (vermelho))
da região sul do Brasil
(Azevedo et al., 2014)

A disposição das vogais na Figura 1 leva a observar-se que as vogais periféricas [a, i, u], produzidas pela menina, apresentam altura (F1)¹¹ equivalente às das vogais dos adultos, mostrando alguma diferença (posição mais centralizada) quanto a posterioridade/anterioridade (F2); diferentemente, as vogais médias da menina mostram divisão do espaço acústico ainda assimétrico e distante da organização do espaço das vogais

¹¹ Não se apresentam com detalhes os valores de F1 e de F2 por esse não ser o tópico central da discussão proposta no artigo.

dos adultos, ao se considerarem valores de F1 e de F2, especialmente as vogais coronais; a exceção estaria na vogal média baixa [ɔ]. Essa assimetria entre o espaço acústico das vogais médias da menina e o das vogais dos adultos poderia oferecer subsídios ao fundamento da segunda hipótese acima referida, evidenciando o dinamismo da organização estrutural do sistema vocálico durante o desenvolvimento linguístico, com diferentes acomodações do espaço acústico até (e, inclusive, um período após) a fonologização dos segmentos¹².

Merece registrar-se que, em uma análise de oitava, tais distâncias fonéticas passam despercebidas; capta-se apenas o fato de o inventário fonológico da menina já integrar as sete vogais da língua.

Esse processo gradual de aquisição, tanto no plano fonológico (veja-se (5)), como no plano fonético (veja-se Figura 2), que pressupõe o estabelecimento de etapas na medida em que ocorre a gradual organização acústica e a sucessiva fonologização de segmentos vocálicos e de traços, é discutido e formalizado, na seção subsequente, à luz do BiPhon.

3.2. Uma proposta de análise do processo de fonologização/aquisição das vogais com base no BiPhon

Retomando-se a formalização do BiPhon mostrada na Figura 1, assume-se que o processo de fonologização de traços e segmentos – que está na base da constituição do inventário de segmentos de uma língua – tem o ponto de partida no input linguístico que a criança recebe, ou seja, no continuum fonético que a criança ouve¹³. Propõe-se que, exposto ao fluxo da fala, o bebê tenha de acionar, segundo a representação do BiPhon, o Módulo da Compreensão, a fim de constituir o primeiro nível de representação, o Nível Fonético, que integra a [[Forma Auditiva]]. Imerso em um “mar acústico”, o bebê precisa inicialmente, de acordo com o BiPhon, estabelecer categorias fonéticas e o faz, segundo Boersma *et al.* (2003), porque tem a capacidade inata de “calcular as distribuições estatísticas da informação auditiva fonética em seu input linguístico”. Defendem os autores que o conhecimento dessa distribuição leva o bebê à criação de categorias fonéticas aos seis/oito meses

¹² Maior detalhamento sobre o estudo de caso citado excede o objetivo do presente artigo.

¹³ Entende-se, portanto, que o processo de “fonologização” está vinculado ao Módulo da Compreensão, que inclui a percepção, no Modelo de Boersma.

de idade¹⁴. A formação de categorias fonéticas, com base em evidências distribucionais no input linguístico, é estabelecida de acordo com o que os autores denominam “efeito perceptual magnético”: as experiências auditivas começam a aglutinar-se em torno de um *protótipo*, o qual está na base da constituição de uma categoria fonética.

Interpreta-se, portanto, que antes mesmo do nível fonológico já há recortes no *continuum* fonético, pela formação de categorias decorrentes do chamado efeito perceptual magnético. Assume-se, então, que, diante do input linguístico, os bebês são sensíveis ao “efeito perceptual magnético” em frequências naturais de ressonância, as quais vão caracterizar os formantes, dando origem a categorias que poderão ser identificadas com o que, na percepção e na produção linguística, se reconhecem como formantes (por exemplo: F1 e F2), oferecendo as bases para categorias fonéticas presentes na língua.

Indo além, propõe-se que as categorias fonéticas são o fundamento da formação de categorias fonológicas, expressas como traços. A percepção, portanto, teria início em uma aprendizagem dirigida pela audição, por meio de uma organização inicial do espaço perceptual do bebê em categorias fonéticas, em razão de um efeito perceptual magnético. Somente em momento subsequente, quando já houver léxico, emergirão representações abstratas, fonológicas; então, a aprendizagem será também dirigida pelo léxico e, de acordo com Boersma, será otimizada a percepção multidimensional.

Defende-se, pois, que, no momento da aprendizagem dirigida pela audição, poderia ser constituída uma categoria fonética em torno, por exemplo, de F1, já que essa é uma das pistas auditivas consideradas na formação de categorias – poderia ser composta, nesse caso, uma categoria da percepção de F1 [900Hz]¹⁵; essa categoria fonética seria a base para a ativação, subsequentemente, do traço [baixo] na aquisição fonológica da vogal /a/ – assim, os níveis [Forma Fonética] e /Forma Fonológica de

¹⁴ Talvez as categorias fonéticas tenham formação anterior a esse período, segundo pesquisa relatada por Wanrooij, Boersma & Zuijlen (2014).

¹⁵ Esse valor em Hz foi proposto a partir de resultado de pesquisa sobre a produção vogais do PB por falantes de cidade do sul do Brasil: Azevedo (2014) identificou, para falantes do sexo feminino, o valor médio de F1 para [a] de 1029Hz, e, para falantes do sexo masculino, o valor médio de F1 para [a] 857Hz. Nesse sentido, assume-se, com Boersma & Escudero (2003), que a percepção apresenta o máximo de verossimilhança com o resultado da produção.

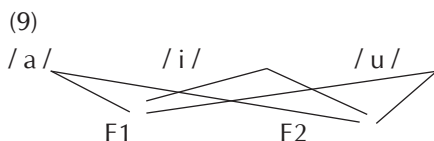
Superfície/ (Figura 1) mostram-se em interação. Com esse encaminhamento, entende-se que seriam constituídas, de início, as categorias fonéticas e, então, se estabeleceria a sua relação com categorias fonológicas. Interpreta-se aqui que essa serialidade na relação entre os níveis Fonético e Fonológico ocorre na etapa mais inicial da aquisição fonológica, quando ainda não há léxico, restringindo-se a relação entre as unidades a um caráter distribucional.

Com essa linha de argumentação, propõe-se que, em havendo léxico, a aquisição será por ele dirigida, sendo que então se manifesta (e tem de manifestar-se) a capacidade de extrair unidades abstratas, constitutivas da gramática da língua. E essa capacidade, no processo de fonologização de traços e de segmentos, também poderá aproveitar os benefícios da capacidade de cálculo de distribuição que as crianças detêm, estabelecendo gradativamente categorias fonológicas. Sugere-se que cada categoria poderá inicialmente incluir um fonema, como protótipo dessa categoria, e formas que são alofônicas no sistema da criança. Ao ter-se em conta o papel do léxico na aquisição e no uso da língua, o *modus operandi* do Módulo da Compreensão, no BiPhon, tem o funcionamento dos três níveis em paralelo, assim como o autor apregoa que ocorre no Módulo da Produção (Boersma & Hamann, 2009)¹⁶. Estando em atividade o nível Fonológico, este também condicionará o nível Fonético e, como consequência, a percepção será fonológica.

Destaca-se que, no curso da aquisição, a fonologização de traços e de segmentos pode ser vista como resultante da organização de espaços acústicos determinados por categorias de percepção, com base em valores de F1 e F2 (em se tratando de segmentos vocálicos), a partir dos quais vão sendo delineados espaços fonológicos, pelo reconhecimento de um conjunto de conexões entre elementos fonológicos (por exemplo: traços e fonemas) e pistas auditivas (valores de F1 e F2).

Ao considerar-se o primeiro estágio de aquisição do sistema vocálico do PB mostrado em (5a), as conexões que integram [Forma Fonética] e /Forma Fonológica de Superfície/ poderiam ser representadas como se mostra em (9).

¹⁶ Entendimento da mesma natureza motivou a defesa de um processo interativo (bottom-up e top-down) no processo de aquisição de fonemas e alofones por Matzenauer & Miranda (2008).



As conexões do tipo mostrado na figura em (9), segundo Boersma & Chládková (2011), implicam relações do nível fonológico com pistas acústicas como, por exemplo, “um valor de F1 de [x] não é a categoria fonológica vocálica de /i/” e “um valor de F2 de [y] não é a categoria fonológica vocálica de /i/”. Observe-se que essas pistas acústicas relacionam o fonético e o fonológico: são pistas que podem ser dadas para quaisquer valores possíveis de F1 e F2 e para todas as três categorias (fonológicas) vocálicas. Essa formalização das pistas acústicas constitui, na verdade, a que Boersma apresenta para as chamadas ‘restrições de pista’; são restrições dessa natureza, segundo o Modelo representado na Figura 1, as responsáveis pela relação entre os níveis [Forma Fonética] e /Forma Fonológica de Superfície/.

Salienta-se ainda que, em (9), a integração fonética/fonologia está apresentada de forma restrita, vinculando apenas duas pistas acústicas a contrastes fonológicos. Mesmo assim, já é possível verificar-se a complexidade que implica essa integração e que, conseqüentemente, envolve o processo de fonologização na aquisição da linguagem – parte dessa complicada relação pode ser verificada no fato de que, em (9), uma única pista acústica está vinculada a mais de um contraste fonológico.

As conexões em (9) podem também apresentar a estrutura fonológica dos segmentos em traços, como se vê em (10). Por transpor-se esta discussão ao sistema vocálico do processo de aquisição mostrado em (5a), trazem-se os traços /baixo, alto, coronal, dorsal, labial/¹⁷. Em (10a) mostram-se as vogais como combinações de traços e, em (10b), apresenta-se a interface fonética/fonologia com os traços¹⁸ como unidade fonológica.

¹⁷ Lembra-se que, no primeiro estágio do processo de aquisição do sistema vocálico, formalizado em (5a), defende-se que todos os traços são monovalentes.

¹⁸ Apresentam-se, em (10), os traços entre barras, a exemplo de Boersma & Escudero (2003), a fim de formalizar sua natureza fonológica.

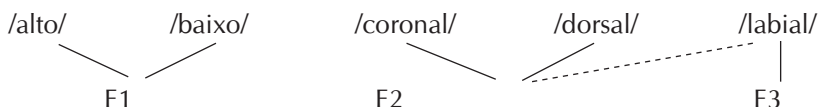
(10a)

/a/ é a combinação dos traços /baixo, dorsal/;

/i/ é a combinação dos traços /alto, coronal/;

/u/ é a combinação dos traços /alto, dorsal, labial/.

(10b)



Na representação em (10b), ao pensar-se o processo de aquisição do sistema vocálico do PB, passa a levar-se em conta particularmente a relação fonético-fonológica estabelecida por F1 e F2, considerando-se secundária a relação estabelecida com o traço /labial/. A referência ao traço /labial/ é feita em razão da sua presença na representação proposta em (5a), considerando-se relevantes, no plano fonológico, os traços /coronal/ e /dorsal/, e, no plano fonético, F1 e F2. Nessa atribuição de um plano secundário ao traço /labial/ segue-se Guy (2009), ao afirmar que o português “não exhibe processos afetando arredondamento; todas as vogais, na língua, mantêm os valores não marcados para arredondamento”; conseqüentemente, tem-se que F3 não encontra efetiva repercussão na fonologia do português (Guy, 2009, Azevedo, 2014). Destaca-se, ainda, a relação que Guy (2009) estabelece entre o arredondamento e F2: “o efeito acústico de arredondamento sobre F2 cria a percepção de posteriorização (a protrusão dos lábios produz alongamento do tubo ressonante bucal, igual à retração da língua); esse efeito explica a associação universal entre vogais posteriores e arredondamento: aumenta a diferenciação perceptual entre vogais anteriores e posteriores”. A relação referida por Guy entre o arredondamento e F2 explica a linha tracejada que aparece na formalização em (10b). Salienta-se, por pertinente, que a relação entre posteriorização e arredondamento é intensificada em vogais altas; Ladefoged & Maddieson (1999), discutindo a relação entre arredondamento e altura, afirmam que “as vogais mais altas são comumente mais arredondadas do que as vogais mais baixas” – veja-se que, em (10a), a vogal alta dorsal /u/ porta o traço /labial/¹⁹.

¹⁹ A partir dessas constatações, pode dizer-se que, no português, o traço /labial/ é redundantemente portado pelas vogais dorsais que contêm o traço [-baixo].

Assim, sobre o processo de aquisição de segmentos vocálicos por crianças brasileiras, tem-se em síntese que, no nível Fonético, pelo cálculo das distribuições estatísticas da informação auditiva fonética e pela ação do efeito perceptual magnético, há a formação de categorias fonéticas, as quais irão determinar a divisão do espaço acústico de acordo com F1 e F2. Mantendo relação com o nível Fonético, no nível Fonológico são também criadas categorias, mas de natureza abstrata; emergem unidades fonológicas, como traços e segmentos, com a formação de categorias fonológicas.

Assim como há um efeito perceptual magnético que motiva a formação de categorias fonéticas, propõe-se que também haja, no nível fonológico, um efeito análogo, de natureza aglutinante, nuclear, determinante da constituição de classes naturais de segmentos – têm efeito nuclear aqueles traços que podem ser considerados não marcados, que mais precocemente emergem na gramática das crianças e que são responsáveis pelo estabelecimento dos primeiros contrastes. Esses *traços nucleares* seriam as primeiras categorias fonológicas a formar-se a partir de categorias fonéticas. No cumprimento da função de estabelecer contrastes, tais traços podem ser vistos como correspondentes aos mais robustos da Escala de Robustez de traços proposta por Clements (2001, 2005, 2009)²⁰.

A partir dessa discussão, propõe-se que os pontos cruciais do processo de fonologização de traços e segmentos, na aquisição da linguagem, integrando a interface fonética/fonologia, possam ser sintetizados por meio da determinação de estágios e, dentro deles, de etapas. Propõem-se dois grandes estágios - 1º Estágio (dividido em Etapa A e Etapa B) e 2º Estágio -, os quais são, a seguir, caracterizados.

O 1º Estágio é identificado como *estágio pré-lexical/lexical*: é o período em que o bebê, em um primeiro momento, ainda não possui léxico e, subsequentemente, passa a adquiri-lo. Este estágio inclui duas etapas: *Etapa A* e *Etapa B*.

A *Etapa A* caracteriza-se pela recepção do input auditivo e o recorte do espaço acústico pela formação de categorias fonéticas, como resultado de efeito perceptivo magnético; nesse aspecto segue-se Boersma *et al.*

²⁰ A emergência de traços e de coocorrência de traços, determinante da construção gradual do inventário fonológico das crianças, mostra organização que está relacionada à robustez dos traços, de acordo com a proposta de Clements (2001, 2005, 2009) – a robustez dos traços na aquisição fonológica foi tratada por Matzenauer (2008), Lazarotto-Volcão (2009) e Amorim (2015).

(2003), para quem inicialmente o bebê calcula as distribuições estatísticas da informação auditiva fonética em seu input linguístico e, a partir daí, constrói categorias fonéticas. Essa Etapa A, se for vista à luz do Modelo BiPhon, implica, no Módulo da Compreensão, a ativação do nível da [Forma Fonética].

Na *Etapa B*, há o início da relação entre a constituição de categorias fonéticas e de categorias abstratas. Neste momento do 1º estágio, o bebê começa a adquirir o léxico e, para tanto, a partir das categorias fonéticas, constrói categorias fonológicas (traços e segmentos). Essa Etapa B, se for vista à luz do Modelo BiPhon, implica, no Módulo da Compreensão, a relação do nível [Forma Fonética] com o nível da /Forma Fonológica de Superfície/, o que ocorre em processo serial, ou seja, unidirecional. Neste primeiro nível fonológico, emergem, portanto, os segmentos mais precoces na constituição da gramática da criança.

Considerando-se a aquisição de segmentos vocálicos, apresentada neste artigo, na Etapa A emergem inicialmente pistas acústicas e logo vão sendo construídas categorias, em torno, por exemplo, de F1 e de F2; na Etapa B, os valores em torno de F1 e de F2 fornecem a base para a emergência de categorias fonológicas, as quais se organizam como traços e como os segmentos /a, i, u/, conforme (10a).

O 2º Estágio – *estágio lexical* – é o período em que a criança, gradualmente, em uma interação bidirecional entre os níveis fonético e fonológico, vai criando novas categorias fonológicas, ativando diferentes traços e coocorrências de traços, construindo o inventário fonológico por meio da organização e reorganização das unidades fonológicas. Neste estágio, estão ativados, de forma interativa, os três níveis (um fonético e dois fonológicos) do Módulo da Compreensão previsto no BiPhon: o nível da [Forma Fonética], o nível da /Forma Fonológica de Superfície/ e o nível da |Forma Subjacente|. A ação interativa desses três níveis prevê, neste estágio, um processamento em paralelo, possibilitando que fonética e fonologia se condicionem bilateralmente; é essa possibilidade que passa a imprimir à percepção caráter também fonológico.

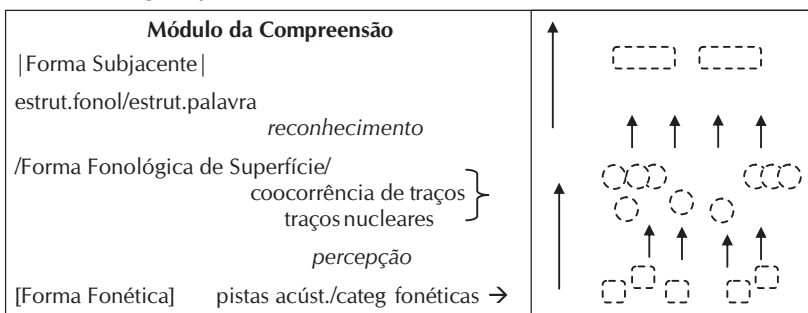
Ao tratar-se do sistema vocálico do PB, este é o estágio em que emergem as vogais médias, em consonância com a gradação já mostrada em (3): /e, o/ > /ɛ, ɔ/. Essa hierarquia no desenvolvimento implica que a

gramática fonológica se expande, no sentido de que ativa novos traços e novas coocorrências de traços, o que é alcançado pela criação de novas categorias fonéticas e de novas categorias fonológicas. Destaca-se que, com o desenvolvimento do léxico e da gramática, a formação de novas categorias fonológicas pode não ter motivação apenas em categorias fonéticas (como deve ter ocorrido no 1º Estágio acima discutido), já que pode ter base na organização e reorganização das unidades fonológicas, ou seja, da própria gramática.

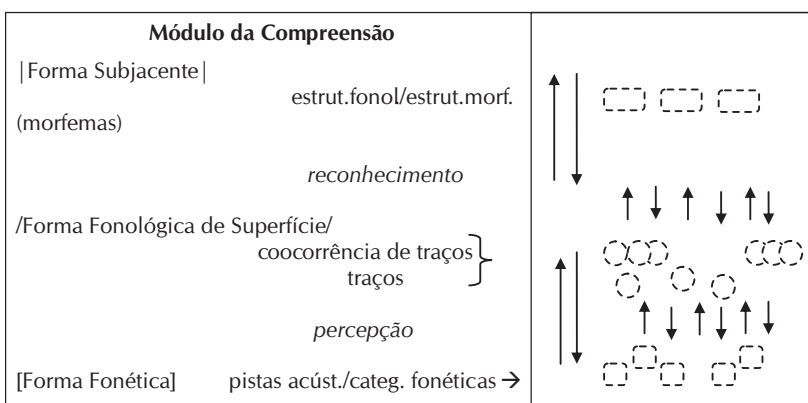
Formalizam-se os estágios conforme se mostra em (11); o ponto de partida para a formalização está na representação do BiPhon, mostrada na Figura 1.

(11)

(11a) 1º Estágio - *pré-lexical/lexical*



(11b) 2º Estágio - *lexical*



Tem-se, portanto, que o processo de fonologização – seja de traços, de segmentos ou de outra unidade – ocorre, partindo-se da arquitetura do BiPhon, no Módulo da Compreensão, na interação entre pistas acústicas e categorias fonológicas, na relação inicial e primordial entre fonética e fonologia, relação essa que se faz representada pela interação entre o nível da [Forma Fonética] e o nível da /Forma Fonológica de Superfície/; o segundo nível de natureza fonológica, a |Forma Subjacente|, entra em jogo necessariamente no funcionamento do léxico e da gramática.

5. Considerações finais

Entendendo-se o processo de fonologização como a integração, à gramática, de uma unidade da fonologia da língua, é processo que, à luz do BiPhon, ocorre no Módulo da Compreensão, incluindo a relação entre a Fonética e a Fonologia, implicando especialmente a interação entre o nível da [Forma Fonética] e o nível da /Forma Fonológica de Superfície/. O processo tem o ponto de partida na [Forma Fonética]: o bebê capta os sons da língua e tem a capacidade de calcular as distribuições estatísticas da informação auditiva fonética, que lhe dá as bases para a formação de categorias fonéticas, o que ocorre por um efeito perceptual magnético. Propõe-se que as categorias fonéticas, que são categorias de percepção que determinam a divisão do espaço acústico, estejam na base da formação de categorias fonológicas, dizendo respeito, essas categorias fonológicas, a qualquer tipo de unidade, como traço, segmento ou pé. Propõe-se ainda que, no nível fonológico, ocorra efeito semelhante ao “efeito perceptual magnético” previsto no nível fonético: determinados traços e determinadas coocorrências de traços têm efeito nuclear, aglutinante na constituição de segmentos e de classes de segmentos.

Tem-se a fonologização quando há o reconhecimento e a integração da unidade fonológica, seja traço, seja segmento ou outra unidade, no nível da /Forma Fonológica de Superfície/; é particularmente o mapeamento da [Forma Fonética] em /Forma Fonológica de Superfície/ que formaliza o processo de fonologização. A relação entre a /Forma Fonológica de Superfície/ e a |Forma Subjacente| ocorre necessariamente pela constituição do léxico. O processamento linguístico se faz dinamicamente, com a interação entre o nível fonético e os dois níveis fonológicos previstos

no BiPhon, evidenciando o funcionamento da gramática em todas as suas relações e em toda a sua complexidade.

Ao referir-se o processo de aquisição do sistema vocálico, tem-se que, a partir da formação de categorias fonéticas em torno, por exemplo, de F1 e de F2, são abstraídas categorias fonológicas codificadas como traços. Entende-se que as categorias que caracterizam as três vogais /a, i, u/ e as oposições por elas estabelecidas estão na base do léxico inicial da criança, juntamente com as categorias que inicialmente vigoram na aquisição de segmentos consonantais.

Por conter dois módulos representativos do processamento da linguagem – o Módulo da Compreensão e o da Produção –, embora a gramática seja apenas uma²¹, o BiPhon ainda oferece suporte para a discussão de um relevante fato da aquisição da linguagem não tratado neste artigo: o reconhecimento de que, no processo de desenvolvimento linguístico, a capacidade de compreensão (que integra a percepção) possa ser mais avançada do que a capacidade de produção. Nessa linha, afinar os dois módulos de processamento na construção da gramática da língua é uma das tarefas da criança no processo de aquisição da fonologia.

REFERÊNCIAS

- Amorim, C. 2015. *Padrão de Aquisição de Contrastes do PE: a Interação entre Traços, Segmentos e Sílabas*. Tese de Doutoramento. Porto: Universidade do Porto.
- Azevedo, R. Q. 2014. *Formalização fonético-fonológica da interação de restrições na produção e na percepção da epêntese em variedades do português*. Texto da Qualificação da Tese de Doutoramento. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas.
- Azevedo, R. Q. et al. 2014. A aquisição das vogais do português brasileiro: estudo de caso. In *Salão Universitário*. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas.
- Boersma, P. 2006. Prototypicality judgments as inverted perception. In: Gisbert Fanselow, Caroline Féry, Matthias Schlesewsky and Ralf Vogel (Eds.) *Gradience in grammar*. Oxford: Oxford University Press.

²¹ O BiPhon (que também é um Modelo de Gramática) representa a gramática pela hierarquia de restrições, as quais articulam a relação entre os diferentes níveis de representação: o funcionamento de uma só gramática é formalizado por uma única hierarquia de restrições, que deve vigor tanto para o Módulo da Compreensão, como para o Módulo da Produção.

- Boersma, P. 2007. Cue constraints and their interactions in phonological perception and production. *Rutgers Optimality Archive* 944.
- Boersma, P. 2008. Emergent ranking of faithfulness explains markedness and licensing by cue. *Rutgers Optimality Archive* 954.
- Boersma, P. 2011. A programme for bidirectional phonology and phonetics and their acquisition and evolution. In: Anton Benz & Jason Mattausch (Eds.) *Bidirectional Optimality Theory*, 33-72. Amsterdam: John Benjamins.
- Boersma, P. & Hayes, B. 2001. Empirical Tests of the Gradual Learning Algorithm. *Linguistic Inquiry*, 32, 45-86.
- Boersma, P. & Escudero, P. 2003. Modelling the perceptual development of phonological contrasts with Optimality Theory and the Gradual Learning Algorithm. In: Sudha Arunachalam, Elsi Kaiser & Alexander Williams (Eds.) *Proceedings of the 25th Annual Penn Linguistics Colloquium*. (*Penn Working Papers in Linguistics* 8.1).
- Boersma, P., Escudero, P. & Hayes, R. 2003. Learning Abstract Phonological from Auditory Phonetic Categories: An Integrated Model for the Acquisition of Language-Specific Sound Categories. *Rutgers Optimality Archive* 585.
- Boersma, P. & Hamann, S. 2009. Loanword adaptation as first-language phonological Perception In: Andrea Calabrese & W. Leo Wetzels (Eds.), *Loanword phonology*. Amsterdam: John Benjamins.
- Boersma, P. & Chládková, K. 2011. Asymmetries between speech perception and production reveal phonological structure. In: *ICPhS XVII - Proceedings*. Hong Kong.
- Calabrese, A. 1995. A constraint-based theory of phonological markedness and simplification procedures. *Linguistic Inquiry*, 26 (3), 373-463.
- Calabrese, A. 2005. *Markedness and economy in a derivational model of phonology*. New York: Mouton de Gruyter.
- Clements, G. N. 2001. Representational economy in constraint-based phonology. In: A. Hall (Ed.) *Distinctive Feature Theory*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Clements, G. N. 2005. The Role of Features in Phonological Inventories. *Symposium on Phonological Theory: Representations and Architecture*. New York: CUNY.
- Clements, G. N. 2009. The role of features in phonological inventories. In: Eric Raimy & Charles E. Cairns (Eds.) *Contemporary views on architecture and representations in phonology*. Cambridge: MIT Press.
- Guy, G. 2009. As Vogais: Perspectivas Analíticas e Teóricas. In: *II Simpósio sobre Vogais* - conferência. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.
- Kenstowicz, M. 1994. *Phonology in Generative Grammar*. Cambridge: Blackwell.

- Ladefoged, P. & Maddieson, I. 1999. *The Sounds of the World's Language*. Oxford: Blackwell.
- Lamprecht, R. R. et al. 2004. *Aquisição fonológica do Português: perfil de desenvolvimento e subsídios para terapia*. Porto Alegre: ARTMED.
- Lazzarotto-Volcão, C. 2009. *Modelo Padrão de Aquisição de Contrastes: uma proposta de avaliação e classificação dos desvios fonológicos*. Tese de Doutorado. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas.
- Lee, Seung-Hwa. 2003. Mid Vowel Alternations in Verbal Stems in Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, Lisboa, 2 (2), 87-100.
- Maddieson, I. 1984. *Patterns of Sounds*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Matzenauer, C. L. B. 2008. A generalização em desvios fonológicos: o caminho pela recorrência de traços. *Letras de Hoje*, 43, 27-34.
- Matzenauer, C. L. B. 2012. Aquisição das vogais do “PB” e tipologias de línguas. In: Seung Hwa Lee. (Org.). *Vogais além de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Matzenauer, C. L. B. & Miranda, A. R. M. 2007. Traços distintivos e a aquisição das vogais do português do Brasil. In: *I Simpósio sobre Vogais*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.
- Matzenauer, C. L. B. & Miranda, A. R. M. 2008. Aquisição de fonemas e alofones: bottom-up ou top-down?. *Veredas*, v. Psicolinguística. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora. 112-124.
- Matzenauer, C. L. B. & Miranda, A. R. M. 2009. Traços distintivos e a aquisição das vogais do PB. In: Dermeval da Hora. (Eds.). *Vogais no Ponto mais Oriental das Américas*. João Pessoa: Ideia, 45-63.
- Mccarthy, J. & Prince, A. 1995. Faithfulness and reduplicative identity. *Rutgers Optimality Archive* 60.
- Rangel, G. de A. 2002. *Aquisição do sistema vocálico no português brasileiro*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Santos, G. R. dos. 2014. *Percepção e produção das vogais médias do espanhol por falantes do português brasileiro*. Tese de Doutorado. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas.
- Tornquist, G., Schüller, J. N., Pereira, M. P. & Pereira, C. 2009. A emergência gradual de segmentos vocálicos na aquisição fonológica. In: *Congresso de Iniciação Científica*. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas.
- Van Der Hulst, H. & Van Der Weijer, J. 1995. Vowel Harmony. In: Goldsmith, J. (ed.). *The Handbook of Phonological Theory*. Massachusetts: Blackwell.

Wanrooij, K., Boersma, P. & Van Zuijlen, T. L. 2014. Fast phonetic learning occurs already in 2-to-3-month old infants: an ERP study. *Frontiers in Psychology*.

Quem é que faz uma coisa destas? - Estratégias de ratificação de Enunciados Narrativos produzidos em Situação de Interação Oral

Armando J. B. de Morais
Armando.Morais@uab.pt
Universidade Aberta (Portugal)

Abstract:

In this article we will focus on pragmatic-discursive strategies that promote the ratification of a communication contract (Charaudeau, 2002) established between parts when narratives are introduced in the conversation. These strategies not only help to contextualize the narrative according to the specific communication intent, but also function as interactive signals to indicate the end of a conversational narrative and the return to the previous communicative situation.

Therefore, we will begin by identifying the macro-positional borders of the Conversational Narrative linking them to the introduction of a Narrative Communication Contract that will be valid during the time of narration.

Then we will analyze the pragmatic-discursive strategies used at the Coda of a set of 25 narratives, highlighting their textual, configurational and interactive functions.

Keywords: Conversational Narratives, Narrative Communication Contract, Macroproposition Coda, Narratives Closing and Ratification Strategies

Resumo:

No presente trabalho iremos debruçar-nos sobre estratégias discursivo-pragmáticas que promovem a ratificação do Contrato Comunicacional Narrativo estabelecido entre os interlocutores no momento de introdução de um Enunciado Narrativo na conversação. Estas estratégias, ao mesmo tempo que facilitam a construção do(s) sentido(s) do narrado de acordo com a sua intencionalidade comunicativa, cumprem, ainda, funções interacionais na medida em sinalizam o encerramento de uma Narrativa Conversacional e o retorno à situação de enunciação anterior.

Começaremos, assim, por identificar as macroproposições de fronteira de Narrativas Conversacionais que foram realizadas no seio de um *continuum* dialógico superior, associando-as à introdução de um novo contrato comunicacional que vigorará durante o tempo da narração.

De seguida passaremos a analisar as estratégias discursivo-pragmáticas utilizadas no

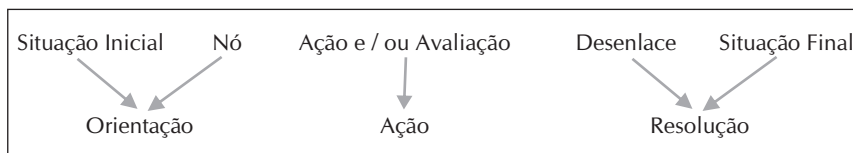
encerramento de um conjunto de 25 Enunciados Narrativos¹, procurando realçar as suas funções textuais, configuracionais e interacionais.

Palavras-chave: Narrativas Conversacionais, Contrato Comunicacional Narrativo, Macroproposição Coda, Estratégias de Encerramento e Ratificação do narrado

1. As macroproposições da Narrativa Conversacional²

Nos seus primórdios, o estudo da Narrativa Conversacional foi perspectivado dentro dos limites do próprio texto, sendo este analisado enquanto unidade estruturalmente autónoma e descontextualizada, que atualiza um modelo enunciativo específico. Este modelo é construído em torno dos módulos organizacionais prototípicos que constituem a Sequência Narrativa Mínima de Adam (1985, 1990), a saber: –Situação Inicial – Nó desencadeador da Ação – Ação e/ou Avaliação – Desenlace – Situação Final – e que poderíamos simplificar através do esquema proposto por Labov (1972) para o Núcleo Narrativo que apresentamos no Quadro 1.

QUADRO 1: As Macroproposições do Núcleo Narrativo



No entanto, o tratamento isolado de um Enunciado Narrativo (daqui para a frente referido como EN), subtraído artificialmente ao fluxo da conversação onde surge, revela-se problemático e deficitário. A análise de uma narrativa produzida no seio de uma interação oral só é viável considerando a sua inserção num texto dialógico de nível superior, em função do qual adquire sentido e relevância. Dito de outra forma, é no quadro da conversação em que

¹ Os referidos Enunciados Narrativos foram selecionados no *Corpus* Morais (2011), constituído pelas transcrições de 53 interações do *Corpus* do Português Fundamental, realizadas a partir das gravações disponibilizadas pelo CLUL e disponível em Morais (2011). Naquele *corpus* selecionámos 25 Enunciados Narrativos em que foram realizadas as macroproposições Coda Avaliação Final.

² Consideram-se Narrativas Conversacionais segmentos textuais construídos sob um esquema narrativo que são introduzidos ao longo de uma interação oral por um dos intervenientes a propósito de um tópico em desenvolvimento ou a desenvolver. Correspondem a reconstruções de memórias de acontecimentos ou de outras histórias sob uma perspetiva específica vinculada ao co(n)texto da sua produção, no qual adquirem uma função comunicativa própria.

surge e através das suas coordenadas situacionais, contextuais e cotextuais que é possível identificar a sua função discursiva e, assim, construir o seu sentido.

Por outro lado, a introdução de um EN na Conversação vem alterar, ainda que por um tempo limitado, o contrato comunicacional existente entre os interlocutores, obrigando o futuro narrador a negociar com o(s)alocutário(s) o novo ato comunicativo que pretende realizar. Esta negociação submetete-se a um protocolo contratual (Bres,1994) através do qual aquele, para além de anunciar a sua vontade de narrar algo, procura motivar o(s)alocutário(s) a aceitar o EN, bem como prepará-lo(s) para a sua realização. O grau de formalização deste Contrato Comunicacional Narrativo, daqui para a frente mencionado como CCN, com um prazo de validade equivalente ao tempo de duração da narração (incluindo, aqui, todos os movimentos de cariz avaliativo que podem ocorrer após o seu desfecho), parece ser condicionado, sobretudo, pelas coordenadas contextuais da situação de enunciação. Dependendo do tipo de interação³ (Entrevista, Conversa Informal, Diálogo em Serviços, etc.) e do papel e posição social dos intervenientes, o futuro narrador sentirá maior ou menor necessidade de negociar o domínio, ainda que momentâneo, do espaço e tempo de interação.

No quadro 2, retirado de Moraes (2011), apresentamos os diferentes movimentos que compõem o protocolo de Negociação do CCN.

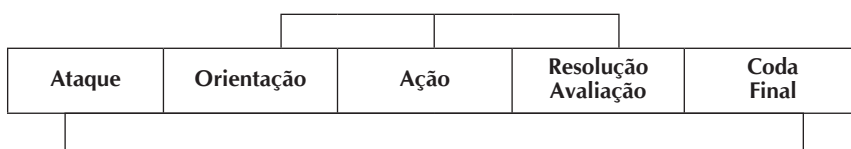
QUADRO 2: Protocolo de Negociação do Enunciado Narrativo

M1	Movimento de Anúncio do EN
M2	Movimento de Justificação do EN
M3	Movimento de Negociação do Acordo: (i) Pedido de Acordo Explícito (ii) Entrega da Decisão ao Interlocutor
M4	Movimento de Aceitação do Interlocutor
M5	Início da Narrativa: Orientação
M6	Movimento de Ratificação do EN (i) Negociação da novidade (ii) Avaliação Finaldo Narrado / da Performance do Narrador

³ Para estudos sobre ENs produzidos em situação de Entrevista ver o trabalho pioneiro de Labov (1972) para o inglês. Para o português, ver Moraes (2004 e seguintes) e Almeida (2005). Em relação a ENs produzidos em situação de Conversa Informal a bibliografia multiplica-se, realçando-se aqui os trabalhos de Tannen (2000 [1989]), Georgakopoulou (1997) e Norrik (2000). Para o português: Moraes (2004 e seguintes) e Rodrigues (2003). No que se refere a ENs produzidos em situação de Diálogo em Serviços ver Quasthof (1980).

Em trabalhos anteriores (Morais, 2004a, 2004b, 2005, 2011), procurámos demonstrar que os procedimentos de negociação da inserção de um EN na Conversação e de negociação da sua relevância para a mesma são identificáveis nas duas macroproposições de fronteira do EN, a saber: o Ataque e a Coda. Assim, e de acordo com autores como Quasthof (1980), Georgakopoulou (1997) ou Norrik (2000), partindo do trabalho pioneiro de Labov (1972), propusemos a seguinte estrutura textual para a Narrativa Conversacional.

QUADRO 3: Macroproposições do EN
Macroproposições que compõem o Núcleo Narrativo



Macroproposições explicitamente avaliativas envolvidas na passagem entre Sit0 e Sit1

Em termos interacionais, as macroproposições Ataque e Coda asseguram a transição entre a Situação de Enunciação anterior à introdução do EN (Sit0) e aquela que resulta da narração (Sit1). No Ataque é estabelecido o CCN e os interlocutores são constituídos Narrador e Narratário(s); na Coda o mesmo CCN é suspenso e Narrador e Narratário(s) retomam o estatuto de interlocutores.

Em termos configuracionais, em ambas as macroproposições surgem estratégias avaliativas que promovem a conformidade da interpretação do(s) narratário(s) com a intenção ou sentido configuracional do narrado. No entanto, enquanto no Ataque a fonte das referidas estratégias avaliativas é, quase sempre, o narrador, que procura, através de Atividades Preparatórias, motivar o interlocutor a aceitar a Narrativa, na Coda ambos são chamados a avaliar a pertinência do Narrado para a conversação. Por esse mesmo motivo, é recorrente encontrarmos esta macroproposição associada à da Avaliação Final. No presente trabalho debruçar-nos-emos especificamente sobre o funcionamento da Coda e sobre as estratégias referentes à Avaliação Final associadas à ratificação do EN.

2. A Coda e o Contrato Comunicacional Narrativo

No quadro 2 considerou-se um movimento posterior à introdução do EN - M6 - e centrado na negociação da sua relevância para a interação em curso. Denominado Movimento de Ratificação do EN, foram-lhe atribuídas duas possíveis realizações, passíveis de coocorrência: Negociação da Novidade⁴ e Avaliação Final do narrado e da *performance* do narrador. M6 surge, quase sempre, no final da narrativa e, muitas vezes, já no retorno à situação de enunciação anterior ao EN (Sit0).

A par de funções claramente interacionais, como a sinalização da suspensão do CCN e o retorno à distribuição de espaço, tempo e papéis enunciativos anteriores à sua vigência, o Movimento de Ratificação tem uma forte componente configuracional: está em causa a pertinência da realização do EN e a sua mais-valia para a conversação. Por isso o narrador procurará, através de enunciados de cariz avaliativo, sublinhar a intencionalidade do EN, assegurando a compreensão da narrativa como um todo significativo para a interação, ao mesmo tempo que apelará para a sua ratificação pelo interlocutor. Estamos, assim, num espaço de negociação de sentidos em que os Narratários podem exercer o seu direito de pôr em causa quer a pertinência do EN quer a *performance* do Narrador.

Nas páginas seguintes, passaremos a analisar a realização do Movimento de Ratificação do EN, procurando:

- identificar as estratégias discursivo-pragmáticas utilizadas para encerrar o EN;
- realçar as funções configuracionais e interacionais das referidas estratégias.

3. Atividades de Encerramento do EN

Sendo a Narrativa um modo enunciativo orientado para um Desfecho, a realização discursiva desse mesmo desfecho poderia, por si, sinalizar o seu fim. No entanto, em quase todos os exemplos analisados no *Corpus*, há uma

⁴ Em Morais (2011) pudemos observar que um EN como a anedota, por exemplo, pode exigir esta condição para ser reconhecido como pertinente para a Conversação em que é introduzido.

concentração de estratégias avaliativas na reta final do EN que realizam, de formas diversas, a sua conclusão. Essas estratégias estão vinculadas ao Movimento de Ratificação do mesmo e a sua verbalização pode ocorrer em qualquer das macroproposições finais do EN: Resolução, Coda, Avaliação Final, Pós-avaliações.

Tendo excluído a Resolução do escopo deste trabalho, passamos, agora, a uma sistematização das atividades de encerramento identificadas, procurando caracterizá-las através da apresentação e análise de exemplos⁵.

3.1. Fórmulas de Encerramento com Referência Explícita à História

Em primeiro lugar, considerar-se-ão os atos comunicativos que fazem uma referência explícita à história como unidade comentada e encerrada. Estes atos são realizados fora do núcleo narrativo e já no contexto do retorno à situação de enunciação anterior ao EN. Estão, quase sempre, ligados a uma Avaliação Final do narrado e podem ser construídos em colaboração com os interlocutores. Nesse último caso, realizam também o movimento de ratificação do EN.

Observem-se os seguintes exemplos:

(1) *bem / essa pra mim /das &ul [] das histórias o + para mim / foi a coisa + das + &eh / espantosa / não é / espantosa /* [(68-70) C1129 pi-profi⁶]

(2) MAN: *de maneira que é realmente dos casos / mais curiosos /*

XYZ: *é /é //*

MAN: */ que [] dos casos mais curiosos que tenho como: / notário /*

I13: *notário / < hhh /será certamente este > //*

XYZ: *[<] < é / é > //*

[(86-91) A1117 psf-profi]

Nos exemplos acima, gostaríamos de destacar a referência genérica à história, associada a um qualificador superlativo. Refira-se, ainda, a coconstrução da Avaliação Final no exemplo [2] através da confirmação do

⁵ Parte do material aqui apresentado foi trabalhado em Morais (2005) sob uma perspetiva focalizada nas atividades de encerramento de ENs. Aí foram ainda considerados exemplos retirados da macroproposição Resolução.

⁶ A codificação dos exemplos remete para o *Corpus* Morais. A numeração entre parêntesis curvos corresponde aos enunciados 68-70 da transcrição com o código C1129 psf-profi.

enunciado de MAN (narrador), pelos interlocutores XYZ e I13 que, desta forma, realizam também o movimento de ratificação do CCN. No entanto, atos de cariz metacomunicativo deste tipo são pouco comuns no *corpus* analisado.

3.2. Marcadores Conversacionais de Fecho com funções topográficas globais

O marcador conversacional – *pronto* – é o mais utilizado pelos narradores no âmbito da Coda. Através dele é realizada a articulação entre o encerramento de um ato comunicativo adjacente com outros realizados anteriormente. Normalmente esse conjunto corresponde ao segmento tópico que constitui o EN. Observem-se os seguinte exemplos:

(3) ANT: [<] < e ele ficou > *assim / a minha mãe está maluca / < com certeza // não é?*

FER: [<] < *hhh* >

XYZ: [<] < *hhh* >

ANT: / **pronto** //

[(21-25) C630 pi-casa e família]

(4) [...] *de maneira que / a coisa sossegou // e / pronto //* [(119-120) C630 pi-casa e família]

(5) *e: / de maneira que / depois deixou de / de exercer: # / a profissão de padre / pronto //*

[(515) A50-psf-vida social]

(6) **e pronto** // *acabou // < hhh > /*

[(104) C32 pi-profi]

(7) [...] **e pronto** / *fizemos esse esquema // dentro dessa base / pá /*

[(284-285) C866 pi-vida pessoal]

(8) **então pronto** / *fez as contas e foi-se embora //*

[(45) A443 pi-profi]

Como se pode observar nos exemplos acima, o marcador conversacional topográfico – *pronto* – pode, também, operar a um nível mais vasto, articulando o fechamento do ato comunicativo adjacente à esquerda [4 e 6] ou à direita [8] com outros atos realizados anteriormente. Nestes casos é de realçar a sua articulação com os sequenciadores – e – e – *então* – ou com um verbo de aspeto cessativo, como, por exemplo, < acabar > .

Em todos os exemplos [3-8] é possível identificar uma função conclusiva no uso destes marcadores, podendo, mesmo, introduzir ou fazer parte de um enunciado resumitivo⁷ com encapsulamento⁸, como no caso do uso do nome ‘esquema’ em [7] para referir o Resultado do EN. Desta forma o ex-narrador cede a vez ao(s) interlocutor(es) abrindo o espaço de ocorrência para a realização de M6.

3.3. Expressões Vagas funcionando como Sinais de Finalização do EN

Na posição em que ocorrem os marcadores conversacionais acima tratados, podem também surgir Expressões Vagas⁹ com uma função idêntica: fechar o ato comunicativo realizado, sinalizando o encerramento dos acontecimentos/estado de coisas anteriormente referidos e ceder a vez à avaliação do EN pelo(s) interlocutor(es).

Quanto aos exemplos [9], [10], [11] e [12], repare-se no semantismo impreciso e vago que lhes subjaz, revelando que o falante já não tem mais informações a dar sobre o tema tratado.¹⁰ Sendo recorrentes no *corpus*, é possível atribuir-lhes um carácter fixo e um valor conclusivo.

(9) [...] e portanto na questão [!] nesta &cois [!] na questão de relação com a raparigas
/ **é assim** // [(50) A353 pi-casa e família]

(10)e portanto / a situação / é: / é portanto esta / não é // **é assim** //
[(76-77) A326 psf-profi]

(11)[...] agarrou-se à placa / foi a sorte dela // está a ver // **< e é assim >** //
[(156-159) A965 psf-profi]

⁷ Soares da Silva (2006) refere que em casos deste tipo – e *pronto* – é um conector com um valor conclusivo mais de ordem textual que argumentativa, aproximando-o do “*então*” resumitivo e de outras expressões com valor idêntico, como *em resumo*, *em síntese*.

⁸ O conceito de ‘encapsulamento’ corresponde a uma forma de remissão textual que, através de uma forma nominal, permite recategorizar segmentos precedentes ou subsequentes de texto resumindo-os e encapsulando-os sob um determinado rótulo (Koch, 2005:38).

⁹ Retomamos aqui a proposta de Channel (1994:20) considerando que estamos perante um uso vago da linguagem quando podemos identificar palavras ou expressões que introduzem deliberadamente uma dimensão de incerteza, de falta de precisão, na proposição onde surgem. Para um desenvolvimento deste conceito aplicado a outros exemplos e funções ver Morais (2008).

¹⁰ Rodrigues (1998: 78 e seg.) inclui este tipo de marcadores nos Sinais Conversacionais de Cedência de Vez, aproximando-os das estratégias de desfocalização de Kallmeyer (1978), na medida em que afastam a atenção do ouvinte do tema ou foco da ação.

(12)FER: [<] < são muito unidos > // andam sempre juntos // hhh /

PR1: andam // **é sempre assim** //

FER: sim senhor //

PR1: **e passamos a vida assim** / menina // [(118-122) C22 pi-casa e família]

Em relação à Expressão Vaga – *é assim* – é necessário ainda referir o seu valor enquanto défítico textual, resumindo, de uma forma anafórica, um segmento textual que o locutor considera enquanto unidade e que pretende encerrar, mas que continua acessível aos interlocutores porque presente na sua memória imediata.

Enquanto em [9] – *é assim* – refere a narrativa que ilustra a forma como o personagem age nas suas relações com raparigas, sendo parafraseável por – **é como eu contei** –, em [12], a expressão – *é sempre assim* – parece resumir a conclusão final do EN.

No exemplo [10], a Coda é introduzida pelo marcador argumentativo com valor conclusivo – *e portanto* – sendo o Resultado da narrativa referido pelo nome genérico de encapsulamento – *situação* – e pelo anafórico demonstrativo – *esta*. A expressão – *é assim* – parece ter aqui uma função meramente topográfica como sinal de fecho. O mesmo pode ser aplicado em relação ao – *e é assim* – do exemplo [12].

Assim – pode também fazer parte de uma Expressão Avaliativa com Valor Conclusivo, como é o caso da sua segunda ocorrência em [12] – *e passamos a vida assim / menina //*. Na próxima alínea considerar-se-á este tipo de expressões.

3.4. Expressões Avaliativas

3.4.1. Expressões Avaliativas com Valor Conclusivo

No seio das macroproposições Avaliação Final e Coda, ocorrem Expressões Avaliativas com valor Conclusivo¹¹ que surgem, normalmente,

¹¹ O uso de expressões deste tipo nas macroproposições Avaliação Final e/ou Coda já foi destacado em estudos sobre outros *corpora* linguísticos. Assim, McCarthy & Carter (1994: 108-114) registam a ocorrência frequente de expressões idiomáticas em narrativas orais e salientam o seu valor avaliativo para toda a unidade textual em que se inserem.

como unidades autónomas e suscitam uma reação de empatia por parte do interlocutor. Através delas são realizados juízos de valor sobre conteúdos da história narrada – personagens (ver ex. 17 e 19), acontecimentos (ver ex. 14 e 15), resultado (ver ex. 16) –, sobre o EN na sua globalidade (ver ex. 13 e 18) ou sobre o próprio narrador e a sua *performance* (ver ex. 20). Nestas expressões estão incluídas, também, locuções interjetivas (ver ex.13) e fraseologias em sentido lato que realizam a mesma função de conclusão.

As avaliações aqui consideradas, realizadas a partir de Sit0, podem também ter como fonte responsável um dos ex-narratários. No exemplo [19] é a interlocutora que faz uma avaliação final do narrado e da ação da personagem principal, indo ao encontro da intenção comunicativa que subjazia ao EN. No exemplo [20], é a narradora que, de uma forma irónica, é avaliada pelo conteúdo da Anedota que acabou de contar.

O grau de fixidez das expressões em causa varia num eixo que vai da colocação (combinatória usual de duas ou mais palavras sujeita a algumas restrições lexicais) à expressão fixa (enquanto grupo de palavras estável com significado próprio que não resulta da soma dos significados de cada um dos elementos que o compõem). Vejam-se os exemplos seguintes:

- | | |
|---|--------------------------------|
| (13) <i>meu deus do céu /</i> | [(68) C1129 pi-profi] |
| (14) <i>ai Jesus / é uma coisa impressionante //</i> | [(82) C1129 pi-profi] |
| (15) <i>olha / foi um gozo / pá //</i> | [(61) C22 pi-casa e família] |
| (16) <i>foi uma barraca de todo o tamanho //</i> | [(66) C22 pi-casa e família] |
| (17) <i>olha / parecia que lhe tinham dado o céu //</i> | [(142) C22 pi-casa e família] |
| (18) <i>essa é que eu achei mais piada //</i> | [(176) A390 pi-casa e família] |
| (19) <i>um ponto //</i> | [(110) A475 pi-casa e família] |
| (20) <i>hhh / que horror / que má //</i> | [(250) A479 pi-casa e família] |

3.4.2. Expressões Avaliativas Interativas

A Avaliação Final do EN pode também ser realizada através de expressões que apelam explicitamente a uma ratificação positiva do EN. Nestes casos, o narrador interpela diretamente os interlocutores buscando a sua adesão para os sentidos construídos no EN. No exemplo 21 são realizadas duas Avaliações Finais adjacentes, a primeira da responsabilidade da narradora e a segunda da narratária. Repare-se na consonância entre ambas. Em termos interacionais, este ‘convite’ expresso à participação dos interlocutores, cedendo-lhes a vez, permite o retorno à situação de enunciação inicial e às suas coordenadas contextuais.

Observe-se o seguinte exemplo:

(21) ROS: ***ora parece impossível // quem é que faz uma coisa destas?***

FER: ***que disparate //***

ANT: *XXX deve ser maluca //*

[(32-34) C528 pi-casa e família]

3.5. A Repetição

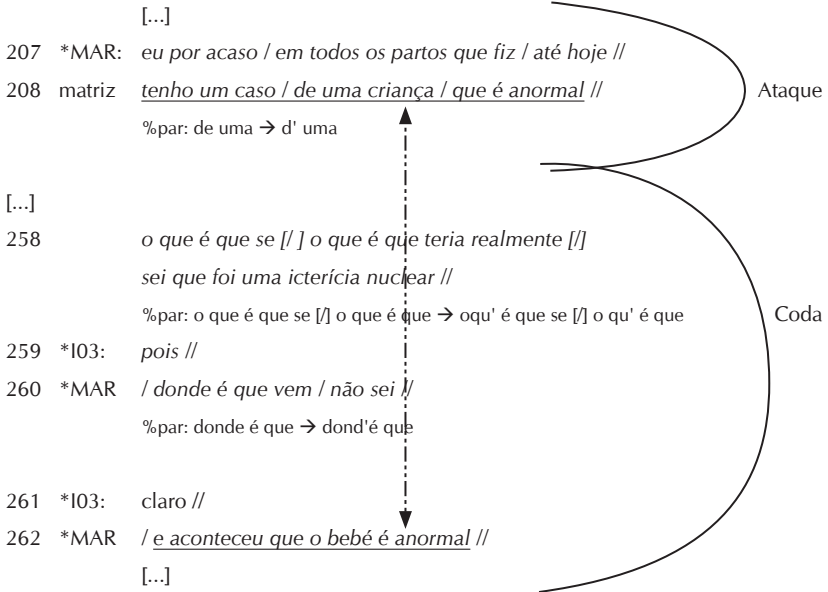
A Repetição é uma estratégia central na organização do texto oral que, quando realizada no encerramento do EN, pode ter funções intensificadoras e conclusivas. Assim, a sua realização tanto pode dar relevo a enunciados específicos, sublinhando-os, como revelar a inexistência de mais informação sobre o tópico em desenvolvimento e apontar para a cedência de vez. Normalmente a matriz da repetição corresponde a um enunciado-chave do EN: uma tese que deu origem ao mesmo, o seu resumo introduzido no Ataque, partes do gatilho ou do clímax da ação, ou uma avaliação local ou final.

3.5.1. Repetição e Paráfrase de elementos do Ataque

Na estrutura do EN, a Repetição e a Paráfrase de elementos do Ataque podem funcionar como Marcadores de Enquadramento, sinalizando o encerramento da unidade discursiva narrativa.

Em termos interacionais, estas Repetições ou Paráfrases funcionam, quase sempre, como estratégias de cedência de vez. Observe-se o exemplo [22].

(22) A396 psf-profi



No exemplo anterior é possível verificar que o EN é encerrado com uma paráfrase do resumo da história que havia sido introduzido no Ataque. Esta paráfrase revela, pela saturação informacional da mesma, que o narrador nada mais tem a acrescentar sobre os factos narrados.

No exemplo [23] a Coda resume a narrativa com que *MAR respondeu à questão mencionada no Ataque do EN. Assim, retoma-se o *input* que deu azo à introdução de um novo tópico conversacional – a razão do nome *Chez Lapin* – para encerrar, sublinhando-a, a explicação que o EN transporta.

(23) C251psf-profi

22	*MAR:	<i>bem / para mudar para o ChezLapin //</i> <i>%par: para → p'ra</i>	Ataque
23		<i>para lhe justificar / porque é que foi / que se pôs o nome estrangeiro //</i>	
24	matriz	<i>não foi porque se fosse buscar o nome estrangeiro //</i> <i>[...]</i>	
40		<i>o meu marido lembrou-se dessa coisa //</i>	Coda
41		<i>e então ficou sendo ChezLapin //</i>	
42		<i>foi por isso //</i>	
43	paráfrase	<i>não foi para tirar o nome português //</i>	
44		<i>< foi a [] pela força das circunstâncias / que mudámos o nome > //</i>	

Repare-se, ainda, na paráfrase do enunciado (24) através do (43), bem como no uso do demonstrativo anafórico em (42) que retoma a explicação dada e anuncia o Resumo avaliativo do mesmo em (44).

3.5.2. Repetição de Enunciados-chave do Núcleo Narrativo

A repetição de enunciados-chave do núcleo narrativo é uma estratégia comum no *corpus* analisado. Através dela o locutor associa uma função conclusiva ao intuito de sublinhar os conteúdos informacionais centrais do EN.

No exemplo seguinte ocorre uma repetição do enunciado-chave do Clímax da história:

(24) A390 pi-casa e família

		[...]	
51	BEA:	<i>e diz-me ela assim //</i>	Ação
52		<i>ah / você traz férias / mas eu estou farta de trabalhar / e não / não recebi nada //</i>	
		%com: ah -marcador conversacional topográfico de abertura; %par: estou → 'tou ; %par: todo o enunciado é dito num outro tom (encenação).	
53	climax	<i>e eu digo //</i>	
54	matriz	<i>sim senhora / quem me dera estar em casa //</i>	Coda
		%par: estar → 'tar	
55		<i>então não é?</i>	
56	repetição	<i>quem me dera poder estar em casa / para fazer as minhas coisas //</i>	

Repare-se que, na segunda ocorrência (54), o enunciado optativo em causa deixa de ser dirigido à personagem oponente e passa a ter como alvo a interlocutora, promovendo, assim, o retorno à situação de enunciação inicial.

3.5.3. Intensificação da Adjetivação em Posição Final de Avaliação

A sequência e repetição de adjetivos qualificativos adjacentes com um valor enfático, como se verifica nos exemplos [25-26], funciona, em primeira instância, como uma forma de intensificação. No entanto, a sua leitura deve ser alargada à função textual, de cariz coesivo, que realizam no EN de origem. Assim, a reiteração de uma avaliação já feita num turno anterior, utilizando o mesmo lexema e a mesma estrutura binária, aponta para uma saturação informativa e para um “esgotamento” do tema. Pode-se então falar de uma estratégia de encerramento da unidade a que se refere e de cedência

de vez. Repare-se, ainda, na alternância de locutores e na ‘comunhão’ existente entre as avaliações proferidas, textualmente realizada através do recurso a repetições-eco que correspondem a formas de ratificação do EN e da sua intencionalidade.

- (25) JEN: *espantosa / não é / espantosa //* (matriz)
I13: *saborosa /* (matriz)
JEN: *mesmo saborosa // e / e / e pronto //*(repetição)
[...]
é / é // é espantosa # // é espantosa # // (repetição) [(68-87) C1129 pi-prof]

No exemplo seguinte, a repetição ocorre na Avaliação Final, sendo facilmente detetáveis ambas as funções acima referidas:

- (26) *ai foi uma coisa horrorosa // passei aquele + ai foi uma coisa horrorosa //*
[(125-127) A264 psf-prof]

Destaque, ainda, para o caráter hiperbólico das expressões predicativas mencionadas, claramente associado aos propósitos narrativos do texto que encerram.

3.6. Marcas de Pedido de Acordo

Ainda dentro da Negociação do Sentido Global da Narrativa, há que realçar todos os sinais conversacionais que, a par da sua função interativa, têm um valor modal volitivo e uma função de envolvimento do interlocutor, na medida em que procuram influenciar o seu comportamento. Seguiu-se, aqui, a divisão proposta por Rodrigues (1998), entre Marcadores Conversacionais de Pedido de Retorno e Sinais de Reforço Informativo, apesar de termos consciência da artificialidade da sua aplicação a unidades cuja característica central é a sua polifuncionalidade. Mesmo nos casos em que não existe a emissão de um sinal de retorno por parte do interlocutor, o que parece apontar para uma realização que refocaliza o enunciado anterior (ver exemplo [28]), não se pode deixar de considerar a função apelativa destes marcadores que revelam a vontade de influenciar a forma como o interlocutor interpreta o que foi dito. A Pergunta-tag – *não é* – do

exemplo [27], é um desses casos de fronteira: suscita um retorno por parte do interlocutor, mas também sublinha a avaliação anterior – *espantosa* –, que será reforçada através da Repetição.

Estratégias idênticas são realizadas por perguntas avaliativas com valor retórico, que convidam os interlocutores a partilharem as convicções que veiculam (ver, atrás, o exemplo [21]).

3.6.1. Marcadores Conversacionais de Pedido de Retorno

- (27) JEN: *foi a coisa + das + &eh / espantosa / não é / espantosa //*
 113: *saborosa /*
 JEN: *mesmo saborosa // e / &eh / e pronto // [...]* [(69-73) C1129 pi-profi]

3.6.3. Marcadores Conversacionais de Reforço Informativo

- (28) *eu / eu achei que / que era duma / duma + mas / mas é que / é que realmente / a causa por que elas fazem isso / não é / pela / pela causa do ensino / é:: / tem & jus / tudo tem justificação / não é // e depois aquela ingenuidade / porque não / não se pode chamar outra coisa / não é // em mulheres licenciadas / porque / poucas são aquelas que não têm dois cursos / não é // em mulheres licenciadas / porque / poucas são aquelas que não têm dois cursos, / não é // poucas // portanto mulheres universitárias / licenciadas / etc. // e que acham / enfim / que está xxx de acordo // eu não compreendo / como é que elas / não entendem / tudo / tudo / o ridículo da situação // é uma coisa impressionante //*
 [(58-61) C1129 pi-profi]

Neste conjunto de pós-avaliações realizadas pela narradora, já a partir da Sit0, observe-se que quase todos os enunciados são finalizados com a Pergunta-tag – *não é* – . Através do seu uso a locutora sublinha o juízo de valor que acaba de realizar, ao mesmo tempo que apela à cumplicidade avaliativa dos interlocutores.

3.6.4. Marcadores Argumentativos com Valor Conclusivo

Ainda em torno das macroproposições Avaliação Final e Coda foi possível identificar alguns Marcadores Argumentativos com Valor Conclusivo, que

sinalizam a conclusão do EN. O seu uso sublinha, normalmente, a ‘moral da história’ (ver ex. 31 e 32) e/ou revela o esgotamento informacional do tópico (ver ex. 34). Esses marcadores podem ser construídos:

i. com lexemas de cariz metacomunicativo como em [30]

(30) *não // em conclusão +* [(117) A560 pi-vida pessoal]

ii. com conectores discursivos

(31) *de maneira que / a coisa sossegou // e / pronto //* [(119-120) C630 pi-casa e família]

(32) *[...] portanto / &eh: / o ciclo aqui é mau //* [(53) A347-pi profi]

(33) *portanto / assim consegui / digamos / preencher aquele / vácuo / que eu sentia //*
[(76-78) A398 psf-profi]

(34) *portanto isso foi o primeiro de Maio //* [(59) A1084 psf-vida social]

3.7. Linguagem Vaga

Na aproximação do final do EN é possível identificar um recurso acrescido a palavras e expressões vagas que indiciam um esgotamento progressivo de informações sobre o tópico do EN. A par do uso de expressões que funcionam localmente, como – *é assim* – (com um valor de marcador conversacional topográfico final), pode observar-se esse esvaziamento informacional em segmentos de texto mais longos que realizam as macroproposições Coda e/ou Avaliação Final e Pós-Avaliações. Observe-se o exemplo [35].

(35) *e / e sem ser com americanos / com outros mais / sucederam < as mesmas coisas / não é >* [(146) C48 psf-vida pessoal]

No final do segundo EN sobre o mesmo tópico – a convivência no campismo – o narrador procede a uma Avaliação Final comum a ambos os ENs com que pretende reafirmar a tese que lhes deu origem na conversação: quando faz campismo gosta, sobretudo, de conviver. Repare-se no uso do indefinido – *outros mais* – para referir potenciais personagens de narrativas idênticas à que concluiu, bem como a substituição dos acontecimentos

ocorridos pela palavra vaga – *coisas* – no sintagma nominal – as *mesmas coisas*. Desta forma o locutor, para além de marcar o carácter iterativo das ações assim referidas, sinaliza a falta de novidade que a possível narração de episódios idênticos transportaria. Ao mesmo tempo, acentua o valor exemplificativo do EN que introduziu na conversação.

4. Conclusões

Como foi referido anteriormente, enquanto texto sequencial orientado para um desfecho, o encerramento da narrativa pode, simplesmente, corresponder ao desenlace da ação. Além disso, a interpretação da sequência de acontecimentos, dentro de uma lógica de contraposição entre a Situação Inicial e Situação Final facilita a identificação do momento da sua conclusão. Esta característica específica da Narrativa permite a qualquer narrador terminar a sua história logo após a Resolução da intriga, cedendo a vez ao interlocutor ou passando de imediato a um novo ato comunicativo. No entanto, a análise do *corpus* Morais (2011) só nos permitiu atestar um único caso em que o narrador se limita a realizar a dimensão sequencial da narração. Concluimos, assim, que a análise de Narrativas Conversacionais não pode ser realizada apenas dentro do texto que verbaliza a sequência de acontecimentos narrados, mas tem que considerar o contexto e cotexto da sua realização, com destaque para os conteúdos avaliativos que preenchem as macroproposições de fronteira do EN: Ataque e Coda.

Sendo o encerramento da Narrativa o momento crucial para julgar sobre a sua pertinência em relação à situação de interação, podemos encontrar, a par da Avaliação Final, toda uma série de Pós-avaliações que buscam esclarecer o sentido e explicitar o valor do narrado, procurando obter, assim, a adesão do narratário à intencionalidade que lhe subjaz. Para a sua concretização foram ativadas, em todos os ENs analisados, estratégias discursivo-pragmáticas como Expressões Avaliativas com valor Conclusivo e/ou Interativo, Repetições e Paráfrases, e Formas de Intensificação de Predicados bem como Marcas de Pedido de Acordo e Adesão ao narrado. Normalmente, estes procedimentos são realizados já fora do espaço diegético da narrativa, no quadro da macroproposição Coda e a complexidade da sua execução está diretamente relacionada com a preocupação do narrador

em assegurar a conformidade da interpretação do narratário com a ordem configuracional do narrado.

Ao mesmo tempo identificámos um conjunto de elementos textuais que têm, claramente, uma função de encerramento do ato comunicativo anterior. Referimo-nos quer a fórmulas de Encerramento com Referência Explícita à História, quer a Marcadores Conversacionais de Fecho com funções topográficas globais, quer a Marcadores Conversacionais Argumentativos com valor Conclusivo.

Por último, foi ainda possível identificar um conjunto de usos de Linguagem Vaga que apontam no mesmo sentido, revelando a saturação do tópico introduzido através do EN e a vontade de ceder a vez ao(s) interlocutor(es).

Concluindo, o domínio do espaço enunciativo que resulta da introdução do CCN e da abertura de um novo quadro de participação na conversação que favorece um dos interlocutores e cria constrangimentos ao direito e às formas de tomada de vez dos restantes, é temporário e relativo. No final do EN o recém constituído narrador é obrigado a conceder ao(s) seu(s) ouvinte(s) o direito de, em última instância, ratificar (ou não) a sua realização. Para, de alguma forma, condicionar o uso desse direito e salvaguardar a sua face negativa vai associar às fórmulas de encerramento do turno narrativo todo um conjunto de elementos de cariz avaliativo e argumentativo com que pretende sublinhar a pertinência e relevância do ato comunicativo em causa.

REFERENCES

- Adam, J.-M. 1985. *Le Texte Narratif*. Paris: Ed. Nathan Université.
- Adam, J.-M. 1990. *Éléments de Linguistique Textuelle*. Liège: Mardaga.
- Almeida, C. 2005. *Discurso radiofónico português: padrões de organização sequencial, actos e estratégias de discurso, relações interactivas e interlocutivas*. Dissertação de Doutoramento. Universidade Aberta.
- Brés, J. 1994. *La Narrativité*. Louvain-la-Neuve: Éditions Duculot.

- Channell, J. 1994. *Vague Language*. Oxford: Oxford University Press.
- Charaudeau, P. 2006. Un modèle socio-communicationnel du discours. Entre situation de communication et stratégies d'individuation. In: *Médias et Culture. Discours, outils de communication, pratiques : quelle(s) pragmatique(s)?*. Paris: L'Harmattan. <http://www.patrick-charaudeau.com/Un-modele-socio-communicationnel.html>
- Georgakopoulou, A. 1997. *Narrative Performances. A study of Modern Greek storytelling*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- Kallmeyer, W. 1978. Fokuswechsel und Fokussierungen als Aktivitäten der Gesprächskonstitution. In: Meyer-Hermann, R. (Ed.), *Sprechen – Handeln – Interaktion*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 191-241.
- Koch, I. V. 2005. Referenciação e orientação argumentativa. In: Koch, I. V. & E. Morato, A. Bentes (Ed.), *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Ed. Contexto, 33-52.
- Labov, W. 1972. *Language in the Inner City*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- McCarthy, M. & Carter, R. 1994. *Language as Discourse. Perspectives for Language Teaching*. London: Longman.
- Morais, A. 2004a. Ainda ontem aconteceu uma coisa muito engraçada. A introdução de enunciados narrativos em situação de interação oral. In: Soares da Silva, A. & Torres, A., Gonçalves, M. (Ed.), *Linguagem, Cultura e Cognição. Estudos de Linguística Cognitiva*. Vol. II. Coimbra: Almedina, 459-476.
- Morais, A. 2004b. Olhe, conto-lhe uma história se a quiser ouvir. O Contrato Comunicacional Narrativo. In Freitas, T. & A. Mendes (Ed.), *Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: A.P.L., 595-605.
- Morais, A. 2005. E pronto - estratégias discursivo-pragmáticas de encerramento em enunciados narrativos produzidos em situação de interação oral. In Duarte, I. & I. Leiria (Ed.), *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: A.P.L., 731-735.
- Morais, A. 2008. E coiso e tal – algumas considerações sobre o uso de linguagem vaga em enunciados narrativos orais. In S. Frota & A. Santos (Ed.), *Actas do XXVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: A.P.L., 359-371.
- Morais, A. 2011. *Narrativas Conversacionais, A Introdução de Enunciados Narrativos em Situação de Interação Oral*. Dissertação de Doutoramento. Universidade Aberta.
- Norrick, N. 2000. *Conversational Narrative, Storytelling in Everyday Talk*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- Quasthoff, U. 1980. *Erzählen in Gesprächen: linguistische Untersuchung zu Strukturen*

*und Funktionen am Beispiel eine Kommunikationsform des Alltags.*Tübingen: Gunter Narr Verlag.

Rodrigues, I. G. 1998. *Sinais Conversacionais de Alternância de Vez.* Porto: Granito Editores e Livreros.

Rodrigues, I. G. 2003. *Fala e movimento do corpo na interação face a face. Estratégias de reparação e (des)focalização e co-funções conversacionais na manutenção da vez.* Dissertação de Doutoramento. Universidade do Porto.

Soares da Silva, A. 2006. *O Mundo dos Sentidos em Português. Polissemia, Semântica e Cognição.* Coimbra: Almedina.

Tannen, D. 2000 [1989]. *Talking Voices: Repetition, Dialogue and Imagery in Conversational Discourse.* Cambridge: C.U.P.

«Os possessivos estão-me a complicar o ensino»:-)
Um estudo do dativo possessivo em português
baseado em corpos*

Diana Santos
d.s.m.santos@ilos.uio.no
Linguatca e Universidade de Oslo

ABSTRACT. In Portuguese there is a three-way choice to express possession: possessives, the simple definite article, and the possessive dative, whose study is the main focus of the present paper. In this paper I intend to, first, describe an interesting feature of Portuguese which is rarely presented in teaching materials or textbooks for Portuguese as a foreign language, namely the use of the dative pronoun to indicate possession, and that is paraphraseable by a possessive pronoun. Secondly, I present a contrastive study using parallel corpora (and monolingual ones) to identify a sizeable number of cases of dative pronouns indicating *latu sensu* possession, using English and Norwegian as “other” languages, providing a description of their occurrences and some interesting cases. Also, I discuss briefly how to share the linguistic analyses with other linguists, and whether this phenomenon is variety-specific.

KEY-WORDS. Possession, external possession, possessive dative, Portuguese, contrastive studies, parallel corpora, translation, Portuguese as foreign language teaching

RESUMO. O campo da posse pode ser gramaticalmente expresso de três maneiras em português: pronomes ou determinantes possessivos, o artigo definido, e o dativo possessivo. Com este artigo pretendo, em primeiro lugar, descrever uma característica interessante da língua portuguesa e que raramente é descrita em gramáticas ou manuais de ensino de português, nomeadamente o uso de clíticos na descrição da posse, ou, dito de uma forma mais técnica, a possibilidade de parafrasear alguns pronomes pessoais de objeto indireto (o dativo de posse) em português por determinantes possessivos. Em segundo lugar, apresento um estudo contrastivo inicial sobre este assunto, baseado em corpos paralelos, que indica o âmbito do fenómeno, com as línguas inglesa e norueguesa como pontos de comparação, mas usando também corpos monolíngues como contraponto. E, por último, documento a vantagem de partilhar os resultados das análises detalhadas, através da Gramateca. A

* Estou grata à FCCN por manter acessíveis os recursos linguísticos desenvolvidos na Linguatca (em particular o ACDC, o COMPARA e o PoNTE) em www.linguatca.pt, e à equipa da Linguatca por os ter criado. Agradeço a Cathrine Fabricius-Hansen por me sugerir este assunto de contraste e aos meus alunos pelo seu trabalho com os dativos. Agradeço a dois revisores anónimos as sugestões bibliográficas e os comentários pertinentes em relação a versões anteriores do presente artigo.

questão de se este é um assunto específico de uma variante do português ou não também é brevemente afluada.

PALAVRAS-CHAVE. Posse. Dativos possessivos. Corpos paralelos. Estudos contrastivos. Tradução. Ensino de português como língua estrangeira

1. Preâmbulo

Com este artigo pretendo alcançar dois objetivos: em primeiro lugar, contribuir para a descrição de uma característica interessante da língua portuguesa e que raramente é descrita em gramáticas ou manuais de ensino de português como língua estrangeira, nomeadamente o uso de clíticos na descrição da posse, ou, dito de uma forma mais técnica, a possibilidade de parafrasear alguns pronomes pessoais de objeto indireto (o dativo de posse) em português por determinantes possessivos.

Em segundo lugar, pretendo apresentar um estudo preliminar sobre este assunto, baseado em corpos paralelos, que indica o âmbito do fenómeno, tendo as línguas inglesa e norueguesa como pontos de comparação, mas usando também corpos monolíngues como contraponto.

2. O dativo possessivo: motivação inicial

O que chamo aqui dativo possessivo em português é, brevemente, o seguinte fenómeno: a possibilidade de, ou, diríamos mesmo, preferência por, usar intervenientes verbais e não nominais na descrição da “posse” em português, como os seguintes exemplos ilustram:

- (1) Os ladrões entraram-lhe em casa ontem! (= entraram na casa dele)
- (2) Então não é que o cão nos comeu o almoço? (= comeu o nosso almoço)
- (3) Dói-te o joelho? (= o teu joelho dói?)

Nestes casos, o elemento que é “promovido” a objeto indireto sintático é obviamente afetado pela ação (ou estado) descrita pela oração em causa, ou seja, designa como beneficiário ou malefeciário da ação que inclui algo “possuído”.¹

¹ Indicar explicitamente o mesmo protagonista através de ambos os processos é, embora raro, aceitável em português, conforme apontado por Vilela (1992): *entraram-lhe na casa dele, as minhas costas doem-me*. O que não é certo é se nestes casos de “repetição” não teremos antes um caso de dativo beneficiário e não de posse.

Este artigo nasceu da constatação das diferenças no uso de possessivos e de pronomes pessoais em línguas distintas, algo que é essencial ensinar a quem aprende o português como língua estrangeira. Tais diferenças são patentes se consultarmos um corpo paralelo – incluindo o português e, neste caso, o inglês, como os exemplos do COMPARA (Frankenberg-Garcia & Santos 2002), que apresentamos a seguir, ilustram.²

Assim, são frequentes os casos em que o tradutor para português traduz possessivos em inglês por um clítico dativo de posse (todos de EBDL1T1):

- (4) feeling the draught up **my** legs. -> a sentir a corrente de ar subir-**me** pelas pernas.
- (5) The anaesthetist patted **my** hands -> O anestesista deu-**me** uma palmadinha nas mãos.
- (6) Nizar lifted the hem of **my** gown -> Nizar levantou-**me** a fralda da camisa

Da mesma forma, ainda é mais frequente que um tradutor para inglês adicione pronomes possessivos para conseguir um texto natural em inglês:

- (7) Ambos **me** examinaram o queixo -> Both examined **my** chin [PBMR1]
- (8) Esta calma de verão, exaltando-**me** os sentidos, embota-**me** a noção do real. ->
This summer calm heightens **my** senses, yet numbs **my** grasp of reality. [PBOL1]

Um corpo paralelo, contudo, fornece-nos muito mais do que uma simples ilustração, porque permite quantificar e estudar em mais profundidade diferenças que tenham sido observadas. Usando corpos paralelos para esse efeito, apresento nas próximas secções uma categorização inicial dos vários casos que apresentam clíticos dativos em português e determinantes possessivos em inglês.

Convém, contudo, antes de me dedicar às implicações teórico-metodológicas desta observação, realçar duas características que podem tornar este artigo mais relevante:

Em primeiro lugar, o dativo possessivo não é algo de que um falante nativo do português esteja geralmente consciente, nem que seja muito descrito nas gramáticas tradicionais ou de ensino do português como

² Todos os exemplos retirados de corpos são identificados pela mnemónica associada ao corpo respetivo, que pode ser consultada na documentação na internet.

língua estrangeira, como se pode observar em Cunha & Cintra (1987) ou Bechara (1999),³ e em Hundertmark-Santos Martins (1982), Hutchinson & Loyd (2003) ou Sletsjøe (1969). De facto, penso que a consciencialização deste fenómeno se inicia, geralmente, ao contrastar o português com outras línguas que não tenham esta mesma característica – o que, diga-se de passagem, não é necessariamente um traço associado a famílias tradicionais como germânicas e românicas, visto que o alemão o tem como o português⁴, mas não o inglês nem o norueguês, que foram a causa do meu interesse por este fenómeno.

3. O dativo possessivo: breve enquadramento linguístico

Convém enquadrar este fenómeno na área mais vasta dos estudos linguísticos, sublinhando que, além do interesse prático de o estudar na linguística aplicada, este assunto pode ser também relevante para escolas tipológicas e mesmo universalistas.

Em primeiro lugar, para os linguistas cuja principal preocupação é caracterizar as línguas do mundo, a posse é claramente uma das áreas que é (aparentemente) comum a todas as línguas (veja-se, por exemplo, Wierzbicka 1999), ao mesmo tempo apresentando elevada variação na sua expressão, tanto nas formas sintáticas como nos objetos dessa relação em diferentes culturas. Uma das designações de várias formas distintas de exprimir a posse é a “posse externa”, no sentido definido por Payne & Barshi (1999) para abranger todos os casos em que o possuidor e o possuído não se encontram no mesmo constituinte.

O dativo possessivo em português é, na minha opinião, um exemplo de posse externa⁵, embora König & Haspelmath (1998) não tenham conseguido citar, na sua panorâmica da posse externa nas línguas da Europa, nenhum artigo que se referisse ao português.

Do ponto de vista da ontologia de casos que são abrangidos numa língua pela gramática da posse, no caso do português estão incluídos a meronímia

³ Bechara (1999) discute os dativos livres (de interesse, ético, de posse e de opinião) numa página só (página 242), e apresenta o vaso *partiu-se-me* (atribuído a Mário Vilela) como exemplo de dativo de posse, que para mim é um claro dativo ético.

⁴ Agradeço vivamente a Sílvia Aratújo por me ter chamado a atenção para isso por ocasião de uma apresentação inicial deste material em Faro.

⁵ Mas veja-se mais à frente uma posição aparentemente diferente, defendida por Miguel et al. (2011).

(parte de) – por muitos considerada mais fundamental do que o conceito de posse⁶ – as partes do corpo, a roupa, relações sociais e de parentesco, e emoções e tipos de personalidade, entre outras.

Para alguns pesquisadores, a escolha entre duas formulações possíveis a nível sintático obedece a critérios pragmáticos, veja-se Velásquez-Castillo (1999) sobre a escolha entre dativo possessivo e determinante possessivo em guarani e castelhano. Seguindo o exemplo desta investigadora, seria interessante estudar a relação entre a escolha do uso do dativo possessivo ou de um determinante possessivo e questões discursivas como topicalidade, usando as medidas de distância referencial e persistência de tópico propostas por Givón (1983). Em relação especificamente às partes do corpo, Velásquez-Castillo (1999) adianta que o traço predominante na posse externa é o envolvimento subjetivo do falante com o possuidor, e não este ser afetado (beneficiário ou maleficiário).

Em estudos tipológicos, alguns autores postulam categorias semânticas (ou cognitivas) e descrevem a sua relação com estruturas sintáticas (como o uso do dativo ou objeto indireto), como faz Haspelmath (1999), que descreve o funcionamento da gramática de três línguas (russo, inglês e francês) em termos de um mapa semântico/cognitivo com sete categorias, mostrando que o dativo cobre várias em francês e em russo, mas não em inglês.

Soares da Silva (2000), num estudo pioneiro para o português, debruça-se sobre o objeto indireto (OI) na perspetiva da linguística cognitiva, sugerindo que, a partir do significado básico, espacial e funcional do dativo/OI, nomeadamente recipiente ativo de uma transferência material benefativa, várias extensões, por metaforização, generalização e metonímia foram surgindo, sendo o dativo possessivo uma generalização que enfraquece o papel ativo do recipiente.

Outros autores fazem antes o mapeamento de uma estrutura sintática (neste caso o dativo possessivo) em várias línguas. Nesse ensejo é interessante reparar que König & Haspelmath (1998) referem a raridade (ou mesmo inexistência) deste com verbos ditransitivos, em que o argumento objeto indireto é preenchido por um SN pleno. Na minha opinião, os seguintes

⁶ Veja-se Cruse (2004), assim como Freitas et al. (2015) para uma discussão da meronímia para o português.

exemplos ilustram que tal é possível:⁷

- (9) E a mesma íntima turbacão tirava-**lhe** ainda a firmeza à voz e ao olhar (= tirava a firmeza à voz dele e ao olhar dele) [Os Fidalgos da Casa Mourisca, Júlio Dinis]
 (10) Se comprar a Ragazza, por exemplo, encontra títulos como «Sete ideias para **lhe** dares a volta à cabeça». (= dar a volta à cabeça dela) [Avante]

Outro exemplo de investigação semântico-pragmática destas questões que parte do uso da língua, em particular das suas propriedades textuais e discursivas, é Kleiber (2008), que, no caso específico dos determinantes possessivos em francês, contrasta o seu uso com um determinante na forma de artigo.

Este assunto é, aliás, interessante contrastivamente no par de línguas português-norueguês. A interação da propriedade de ser definido ou não com os possessivos é diferente nas duas línguas no que se refere às palavras denotando relações familiares⁸: enquanto uma relação de unicidade requer apenas o artigo definido em norueguês (*kona* (lit. a esposa), *onklen* (lit. o tio), a mesma exige (pelo menos na variedade padrão) o possessivo em português (*a minha mulher*, *o meu tio*), exceto no caso em que se chama *papá* a só uma pessoa, e nesse caso se usa só *o papá*, em linguagem infantil; por outro lado, enquanto é possível e natural referir uma de muitas filhas em norueguês como *datteren min* (literalmente, a minha filha), isso é pouco apropriado em português, em que se tem sempre de referir qual: *uma das minhas filhas*, *a minha filha mais velha*, etc. sob pena de se dar a entender que só se tem uma. Vemos pois que um contraste ou delimitação do uso de possessivos e de artigos em línguas diferentes é necessário.

Finalmente, e no âmbito da teoria sintática inspirada por Chomsky, em que o objetivo da linguística é determinar as regras universais a que todas as línguas obedecem, e que portanto necessita de postular estruturas “profundas” para darem conta da variação “superficial” entre línguas, o fenómeno do dativo possessivo em português tem produzido algumas

⁷ Note-se, contudo, que o segundo exemplo inclui a expressão idiomática *dar a volta*. E que não estamos a falar aqui de redobro do clítico, que é agramatical: **o João deu-lhe um livro à Maria* não é possível. Estamos, sim, a mostrar que o dativo possessivo também pode ocorrer com verbos ditransitivos.

⁸ A questão das relações familiares (“kinship”) é discutida frequentemente no campo da posse. Para diferenças contrastivas entre o francês e o inglês veja-se Vinay & Darbelnet (1977).

propostas inovadoras⁹. Convém sublinhar que na literatura generativa há muito trabalho sobre os dativos em português, incluindo os possessivos, como Miguel et al. (2011), Brito (2009, 2015) e Torres-Morais (2006, 2007) exemplificam.

Em português há três exemplos de dativos não argumentais relativamente consensuais, veja-se Miguel et al. (2011), que apenas focam o português de Portugal: o dativo beneficiário, o dativo de posse, e o dativo ético.¹⁰ Segundo as mesmas autoras, a diferença entre os três é semântica: os dativos de posse descrevem/identificam o possuidor, os dativos beneficiários identificam o beneficiário (p. 390), e o dativo ético estabelece uma relação entre a situação e um dos participantes no discurso (p. 394). Com base nas propriedades sintáticas de, por um lado, os dativos beneficiário e de posse, e por outro, o dativo ético e, implicitamente, os dativos argumentais, as autoras propõem (p. 393) que os primeiros são “gerados” como sujeito de uma oração pequena (“small clause”) que é ela própria o argumento do verbo, mas que depois aparecem noutra posição na frase real. Ao propor esta análise, vão explicitamente contra a sugestão de que o dativo possessivo é invocado por um “aplicativo” que expande o número de argumentos de uma predicação, concordando portanto com Brito (2009), que já tinha criticado tal sugestão em relação ao português. Pelo contrário, Torres-Morais (2006 2007) defende a teoria do aplicativo para o português precisamente por lhe permitir explicar a diferença que ela afirma existir entre as variedades de Portugal e do Brasil.

4. Delimitação do dativo possessivo no presente trabalho

Não duvidando do interesse teórico dos artigos referidos para a teoria em questão, o meu principal interesse era proceder a uma abordagem descritiva contrastiva, com base em fatores de natureza semântica. Daí que tenha levado a cabo um estudo exploratório para, antes do mais, identificar dados em corpos, para os partilhar com a comunidade.

⁹ Veja-se a longa lista de referências em Brito (2009, 2015) sobre o objeto indireto em português de Portugal. Note-se também que o dativo possessivo pode ser descrito como uma “construção de objeto indireto não preposicional”.

¹⁰ Este último faz parte da panóplia da gramática tradicional. Outros autores falam também do dativo de interesse, dos dativos pessoais e dos dativos de opinião. A título de exemplo de que estas denominações não são consensuais posso citar Torres Morais (2006: 251), que fala por sua vez de pelo menos cinco interpretações temáticas possíveis: recipiente, fonte, experienciador, possuidor e afetado.

O meu ponto de partida foi, assim, completamente diferente: definir contrastivamente como dativo possessivo aqueles dativos que correspondem a determinantes possessivos em línguas que não têm tal tipo de dativo. E só mais tarde em corpos monolíngues usei, para obter mais exemplos, a condição de ser parafraseável por um possessivo, e que depende, essa sim, da minha “subjetividade linguística”.

Por essa razão, para este estudo não fiz distinção entre dativo beneficiário ou de posse, visto que ambos permitem (e foi esse o meu ponto de partida empírico) uma paráfrase com determinantes possessivos. Penso que foi uma decisão acertada não separar os dois casos ou deixar tal separação para uma análise subsequente, devido à dificuldade, em muitos casos, de escolher entre as duas interpretações, como irei exemplificar de seguida. Além disso, partilho da convicção descrita em Santos (1998a, 2006) de que a vagueza é uma propriedade essencial das línguas e que a existência da mesma construção gramatical para dois significados diferentes é devida (e, ao mesmo tempo, potencia) a expressão de ambos os sentidos concomitantemente.

Os exemplos seguintes, retirados e/ou adaptados do COMPARA ou do AC/DC, pretendem exemplificar como a escolha de uma interpretação pode ser delicada. As dificuldades encontram-se comentadas informalmente entre parênteses, a seguir ao exemplo.

- (11)Discutiam-lhe a roupa, o modo de andar (embora considerado dativo possessivo (a roupa dele/possuída por ele), o malefeciário também é ele (ou ela), e podia ser discutido com ele, ou nas costas dele) [PBAA2]
- (12)Desperta-lhe o brio (o brio dela, ou o brio nela, ou beneficia-a por despertá-lo?) [PPEQ2]
- (13)Piscou-me o olho (certamente que não é dativo possessivo, porque foi o seu olho que ele piscou, não o meu, mas sou beneficiária, ou melhor, “piscar o olho” no sentido de cumplicidade parece-me ter um argumento obrigatório) [PPJS1]
- (14)Bateu-me no braço (possessivo porque bateu no meu braço, mas também fui afectada/malefeciária. Repare-se que, em *estendeu-me o braço, me* indicaria apenas o beneficiário)
- (15)Dava-lhe pelo cotovelo (dava pelo cotovelo dele, no sentido de indicar a altura do sujeito, mas ele não é certamente qualquer beneficiário)
- (16)Deixa-te de uma vez dessas gracinhas (aqui podemos considerar o verbo *deixar-*

- se *de* no sentido de acabar, e considerar *te* um argumento, ou considerar que o pronome aponta para a possível paráfrase *deixa essas tuas gracinhas*. Além disso, construções com *deixar* são especialmente problemáticas porque também podem implicar elipse de um segundo verbo, neste caso de *fazer gracinhas*.¹¹⁾
- (17) Isto diminui-lhe o rendimento do trabalho (igualmente possível interpretar como possessivo e como maleficiário)
- (18) A história que lhe ouvia (aqui o que é mais interessante são as duas possibilidades de paráfrase com *de*, ambas analisáveis como dativos possessivos e nunca como beneficiários: *a história que ouvia dele*, *a história dele que eu ouvia*.¹²⁾
- (19) Reconheci-lhe a voz (com voz, é obviamente dativo possessivo, mas repare-se que, com outros objetos, isso pode não ser tão óbvio, cf. *reconheci-lhe a generosidade*, *mas senti-me diminuída*... havendo aqui também dois sentidos do verbo *reconhecer*.)
- (20) O que lhe havia de acontecer! (aqui a interpretação mais natural é de beneficiário, porque não há um nome a que ligar o possessivo e a única paráfrase possível seria *o que havia de acontecer a ele!*, mas veja-se o próximo exemplo.) [Uma Família Inglesa, Júlio Dinis]
- (21) O que lhe havia de acontecer à mãe! (Aqui, pese embora a estrutura e o sentido serem semelhantes ao exemplo anterior, é perfeitamente natural parafrasear por *O que havia de acontecer à mãe dele*, interpretando como um dativo possessivo.)

Estes exemplos mostram como em muitos casos a interpretação do dativo conduz a afetação (beneficiação ou maleficiação) e indica posse (ou relação privilegiada), sem que faça sentido decidir por um ou por outro. Embora em menor proporção, também é possível encontrar casos em que um dativo tanto pode ser possessivo como argumental ou ético. Veja-se o seguinte exemplo, em que o dativo pode ser interpretado ao mesmo tempo como objeto indireto e dativo possessivo, ou melhor, as duas funções são executadas pelo clítico *me* (compare-se com o original inglês).

¹¹ Agradeço a um revisor esta sugestão adicional de análise.

¹² Outra possibilidade ainda seria, em *ouvia-lhe (contar) a história*, em que *lhe* nesse caso tomava a forma de dativo mas seria o sujeito de *contar*. Ver Nilsson (1998) para uma discussão desta construção em português.

(22) *Nizar veio mais tarde e me pediu para levantar a perna uns dois dedos da cama,*
 <- *Nizar came in later and asked **me** to lift **my** leg gently a few inches off the bed* [EBDL1T2]

5. Obtenção dos dativos possessivos em corpos paralelos

Tendo em conta a problemática anterior, decidi então realizar um levantamento de casos autênticos em corpos paralelos. Em primeiro lugar, usei o COMPARA (Frankenberg-Garcia & Santos 2002), que eu saiba o maior corpo paralelo anotado revisto existente para o par inglês-português, e que contém excertos de textos literários originais nas duas línguas e a sua tradução para a outra. Procurei casos de frases com pronomes dativos e sem possessivos em tradução para o inglês, e em cuja tradução existissem pronomes possessivos.¹³ Analisei todos os casos para identificar os que realmente eram dativos possessivos, obtendo 325 em 697 (47% dos casos).

Fiz a mesma procura, assim como a mesma revisão, agora em traduções do inglês, identificando 357 em 716 (50%).¹⁴ O número de casos apresentado (e identificado) no COMPARA foi por determinante possessivo. Assim, o número de unidades de tradução distintas é bastante menor, dado ser relativamente comum haver mais de um possessivo por frase inglesa. Apenas contei uma vez por cada correspondente de tradução, mas há que distinguir os casos em que o mesmo dativo possessivo corresponde a mais do que um possessivo inglês. Em (23) apenas um caso de dativo possessivo foi contabilizado, porque apenas um pronome possessivo do inglês correspondia ao dativo possessivo em português; em (24) e (25), embora também só tenha contado um (dativo possessivo), poder-se-ia contar dois casos de tradução de possessivo inglês para dativo possessivo em português. Finalmente, (26) ilustra que, quando se podia considerar o pronome pessoal português como objeto indireto e como dativo possessivo, nenhum dativo possessivo foi contabilizado.

¹³ De forma a que estes resultados possam ser inspecionados por todos, apresento as pesquisas efetuadas, que neste caso foram duas: [pos="*.PPGE.*" & texto="P.*"] :COMPARA_PORT_ANOT <ua> [func="*.DAT.*" [pos!="*.poss.*"]* </ua> e [pos="*.PPGE.*" & texto="P.*"] :COMPARA_PORT_ANOT <ua> [pos!="*.poss.*"]+ [func="*.DAT.*" [pos!="*.poss.*"]+ </ua>

¹⁴ A expressão de procura foi [pos="*.PPGE.*" & texto="E.*"] :COMPARA_PORT_ANOT <ua> [pos!="*.poss.*"]+ [func="*.DAT.*" [pos!="*.poss.*"]+ </ua>. Dos 725 casos encontrados, 16 foram removidos por não corresponderem a um possessivo, mas sim a um dativo em inglês. Isto porque a anotação sintática do COMPARA foi manualmente revista do lado português, mas não do lado inglês.

- (23) I sat on the edge of **my** bed in **my** gown, feeling the draught up **my** legs. -> Sentei-me na borda da cama, em camisa de noite, a sentir a corrente de ar subirme pelas pernas. [EBDL1T1]
- (24) **Her** skirt fell down over **her** head. -> A saia tombava-lhe sobre a cabeça. [EBIM3]
- (25) They could see **his** fingernails and **his** eyes. -> As mulheres podiam ver-lhe as unhas e os olhos. [ESNG3]
- (26) The coldness of the idea made him want to shut **his** eyes -> A frieza da ideia deu-lhe vontade de fechar os olhos. [EBJT3]

Torna-se patente a necessidade de, em inglês, repetir os determinantes possessivos tantas quantas as vezes que se mencionam nomes. Podemos atribuir isso ao facto de este tipo de possessivos em inglês marcar que a expressão é definida, dado que, como é sabido, não é possível o uso de artigo definido com determinantes possessivos em inglês. Além dos exemplos (24) e (25), veja-se (27).

- (27) A camisa pendia-lhe em tiras nas costas, <- **His** shirt was hanging in shreds off **his** back.¹⁵ [EBIM3]

Note-se também que o dativo possessivo pode ocorrer longe do nome a que se refere, visto que a sua posição é determinada pelo verbo que é seu hospedeiro:

- (28) Mandou fazer um vestido Império, que lhe disfarçava de forma hábil o ligeiríssimo aumento do ventre.¹⁶ [EBDL4]

Contudo, as expressões de busca usadas impediram-me de encontrar casos em que, por outra razão e noutra lugar da frase, existissem possessivos, além de casos legítimos de dativos possessivos, como por exemplo na frase (inventada) *Penteou-me o cabelo na nossa cozinha* (=penteou o meu cabelo na nossa cozinha). Assim, tentei avaliar quantos outros possíveis

¹⁵ Este caso foi contabilizado como referindo-se a parte do corpo. Repare-se que essa é mais uma decisão necessária numa contabilização, quando ao dativo possessivo pode corresponder mais do que uma expressão (neste caso *camisa e costas*) na outra língua.

¹⁶ Aqui podemos estar razoavelmente certos de que o dativo se refere ao ventre, correspondendo à tradução de *She had an Empireline dress made which artfully concealed the very slight swelling of her tummy*.

exemplos poderíamos estar a perder, através da análise exaustiva de 300 casos aleatórios de possessivos em inglês e não possessivos em português (dos 9559¹⁷ possíveis). Apenas encontrei 23 dativos possessivos em 300, o que dá uma medida inicial (8%) do peso deste uso de possessivos (em inglês) comparado com outros usos. Até que ponto é que esta é uma medida interessante, em relação ao problema que nos interessa neste artigo, é certamente discutível, dada a grande diferença no uso de determinantes possessivos entre as duas línguas. Por outro lado, mais relevante para a quantificação dos dativos possessivos, é o facto de que, dos 23 encontrados, havia apenas três casos de original português que não tinham sido encontrados na procura anterior. Podemos assim, embora com alguma incerteza, afirmar que em todo o COMPARA possa haver cerca de 733 dativos possessivos, o que significa que conseguimos obter (e analisar) a sua grande maioria (682) neste artigo.

Outro corpo paralelo disponível de inglês para português, o CorTrad (Teixeira et al. 2012), também foi usado – o subcorpo CorTrad literário de contos (só de inglês, australiano ou canadiano, para português do Brasil). Dos 92 casos, vinte e oito (28) eram dativos possessivos. Refiz a mesma procura nos livros de Lewis Carroll traduzidos para português do mesmo corpo, e em 82 casos obtive mais 31.

Dado que recentemente a Linguateca também colocou dois corpos paralelos de português-norueguês acessíveis, o PoNTE e o PANTERA, era natural investigar se a mesma forma de obter dativos possessivos era produtiva noutra par de línguas. O PoNTE (acrónimo de Portuguese Norwegian Translation Examples, <http://www.linguateca.pt/PonTE/>) incorpora múltiplas traduções e retroversões de alunos de português língua estrangeira, veja-se Santos (2014a, 2014b), enquanto o PANTERA (acrónimo de Portuguese And Norwegian Texts for Education, Research and Acquisition of relevant knowledge, <http://www.linguateca.pt/PANTERA/>), ainda nos seus primórdios, é semelhante ao COMPARA por usar apenas traduções publicadas, com mais qualidade, portanto.

Embora o tamanho presente não permita generalizações conclusivas, ambos os corpos podem já ser usados, o primeiro como um exemplário

¹⁷ Usando a seguinte expressão de procura: [pos="*.PPGE.*"] :COMPARA_PORT_ANNOT <ua> [pos!="*.poss.*"]* </ua>

para aprendentes de português de língua materna norueguesa (ou até escandinava). Veja-se um exemplo de um dativo possessivo em português corretamente expresso por um possessivo na tradução norueguesa (ambos os lados são escritos na língua materna):¹⁸

(29)Exceto que você não estará «estudando»; você estará trabalhando, gerando conhecimento, e contribuindo para as universidades publicarem os artigos científicos que **lhes** servem como base de avaliação no cenário mundial. -> Bortsett fra at du ikke «studerer»; du jobber, du produserer kunnskap, og bidrar til at universitetene publiserer vitenskapelige artikler som tjener **deres** verdigrunnlag på verdens basis. ('e contribuis para que as universidades publiquem artigos científicos que servem a sua qualificação a nível mundial.') [CIE]

No PoNTE procurei dativos em português cuja tradução (ou original) em norueguês incluísse um possessivo, e apenas encontrei doze (12) dativos possessivos em 106 casos. Embora não fosse plausível que falantes de português como língua estrangeira num nível intermédio já tivessem consolidado o uso de dativos possessivos (que lhes são ensinados no semestre letivo anterior), e que por isso são inexistentes no lado do português traduzido, foi interessante confirmar que se sentiram na necessidade de colocar possessivos em vez de objetos indiretos em alguns casos quando escreviam na sua língua materna, como (30) evidencia.

(30)O Pedro foi sentar-se ao lado dele e bateu-**lhe** no ombro -> Pedro satte seg ved siden av han og la hånden på skulderen **hans**. (' e pôs a mão no ombro dele') [EPA]

Finalmente, a procura no PANTERA¹⁹ produziu 85 casos, dos quais 22 eram dativos possessivos em português original, e um apenas um em português traduzido. Apesar do seu reduzido tamanho²⁰, permitiu encontrar

¹⁸ Este exemplo é especialmente interessante porque provém de um texto brasileiro atual, de um blogue, e alguns brasileiros tendem a negar a existência deste fenómeno na sua variante, como veremos em breve.

¹⁹ A expressão de procura utilizada, que permitiu analisar todos os casos de dativos mesmo com possessivos foi "mi"|"di"|"si"|"deres"|"din"|"min"|"sin"|"hans"|"hennes"|"mine"|"dine"|"sine"|"mitt"|"ditt"|"sitt"|"dets"|"vårt"|"vår"|"våre":PANTERA-PORT [func="*DAT.*"]

²⁰ Contém apenas, em junho de 2015, excertos de dez obras (só uma norueguesa), perfazendo um total de cerca de 43 mil unidades em norueguês e 37 mil unidades em português.

casos de dativos possessivos em textos nas variedades moçambicana, brasileira e portuguesa.

O exemplo seguinte apresenta um caso de dativo possessivo que apareceu devido à complexidade das frases envolvidas, embora não haja menção do 'seu gabinete' na tradução para o norueguês.

(31)E pareceu-lhe que nos dias seguintes Carlos chegava-lhe ao gabinete mais untuoso que o costume, mesmo mais servil, ... -> Og det forekom ham at Carlos var mer innsmigrende og servil enn vanlig i dagene som fulgte, og han unnså seg ikke for å etterlate seg små lapper på skrivebordet hans... ('e passou-lhe pela cabeça que Carlos estava mais untuoso e servil nos dias que se seguiram, e ele não se ensaiava para deixar atrás dele pequenos papéis na sua secretária.')

[GerAlm11]

Isto esgota os casos de dativos possessivos que encontrei através de corpos paralelos.

6. Obtenção de dativos possessivos em corpos monolíngues

Como se sabe, a tradução nem sempre é a melhor área para encontrar diferenças entre as línguas, ou para obter naturalidade na língua de chegada, quer porque os tradutores se sentem influenciados pelo autor a produzir algo que lhe seja fiel, quer porque nem sequer têm consciência de que estão a produzir uma "terceira língua", o "tradutês"²¹. Por isso, ao encontrar traduções para formas diferentes, isso pode corresponder a um número de casos menor do que o que poderia ser produzido se o tradutor estivesse a escrever na sua língua materna sem estar restrito ao texto original. Por outro lado, se a língua de partida contiver um excesso de fenómenos que deem origem a um uso excessivo de dativos possessivos, se contarmos em texto traduzido podemos neste caso obter uma estimativa largamente por excesso.

É por isso conveniente tentar confirmar em texto não traduzido a abrangência, no caso em questão, do fenómeno do dativo possessivo em vários géneros de textos. Fiz isso usando o AC/DC (Santos 2011), em particular nas entrevistas do Museu da Pessoa, visto que estou consciente

²¹ "Tradutês" designa uma série de fenómenos, dos foros lexical, gramatical e discursivo, que indiciam que o texto foi criado como tradução. Veja-se Santos (1998b) para o português e Gellerstam (1986) para o sueco.

de que é um fenómeno associado a atitude e avaliação, e que é, portanto, mais normal encontrar em discurso pessoal do que em científico ou factual.

Antes disso, contudo, analisei uma amostra de 107 casos de pronomes dativos no AC/DC, verificando se eram dativos possessivos ou não. Ao contrário do processo seguido no COMPARA, em que a amostra foi aleatória, usei uma inspeção preliminar dos casos do Vercial, ECI_EBR e Minho, usando o Ensinador (Simões & Santos, 2011) para identificar possíveis casos interessantes para o ensino.²² Com esse método identificámos 26 dativos possessivos em 127, o que neste caso não permite, de forma alguma, ter uma ideia da verdadeira proporção deste fenómeno em português. (A única coisa que podemos afirmar é que será significativamente menor do que esta.)

Apresento aqui alguns exemplos de casos em que a classificação é difícil, ou que podem ser suscetíveis de diferentes valores gramaticais, ilustrando situações não encontradas nos corpos paralelos, embora já estudadas na literatura generativa:

- (32)Qualquer movimento causava-**lhe** dores lancinantes na coluna, fazendo-**lhe** soltar gritos de dor [Diário do Minho]
- (33)Mas, tê-lo-iam ganho se não tivessem atrás de si aquela esposa dedicada, que **lhes** criou as condições para que o ganhassem? [Uma Eleição Perdida, Conde de Ficalho]
- (34)(...) pague aquela multa ou arranquem-**lhe** os olhos ou cortem-**lhe** as mãos [História de Portugal, Alexandre Herculano]
- (35)Limitava-**lhe** a ação política o fato de querer caracterizar sua atitude como de protesto [ECI-EBR]
- (36)Ora, quer **lhe** dando na cabeça, quer na cabeça **lhe** dando, com mais parra ou menos uva, parece não haver dúvidas de que a criançada (...) [Diário do Minho]

O Museu da Pessoa²³ permite-nos obter ocorrências na linguagem

²² Este material foi criado inicialmente como exercício para os alunos de português (alunos do segundo ano em 2012) adquirirem alguma sensibilidade aos vários casos em que se emprega o dativo em português.

²³ A expressão de procura utilizada, [func="*.DAT.*"], encontra, na versão 4.1, 1579 ocorrências, mas é preciso relembrar que a análise sintática automática não foi revista. Além disso, embora neste momento o corpo Museu da Pessoa tenha um balanço entre as variantes brasileira e portuguesa (106 e 107 entrevistas), tal não era o caso na versão utilizada no estudo em causa, com 107 entrevistas feitas em Portugal e apenas 6 no Brasil.

oral, não especialmente cuidada, visto que correspondem a transcrições de entrevistas feitas informalmente a pessoas de níveis de instrução muito variados. O facto de ilustrarem atos de comunicação que não foram censurados nem revistos para publicação torna estes “textos” muitíssimo valiosos para observar a língua real oral, assim como possíveis lapsos de língua ou erros de concordância, que podem ser igualmente importantes para compreender como o português oral funciona. Veja-se, a título de exemplo, os seguintes casos:

(37)Foi uma operação que fiz, que **me** tiraram uma pedra da vesícula que podia gerar em cancro porque já estava em ferida, felizmente não chegou a tanto.

(38)Quando ele vinha bêbado, a minha mãe chamava-o à atenção, mas «burro velho não tem mandadouro»

Repare-se que o último exemplo tem a possível realização alternativa *chamava-lhe a atenção*, (chamava a atenção dele?), semelhante à alternância: *mordeu-o na perna* e *mordeu-lhe na perna*.

7. Quantificação e análise dos dativos possessivos encontrados

Na Tabela 1 apresento uma quantificação do fenómeno em questão, usando os vários métodos anteriormente explicados. “AA” significa amostra aleatória, e “or” e “trad” referem-se respetivamente a original e tradução. “DP” indica o número de casos considerados dativos possessivos no lado português. A coluna “total” indica o número de casos inspecionados e não o tamanho dos corpos. A linha “Total” contém o número de casos distintos, usando portanto 3 e não 23 dos escolhidos no AC/DC.

<i>Forma de obtenção</i>	<i>Total</i>	<i>DP</i>
Dativo e não possessivo PT or. e possessivo EN, COMPARA	697	325
Dativo e não possessivo PT trad. e possessivo EN, COMPARA	716	357
Dativo e não possessivo PT trad. e possessivo EN, CorTrad	92	26
Dativo e não possessivo PT trad. e possessivo EN, Alice	82	31
AA possessivos EN e não possessivos PT, COMPARA	300	23
Dativos em PT (escolha), AC/DC	107	26
Dativo em PT e possessivo em NO, PANTERA	85	22
Dativo em PT or. e possessivo em NO, PoNTE	106	12
Total	2320	802

Tabela 1 – Quantificação dos casos de dativo possessivo encontrados nas variadas fontes

Creemos que a obtenção deste número relativamente grande de casos (802 no total) nos permite estudar a sua distribuição e ter uma visão de conjunto de possíveis particularidades desta construção, assim como ajudar a coligir exemplos que possam ser usados em contexto pedagógico. As próximas subsecções analisam os casos compilados.

7.1. Categorização dos casos de dativos possessivos no original em português

A Tabela 2 resume os tipos de “possuído” após a análise dos casos de dativos possessivos encontrados em texto literário escrito originalmente em português. Nalguns casos acrescento a tradução em inglês para se ter uma ideia do correspondente do dativo possessivo nessa língua.

153	partes do corpo ou características físicas (tais como voz, sangue) duma pessoa.
56	qualidades (abstratas) de uma pessoa, associadas a personalidade ou à aparência (cabeça para ideia, olhos para visão, coração, ideias, memória, vontade, sorriso, mérito, confiança, ciúmes, coragem, forças, vida, alma, etc.)
14	roupa
10	outros objetos (casa, prateleiras, dinheiro, caldo, algibeira, (muro do) quintal, carro, poesias)
20	a outros casos mais complexos
3	foram identificados como expressões idiomáticas, <i>sai-lhe -> come his way, tomar-lhe tempo -> take his time, cortar-lhe as vazas -> upset their trickeries.</i>

Tabela 2 - Taxonomia de possuídos em originais em português

Alguns casos são, naturalmente, difíceis de classificar, exigindo portanto comentário:

(39)Deitei-**me** de costas -> lay down on my back

Neste exemplo, embora seja possível que alguém se deite sobre as suas costas, *deitar-se* é um verbo reflexo, donde não parece pertinente considerar o pronome como “reflexivo possessivo”. Contudo, um anotador mais apressado poderia tê-lo classificado erroneamente como um dos casos que nos interessam. Outros casos interessantes referem-se não a dativos mas a acusativos:

(40)I looked deep into **his** eyes -> Olhei-o profundamente nos olhos. [EBK1]

Outra característica que me pareceu interessante investigar, devido à diferença entre as duas línguas no que se refere à percepção (Santos 1998c, Slobin 2008), foi a frequência (oito casos) com que o dativo possessivo aparece associado a percepção visual.

(41)Só se **lhe** via a graciosa cabeça -> Only her comely head could be seen [PBAA2]

7.2. Categorização dos casos de dativos possessivos na tradução para português

Entre os casos em que os dativos possessivos são usados pelo tradutor para português como tradução de possessivos ingleses, observamos a distribuição da Tabela 3²⁴:

225	partes do corpo
53	casos abstratos
47	outros objetos
11	roupa
5	expressões idiomáticas (<i>chamar-lhe a atenção, pôr-lhe a vista em cima, a atenção que lhe era devida, passar-lhe pela cabeça, meter-se-lhe na cabeça</i>)

Tabela 3 - Taxonomia de possuídos quando provenientes da tradução do inglês

É interessante também reparar que em significativamente mais casos (16) o dativo possessivo está associado ao verbo *ver* ou outros de percepção visual, comparado com o caso do português original.

Tentando sumarizar o que encontramos, em ambas as direções é notória a frequência de dativos possessivos em português associados a partes do corpo. É também interessante observar que, à partida, não parece haver grande diferença no uso de dativos possessivos entre texto traduzido para português e original em português.

8. A questão da variedade do português

Gostaria de me debruçar sobre a questão da variedade do português. Existe razão para declarar que o dativo possessivo não ocorre, ou está em vias de extinção, em português do Brasil (PB)? Após redobrada insistência por parte de alguns revisores e linguistas a quem falei do assunto, que insistiram em afirmar categoricamente que este era um fenómeno do português de

²⁴ Se o leitor atento reparar que faltam dez exemplos, convém indicar que se referem a traduções de expressões idiomáticas em inglês, ou erros de tradução, ou reescrita demasiado livre, mas que todavia foram considerados dativos possessivos considerando só o texto em português. Veja-se como erro de tradução (não contabilizado como dativo possessivo) *A mão tremeu-lhe, e a vela caiu-lhe do castiçal, ficando a arder no chão.* <- *His hand shook, and the candle fell from its socket on the floor, and lay there sputtering.* [EBOW1]

Portugal (PP)²⁵, apesar de eu apresentar exemplos em português brasileiro, tive de olhar para a questão com mais atenção. De facto, “uma andorinha não faz a primavera”, e um ou dois exemplos podem ser *hapax legomena*. Por um lado, é conhecido que os falantes de uma língua não têm em geral conhecimento intuitivo sobre várias propriedades linguísticas (Sinclair 1997); por outro lado, em português do Brasil a distância entre a norma escrita e falada é muito superior à que se observa no português de Portugal – facilitando assim a possível inexistência de dativos possessivos no oral, mas o seu uso na escrita.

Por isso, fui contabilizar mais detalhadamente, do total dos casos arrolados pertencentes às variedades em questão, quantos apareceram em PB e em PP, indicando também o tamanho do universo, visto que o que é passível de comparação são as proporções e não os números absolutos.

	PB	PP	DPB	DPP	propPB	propPP
COMPARA original	466996	281619	351	254	7,5e-4	9,0e-4
COMPARA traduzido	852609	91032	10	722	0,1e-4	79,3e-4
PANTERA original	13257	11158	9	6	6,79e-4	5,38e-3
PANTERA traduzido	-	3083	-	1	-	3,24e-4
CorTrad traduzido	160358	-	28	-	1,74e-4	-
Alice traduzido	65568	-	28	-	4,27e-4	-

Tabela 4: Diferença entre as variedades portuguesa e brasileira

O panorama obtido foi bem mais interessante e complexo do que o esperado: enquanto, em texto original, na literatura brasileira, é impossível negar que o dativo possessivo existe (351 casos, em 24 obras de 11 autores diferentes), na literatura traduzida para português brasileiro, pelo contrário, a ausência é quase total (apenas 10 casos contra 722 de português de Portugal). A explicação para esta diferença abissal pode dever-se a dois fatores: por um lado, a data de criação da literatura brasileira, muitas vezes

²⁵ É bem conhecido que o português de Portugal usa mais clíticos do que o português do Brasil, que tem duas propriedades que o evitam: uma maior propensão para objeto nulo e o uso de pronomes tónicos em vez de átonos na linguagem oral. Isso não implica, contudo, que o fenómeno dativo possessivo em si não exista.

do século XIX, comparada com a data das traduções, todas elas do final do século XX, o que indicaria que o português do Brasil teve, mas já perdeu, o dativo possessivo.²⁶ Por outro lado, uma causa possível para a falta de dativos possessivos numa tradução pode refletir falta de conhecimento ou de qualidade das traduções, ou seja, redundar em tradutês, por o tradutor não estar consciente precisamente desta diferença entre as línguas. Para decidir da correção desta última hipótese, um estudo mais aturado das traduções em questão teria de ser levado a cabo.

9. Algumas conclusões e questões em aberto

Concluindo, este trabalho sugeriu uma metodologia (contrastiva) de obtenção de casos de dativo possessivo, que permitiu coligir várias centenas de casos no âmbito da Gramateca, disponibilizados à comunidade para inspeção e futuro trabalho. Além de apresentarmos uma descrição sumária do dativo possessivo e do tipo de nomes com que co-ocorre, tecemos algumas considerações sobre a língua portuguesa, que contrasta claramente com o inglês e o norueguês no que diz respeito à construção em análise. Embora não tenhamos apresentado uma análise linguística, coligimos e tornámos públicos²⁷ um extenso conjunto de casos que pode potenciar uma análise mais detalhada, sobretudo através de uma ferramenta recentemente anunciada, o Réve (Simões & Santos 2014), e que cremos poder ser usada vantajosamente, quer no ensino da tradução, quer no do português como língua estrangeira.

REFERÊNCIAS

- Barros, Isis Juliana Figueiredo de. 2011. Preposições de DP dativos de dois ex-escravos brasileiros em atas do século XIX. *Inventário*—Revista dos Estudantes de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Bahia, v. 9, 1-15.
- Bechara, Evanildo. 1999/1971. *Moderna gramática portuguesa*. Rio: Editora Lucerna.
- Brito, Ana Maria. 2009. Construções de objecto indirecto preposicionais e não

²⁶ Isso viria ao encontro das observações de muitos pesquisadores sobre a diferença entre língua escrita do século XIX e língua oral no século XX no Brasil, veja-se Barros (2011).

²⁷ Em <http://www.linguateca.pt/Reve/> e em formato de texto em <http://www.linguateca.pt/Diana/dados/datposs/>

- preposicionais: uma abordagem generativo-constitutivista. In: Alexandra Fiéis & Maria Antónia Coutinho (Eds.), *Textos Seleccionados do XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: APL, 141-159.
- Brito, Ana Maria. 2015. *Two base generated structures for ditransitives in European Portuguese*. In: Alberto Simões, Anabela Barreiro, Diana Santos, Rui Sousa-Silva & Stella E. O. Tagnin (Eds.) *Linguística, Informática e Tradução: Mundos que se Cruzam. Homenagem a Belinda Maia*, OSLa, Vol 7, No 1 (2015), 337-357.
- Cunha, Celso & Lindley Cintra, L. 1987. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Cruse, Alan. 2004. *Meaning in Language: An Introduction to Semantics and Pragmatics*. Oxford: Oxford University Press.
- Frankenberg-Garcia, Ana & Santos, Diana. 2002. COMPARA, um corpus paralelo de português e de inglês na Web. *Cadernos de Tradução IX*, 1, 61-79.
- Freitas, Cláudia, Santos, Diana, Oliveira, Hugo Gonçalo & Quental, Violeta. 2015. VARRA: Validação, Avaliação e Revisão de Relações semânticas no AC/DC. In: Ana Maria T. Ibaños, Livia Pretto Mottin, Simone Sarmiento & Tony Berber Sardinha (Eds.), *Pesquisas e Perspectivas em Linguística de Corpus*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 199-232.
- Gellerstam, Martin. 1986. Translationese in Swedish novels translated from English. In: Lars Wollin & Hans Lindquist (Eds.), *Translation studies in Scandinavia*. Lund: CWK Gleerup, 88-95.
- Givón, Talmy (Ed.). 1983. *Topic Continuity in Discourse: Quantitative Cross-Language Studies*. Amstredam: John Benjamins.
- Haspelmath, Martin. 1999. External Possession in an European Areal Perspective. In: Doris L. Payne & Immanuel Barshi (Eds.). *External possession*. John Benjamins, 109-135.
- Hutchinson, Amélia P. & Janet Lloyd. 2003. *Portuguese: An Essential Grammar*, Routledge.
- Hundertmark-Santos Martins. 1982. *Portugiesische Grammatik*, Niemeyer.
- Kleiber, Georges. 2008. The semantics and pragmatics of the possessive determiner. In: H. H. Müller & A. Klinge (Eds.), *Essays on Nominal Determination*. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins Company, 309-336.
- König, Ekkehard & Haspelmath, Martin. 1998. Les constructions à possesseur externe dans les langues d'Europe. In: Jack Feuillet (Ed.), *Actance et Valence dans les Langues de l'Europe*. Berlin & N. Y: Mouton de Gruyter, pp. 525-606.
- Miguel, Matilde, Gonçalves, Anabela & Duarte, Inês. 2011. Dativos não argumentais em português. In: *Textos Seleccionados, XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 388-400.

- Nilsson, Kåre. 1998. Akkusativ og dativ med (refleksiv) infinitiv i spansk og portugisisk. *Romansk Forum* 8, dezembro 1998, 57-77.
- Payne, Doris L. & Barshi, Immanuel. 1999. External Possession: What, Where, How and Why. In: Payne, Doris L. & Immanuel Barshi (Eds.), *External possession*. John Benjamins, 3-29.
- Santos, Diana. 1998a. A relevância da vagueza para a tradução, ilustrada com exemplos de inglês para português. *TradTerm* 5, 1, Revista do centro interdepartamental de tradução e terminologia, FFLCH - Universidade de São Paulo, 41-70
- Santos, Diana. 1998b. O tradutês na literatura infantil traduzida em Portugal. In: *Actas do XIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. APL, 259-74.
- Santos, Diana. 1998c. Perception verbs in English and Portuguese. In: Stig Johansson & Signe Oksefjell (Eds.), *Corpora and Cross-linguistic Research: Theory, Method, and Case Studies*. Amsterdam: Rodopi, 319-342.
- Santos, Diana. 2006. What is natural language? Differences compared to artificial languages, and consequences for natural language processing. PROPOR2006, [http://www.linguateca.pt/Diana/download/SantosPalestraSBLPPPropor2006.pdf](http://www.linguateca.pt/Diana/download/SantosPalestraSBLPPropor2006.pdf)
- Santos, Diana. 2011. Linguateca's infrastructure for Portuguese and how it allows the detailed study of language varieties. In: J.B.Johannessen (Ed.), *Language variation infrastructure*. OSLa: Oslo Studies in Language 3, 2, 113-128.
- Santos, Diana. 2014a. PoNTE: apontando para corpos de aprendizes de tradução avançados. *Linguamática* 6, 1, 2014, 69-86.
- Santos, Diana. 2014b. Ser, estar, ficar, haver e ter contra ha, bli e være: quem disse que era fácil traduzir sentimentos e sensações?. In: Signe O. Ebeling, Atle Grønn, Kjetil Rå Hauge & Diana Santos (Eds.), *Corpus-based Studies in Contrastive Linguistics*, Oslo Studies in Language 6, 1, 2014, 271-288.
- Simões, Alberto & Santos, Diana. 2011. Ensinador: corpus-based Portuguese grammar exercises. *Procesamiento del Lenguaje Natural* 47 (2011), 301-309.
- Simões, Alberto & Santos, Diana. 2014. Nos bastidores da Gramateca: uma série de serviços. *Workshop on Tools and Resources for Automatically Processing Portuguese and Spanish*, at PROPOR 2014, São Carlos, Brazil, 9 de outubro de 2014, 97-104.
- Sinclair, John. 1997. Corpus Evidence in Language Description. In: Anne Wichmann, Steven Fligelstone, Tony McEnery & Gerry Knowles (eds.), *Teaching and language corpora*. London & New York: Longman, 27-39.
- Sletsjøe, Leif. 1669. *Lærebok i portugisisk*. Oslo: Universitets forlaget.
- Slobin, Dan I. 2008. Paths of motion & vision. In: V. M. Gathercole (Ed.), *Routes to Language: Studies in Honor of Melissa Bowerman*. Lawrence Erlbaum, 197-221.

- Soares da Silva, Augusto. 2000. A estrutura semântica do objeto indireto em português. In: Rui Vieira de Castro & Pilar Barbosa (Eds.), *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Braga, pp. 433-451, republicado como capítulo 9: Polissemia na Sintaxe: o objecto indirecto e a construção ditransitiva. In: Soares da Silva, Augusto. *O Mundo dos Sentidos em Português: Polissemia, Semântica e Cognição*, Coimbra: Almedina, 2006, 245-264.
- Teixeira, Elisa D., Santos, Diana & E. O. Tagnin, Stella. 2012. CorTrad: um novo corpus paralelo multiversão para o par de línguas português-inglês. In: Tania M.G. Shepherd, Tony Berber Sardinha & Marcia Veirano Pinto (Eds.), *Caminhos na Linguística de Corpus*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 151-176.
- Torres Morais, Maria Aparecida. 2006. Argumentos dativos: um cenário para o núcleo aplicativo no português europeu. *Revista da ABRALIN*, vol. V, 239-266.
- Torres-Morais, Maria Aparecida C. R. 2007. O dativo de posse no português. In: Gladis Massini-Cagliari, Rosane de Andrade Berlinck, Marymarcia Guedes & Taísa Peres de Oliveira (Eds.), *Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: Fonologia, Morfologia, Sintaxe*. Cultura Acadêmica Editora, 211-235.
- Velásquez-Castillo, Maura. 1999. Body-Part EP Constructions: A Cognitive/Functional Analysis. In: Doris L. Payne & Immanuel Barshi (Eds.). *External possession*. John Benjamins, 77-107.
- Vilela, Mário. 1992. *Gramática de valências: teoria e aplicação*. Coimbra: Almedina.
- Vinay, J.-P. & Darbelnet, J. 1977/1958. *Stylistique Comparée du Français et de l'Anglais: Méthode de traduction*. Paris: Didier, Nouvelle édition revue et corrigée.
- Wierzbicka, Anna. 1999. *Emotions across Languages and Cultures: Diversity and Universals*. Cambridge: Cambridge University Press.

Infinitival before and after-clauses in European Portuguese: temporal and aspectual properties

Purificação Silvano

puri.msilvano@gmail.com

*Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto*

Luís Filipe Cunha¹

luisfilipeitecunha@gmail.com

*Centro de Linguística da Universidade do Porto
Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

ABSTRACT. The main goal of this paper is to discuss temporal and aspectual features of sentences with clauses introduced by the connectives *antes de* + Infinitivo ('before' + Infinitive) and *depois de* + Infinitivo ('after' + Infinitive) combined with situations in the *Pretérito Perfeito* in European Portuguese. Our discussion is based on the widespread view that these clauses are locating adverbials (cf. Kamp and Reyle (1993)) with temporal information of anteriority, in the case of *antes de*, and posteriority, in the case of *depois de*. However, this analysis is not as straightforward as one would expect, because, while *before*-clauses consistently render the same temporal relation (of anteriority), *after*-clauses may convey a temporal relation of inclusion, in addition to the standard posteriority relation. We put forward the hypothesis that aspectual characteristics play an important role in these differences, insofar as allowing a temporal reading that at first sight is not predicted from the semantic nature of the connective.

In order to maintain a uniform treatment of *before* and *after*-clauses with respect to their temporal features, accounting simultaneously for the differences that emerge in their linguistic behaviour, we claim, along with Beaver & Condoravdi (2003) and Condoravdi (2010), that the locating time interval provided by these clauses is bounded to the left, but not to the right, that is, what is focused is the initial frontier of the situation that provides the time interval, leaving the final one undetermined. Furthermore, we show that, although the temporal mechanisms are parallel, the interference of aspectual properties leads to interesting differences in the final interpretation of *before* and *after*-sentences.

KEY-WORDS. semantics; *before* and *after*-clauses; temporal and aspectual features; European Portuguese

We would like to thank Fátima Oliveira, António Leal, Fátima Silva and Idalina Ferreira for their support, as well as CLUP and FCT. We would also like to express our gratitude to the anonymous reviewers for their thorough and valuable comments.

¹ Paper financed by Fundação para a Ciência e a Tecnologia, QREN – POPH – Tipologia 4.1. – Formação avançada, comparticipado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MEC.

1. Introduction

One of the most common and widespread views about subordinate sentences introduced by *antes de* ('before') and *depois de* ('after') is that they act as temporal locating adverbials (cf. Partee (1984); Hinrichs (1986); Kamp & Reyle (1993); García Fernandez (1999); Lopes & Morais (1999); Declerck (2006), among others), establishing the Location Time (Lt) for the main clause with which they are combined.

The main goal of this paper is to discuss the temporal² and aspectual features of sentences with clauses introduced by the connectives *antes de* + Infinitivo ('before' + Infinitive) and *depois de* + Infinitivo ('after' + Infinitive) combined with main clauses in the *Pretérito Perfeito*³ in European Portuguese⁴, aiming at obtaining a unified treatment of these constructions that, nonetheless, is able to deal with some problematic data that earlier proposals did not take into account or did not develop to a full extent (cf. Partee (1984); Beaver & Condoravdi (2003), and, specifically for European Portuguese, Mória (2000); Lobo (2014); Silvano (2010), a.o.). In order to achieve this goal, we will follow Beaver & Condoravdi's (2003) analysis regarding the choice of the relevant intervals for the eventualities of *before* and *after*-clauses. However, we will develop their proposal by focusing on the consequences of such an analysis with respect to the aspectual treatment of the eventualities represented in the subordinate clauses under discussion.

Typically, *before*-clauses locate the situation presented in the main clause at an interval prior to the time at which the eventuality they describe takes place; conversely, *after*-clauses impose a relation of posteriority to the situation in the main clause with respect to the interval they identify.

However, as we will discuss shortly, there are empirical data that conflict with this analysis, asking for a more elaborate explanation. In particular,

² In this paper, we are mainly concerned with the influence of the eventualities' aspectual features in the final temporal interpretation of the sentences. However, we will not explore the role played by tenses in these sentences. For a detailed discussion, see Declerck (2006) and Silvano (2010).

³ Notice that, in European Portuguese, there are two tenses that correspond to the English Simple Past, the *Pretérito Perfeito*, with a terminative value, and the *Pretérito Imperfeito*, with an imperfective value (Cf. Oliveira & Lopes (1995), Oliveira (2003; 2013) for a characterization of tenses in European Portuguese).

⁴ In European Portuguese, besides the structures that select the Infinitive, *antes* ('before') can also combine with inflected sentences introduced by *que* ('that') and selecting the Subjunctive. However, as pointed out by Marques & Alves (2014), these two constructions differ in many respects. In particular, some sentences with *antes que* + *Conjuntivo* ('before that + Subjunctive') behave much like purpose clauses in so far as they involve some kind of intentionality associated to the attainment of a particular goal – that of avoiding the situation described in the subordinate clause or its consequences. We will not deal with these structures here, referring the interested reader to Marques & Alves' work.

regarding the relationship between the eventualities, although all *before*-clauses combined with *Pretérito Perfeito* in the main clause impose a precedence relation, not all *after*-clauses in the same context determine a relation of succession, because, given the appropriate circumstances, they can have readings in which some kind of inclusion emerges. We argue that this asymmetry calls for an analysis in which temporal properties closely interact with aspectual characteristics, in order to preserve a unified treatment of *before* and *after*-clauses.

2. The puzzle

Commonly, *before* and *after*-clauses are treated as entirely symmetric temporal adverbials that supply the location time ⁵ for the main clauses with which they co-occur. ⁶ *Before*-clauses locate the main situation in an interval preceding the location time they establish; conversely, *after*-clauses locate the main situation in an interval following the location time they define.⁷ Examples (1) and (2) illustrate:

- (1) Antes de ir ao cinema, o João jantou. ($e_2 < e_1$)
'Before of go (INF.) to-the cinema, the João dine (S.PAST PERF)⁸
'Before going to the cinema, João had dinner'
- (2) Depois de ir ao cinema, o João jantou. ($e_1 < e_2$)
'After of go (INF.) to-the cinema, the João dine (S.PAST PERF)'
'After going to the cinema, João had dinner'

⁵ As far as the Temporal Perspective Point of the situation represented by the main clause is concerned, since we are dealing with data with the *Pretérito Perfeito*, the interval that acts as TPpt is the utterance time. For the analysis of the TPpt in data with other tenses, see Silvano 2010.

⁶ Another aspect in which *before* and *after*-clauses differ considerably – and, thus, are not symmetric – concerns the veridicality of the relevant situations (cf. Krifka 2010). While *after*-clauses are always veridical, the sentences represented in *before*-clauses may convey non-veridical eventualities. It is the case, for instance, of the event in the *before*-clause of a sentence like “before composing his *requiem*, Mozart died” (i.e., actually, Mozart did not compose his *requiem*). Since a discussion involving modality is called for properly explain these readings, and it goes beyond the goal of the present research, we will not address further the problem in this paper.

⁷ It is interesting to note, with Krifka (2010, section 4), that *after* and *before*-clauses can include measuring temporal phrases in their structure, as illustrated by examples like “O João tomou o pequeno-almoço meia hora antes de sair” (‘João had his breakfast half an hour before leaving’). The fact that the measure phrases are directly associated to the *before* or *after*-clause can be invoked as an additional argument in favour of the idea that it is the subordinate sentence – and not the main one – that establishes the relevant locating interval.

⁸ S.PAST PERF stands for the tense Simple Past with the aspectual value terminative.

As expected, the main situation in (1) – “João had dinner” – is located in an interval that precedes the eventuality that establishes the location time – “João going to the cinema”. The substitution of the connective *antes* (‘before’) for *depois* (‘after’), however, produces the opposite result: in (2) the main situation – “João had dinner” – follows obligatorily the eventuality that establishes its location time, namely “João going to the cinema”, as expected by the lexical meaning of the connectives.

However, if we consider now the presence of stative situations in the subordinate clause, we find that an exact parallelism between configurations involving the connectives *before* and *after* is not observed. Consider the following sentences:

- (3) Antes de estar grávida, a Maria comprou roupas novas.
 ‘Before of be (INF.) pregnant, the Maria buy (S.PAST PERF) clothes new’
 ‘Before being pregnant, Maria bought new clothes’
- (4) Depois de estar grávida, a Maria comprou roupas novas.
 ‘After of be (INF.) pregnant, the Maria buy (S.PAST PERF) clothes new’
 ‘After being pregnant, Maria bought new clothes’

Like (1), (3) has only one possible reading, in which Maria bought new clothes in an interval that obligatorily precedes her pregnancy. However, contrary to (2), (4) is ambiguous, conveying two distinct interpretations: in one of them, parallel to (2), Maria bought new clothes in an interval that is completely posterior to her pregnancy (that is, in a period of time in which she is no longer pregnant); in the other one, however, Maria bought new clothes in an interval that is included in her pregnancy state (that is, in a period of time in which she is still pregnant).

The question we are faced with is whether these data mean that we have to treat differently the semantics of *before* and *after*-clauses. That is, we wonder whether the data adduced above validate a hypothesis of analysis in which the semantic mechanisms of temporal location of *after* and *before* differ significantly. Nevertheless, such an option would, in our view, bear undesirable consequences.

First, a completely separate temporal analysis for *before* and *after*-clauses would obscure the intuitive parallelism that nevertheless seems to

exist between these two configurations. We would lose a desirable uniform treatment for these structures.

Second, it would be necessary to postulate two distinct temporal analyses for the different temporal readings associated to *after*-clauses: a posterior and an inclusive one. It is, though, not clear that this ambiguity can be directly ascribed to the lexical features of the connective *after*.

A third shortcoming of this kind of analysis has to do with the fact that it would not properly take the central role played by aspectual restrictions into account. As we will demonstrate shortly, the aspectual class of the predication of the subordinate clause is decisive regarding the interpretative possibilities observed in these sentences.

So, we will pursue in this paper the hypothesis that *after* and *before*-clauses show symmetric temporal features that lead to symmetric mechanisms of temporal location. The interpretative divergences that we have noticed earlier can be explained by the interaction of these constant mechanisms of temporal location with some relevant aspectual characteristics of the predications at issue.

Before presenting our proposal, we will look more closely at the interaction between the aspectual classes occurring in *before* and *after*-clauses and the different temporal interpretations.

3. Aspect and temporal interpretation in *before* and *after*-clauses

Before-clauses with *Préterito Perfeito* in the main clause exhibit an invariable temporal interpretation, regardless of the aspectual class of the predication in the subordinate clause. They consistently locate the situation of the main clause in an interval that entirely precedes the occurrence of the eventuality in the subordinate clause. The following examples illustrate this:⁹

- (5) Antes de fechar a loja, a Teresa arrumou os livros. (culmination)
'Before of close (INF.) the shop, the Teresa arrange (S.PAST PERF) the books'
'Before closing the shop, Teresa arranged the books'

⁹ We will follow here the aspectual classification proposed in Moens (1987) and Moens & Steedman (1988). Notice also that we will only concentrate on the aspectual class of the predication in the subordinate clause, since it establishes the relevant Lt, ignoring that of the main clause.

- (6) Antes de escrever o artigo, o Luís comeu um chocolate. (culminated process)
 'Before of write (INF.) the paper, the Luís eat (S.PAST PERF) a chocolate'
 'Before writing the paper, Luís ate a chocolate'
- (7) Antes de viajar, o João encontrou-se com a Maria. (process)
 'Before of travel (INF.), the João meet (S.PAST PERF) with the Maria'
 'Before travelling, João met with Maria'
- (8) Antes de viver em Londres, o Pedro trabalhou na IBM. (state)
 'Before of live (INF.) in London, the Pedro work (S.PAST PERF) in-the IBM'
 'Before living in London, Pedro worked for IBM'
- (9) Antes de ser futebolista, o Rui estudou filosofia. (state)
 'Before of be (INF.) football-player, the Rui study (S.PAST PERF) philosophy'
 'Before being a football player, Rui studied philosophy'

In all of these sentences, regardless of the aspectual class of the predication that occurs in the *before*-clause, we observe that the two situations establish a relation of succession: the end of the situation in the main clause must have taken place in an interval that necessarily comes before the beginning of the eventuality in the subordinate clause. In other words, the two situations never overlap.

Consider now similar examples with *after*-clauses:

- (10) Depois de fechar a loja, a Teresa arrumou os livros. (culmination)
 'After of close (INF.) the shop, the Teresa arrange (S.PAST PERF) the books'
 'After closing the shop, Teresa arranged the books'
- (11) Depois de escrever o artigo, o Luís comeu um chocolate. (culminated process)
 'After of write (INF.) the paper, the Luís eat (S.PAST PERF) a chocolate'
 'After writing the paper, Luís ate a chocolate'
- (12) Depois de trabalhar, o João encontrou-se com a Maria. (process)
 'After of work (INF.), the João meet (S.PAST PERF) with the Maria'
 'After working, João met with Maria'
- (13) Depois de viver em Londres, o Pedro trabalhou na IBM. (state)
 'After of live (INF.) in London, the Pedro work (S.PAST PERF) in-the IBM'
 'After living in London, Pedro worked for IBM'
- (14) Depois de ser futebolista, o Rui estudou filosofia. (state)
 'After of be (INF.) football-player, the Rui study (S.PAST PERF) philosophy'
 'After being a football player, Rui studied philosophy'

The temporal analysis of these sentences is not as straightforward as the one ascribed to the previous group of examples. Sentences (10)-(12), integrating events in the subordinate clause, are entirely symmetric with respect to their counterparts in (5)-(7). So, the eventualities represented in the main clause begin in an interval that obligatorily follows the end of the situation in the subordinate clause; overlap of the two eventualities is never possible.

Examples (13) and (14), however, pose an interesting problem. Surprisingly, as noted in Cunha (2004), they seem to be ambiguous between a complete successive reading and an inclusive reading. For instance, in sentence (13), it is equally possible that Pedro worked for IBM in a period of time in which he is no longer in London – he could have moved to Paris –, corresponding to the interpretation ($e_1 < e_2$) or that Pedro worked for IBM while he was still living in London, corresponding to the interpretation (e_1 includes e_2). In this latter reading, partial overlap between the eventualities is admitted.

Contextual factors, as well as our world knowledge, can favour one of these two possibilities, as the contrast between (15) and (16) demonstrates:

- (15) Depois de ser futebolista, o Rui treinou o FC Porto.
'After of be (INF.) football-player, the Rui coach (S.PAST PERF) the FC Porto'
'After being a football player, Rui coached FC Porto'
- (16) Depois de ser futebolista, o Rui jogou em grandes estádios.
'After of be (INF.) football-player, the Rui play (S.PAST PERF) in great stadiums'
'After being a football player, Rui played in great stadiums'

While the most likely reading for (15) points to the complete posteriority of the Rui's coaching event regarding his being-a-football-player state, the preferred interpretation for (16) involves the inclusion of playing-in-great-stadiums situation into the being-a-football-player state.¹⁰

¹⁰ In spite of the fact that some native speakers may find the inclusion reading in these contexts marginal, there are several examples produced in real communicative contexts that strongly point to this interpretation (cf. (i) e (ii)).

- (i) Pouco tempo depois de estar no Governo, Mariano Gago suspendeu a última fatia do Praxis destinada ao Taguspark (...). (*Cetempúblico par = ext337967-clt-96a-1*)
(ii) Mas há mais alguns sentidos que só descobri depois de ser médico. (<http://www.portaldasaude.pt/porta/conteudos/a+saude+em+portugal/ministerio/comunicacao/discursos+e+intervencoes/nova+medicina.htm>)

Finally, it should be noted that the possibility of having an inclusive reading is highly restricted to the presence of a stative predication in the *after*-clause¹¹; if we have events in this context, only an interpretation of posteriority is licensed (cf. examples (10)-(12)).

4. Towards a uniform treatment of *before* and *after*-clauses

Taking the examples discussed so far into account, we might wonder whether it is indeed possible to maintain a symmetric and unified analysis for *before* and *after*-clauses that, nevertheless, is also able to explain the observed interpretative divergences between these structures. We will argue in favour of this possibility. Thus, the hypothesis we will develop here, based on the interaction between temporal and aspectual properties, follows such a strategy.

First of all, we will assume, as we have already mentioned, along with Partee (1984), Hinrichs (1986), Kamp & Reyle (1993), Lopes & Morais (1999), Mória (2000), Beaver & Condoravdi (2003), among many others, that both *before* and *after*-clauses help to establish the location time for the interval of the main clause. In the case of *before*, the main clause is located in an interval prior to its location time; conversely, in the case of *after*, the main clause is located in a time interval following its location time.

However, we have to look into the exact nature of that location time. If we consider that the location time interval corresponds to the whole situation represented in the subordinate clause, we would obtain wrong predictions. In particular, sentences like (13), (14) and (16), in their inclusive readings, would be immediately ruled out, since, under that analysis, we could only obtain a successive relation between the two eventualities. In other words, overlap would never be possible, contrary to facts.

Following Beaver & Condoravdi (2003) and Condoravdi (2010), we will assume that the relevant location time is provided, not by the eventuality as a whole, but, instead, by a salient part of the phase structure associated to the situation in the subordinate clause, as proposed by Heinämäki (1974), among other authors, for similar structures. By default, this will be the initial

¹¹ Partee (1984: 262) claims that *before* and *after*-clauses cannot occur with states and processes arguing that apparent states or processes must be interpreted as events inchoatively or, especially with *after*-clauses, terminatively. Nevertheless, such a stipulation does not explain the inclusive temporal interpretation that arises in sentences like (16).

boundary of the eventuality. The truth conditions are presented in (17):

- (17) a. A Before B iff $(\exists t \in A) t < \textit{earliest}.B$
b. A After B iff $(\exists t \in A) t > \textit{earliest}.B$ (Condoravdi (2010: 887))

Taking into account that, in European Portuguese, *after* and *before*-clauses select infinitive forms, for statives and processes their initial frontier is the only available boundary, since these aspectual classes do not convey, by themselves, an intrinsic endpoint.¹²

On this assumption, the relevant data concerning *before*-clauses are easily explained: since the situation represented in the main clause must be (completely) located in an interval prior to the initial boundary of the eventuality in the subordinate clause, a relation of anteriority is always required.

Overlap is immediately ruled out, at least as far as situations combined with the *Pretérito Perfeito*¹³ are concerned, since they must be completely located in an interval that precedes the beginning of the eventuality presented in the *before*-clause.

The case of *after*-clauses is more complex. Beaver & Condoravdi (2003) and Condoravdi (2010) assume, as we have already pointed out, the same analysis for *before* and *after*-clauses in English, the only difference being the temporal ordering relation (cf. (17)). However, such an analysis does not fully explain the data. That is why Krifka (2010) proposes that the relation between the two relevant time intervals must be of precedence and overlap and not only precedence. This temporal characterisation properly describes examples such as (18):

- (18) The lights went off after she tripped the switch. (Krifka (2010: 921))

Nonetheless, neither author explores the role of aspect in these temporal interpretations.

Heinämäki (1974) and Móia (2000) put forward a proposal that tries

¹² For those few Portuguese native speakers that find some ambiguity with culminated processes, the relevant boundary may be either the initial one or the culmination itself (cf. Lopes & Morais (2000) for a detailed discussion of this issue).

¹³ Cf. note 3.

to account for different readings of *before* and *after*-sentences taking into consideration the aktionsart of the relevant situations. They propose the following: "(i) *before* indicates an anteriority relation between the beginning of the eventuality **ev'** represented in the subordinate structure, and either the end (for accomplishments) or the beginning (for other aktionsart types) of the eventuality **ev** represented in the main clause; (ii) *after* indicates a posteriority relation between *some subinterval* of the eventuality **ev** represented in the main clause and either the end (for accomplishments) or the beginning (for other aktionsart types) of the eventuality **ev'** represented in the subordinate clause" (cf. Mória 2000:190). Although we are not going to discuss it in detail, we would like to address a few problems.

First, it does not properly distinguish between the behavior of states and processes in *after*-sentences. As we have observed in examples (12) and (16), these aspectual classes may lead to different temporal interpretations: while with processes there is normally a successive reading, with states an inclusive reading may occur. Second, as it stands, the proposal does not explain the two possible temporal readings observed when states appear in subordinate *after*-clauses.

Our analysis aims at solving these problems in a straightforward manner, while simultaneously providing a uniform treatment for *before* and *after*-sentences.

If the *after*-clause integrates non-durative situations, i.e., culminations and points, the only possibility is a successive relation: since duration is irrelevant for these aspectual classes, the consideration of their initial boundary does not affect the location of the main clause that must occupy an interval necessarily following the whole eventuality. This explains the posteriority relation obtained in examples like (10).

The case of statives is, however, different. Since the eventuality of the main clause must be located in an interval following the beginning of the stative in the *after*-clause, it can occur either in a period of time entirely posterior to the occurrence of the whole state (cf. the successive readings of (13)-(15)), or in a period of time in which the state still holds (cf. the inclusive readings of (13), (14) and (16)).

In fact, taking the initial boundary of the state as the relevant location time for the posteriority relation enables us to account for both the successive

and the inclusive readings, due to the possibility of the state to persist in time beyond its reference time, originating an inclusive relation, or to stop before the main situation occurs, giving rise to a successive relation.

With respect to durative events, we have to justify why a reading of inclusion is impossible with processes and culminated processes, taking into account that the location time for the posteriority relation may be their initial boundary.

The answer can be found if we resort to Kamp & Reyle's (1993) proposals on the relationship between aspectual classes and their reference times. According to the authors, while statives overlap with their reference times (Rpts), events (including durative ones) must be included in their respective Rpts.

If we assume that (i) an event is completely included in its reference time and (ii) this Rpt is taken into account to establish the relevant location time for the temporal relation of posteriority required by *after*-clauses, succession is the only possible result for processes and culminated processes, as the sentences in (11)-(12) confirm. Since events cannot occur beyond their reference times, and these intervals are relevant for computing temporal relations between sentences, they can never give rise to a relation of inclusion in *after*-clauses. On the other hand, since states overlap with their reference times – and these interfere with location times –, statives can extend beyond them: this fact, combined with the left-boundary assumption, explains the emergence of the two different interpretations discussed so far. In fact, the situation of the main clause can only be located in an interval that follows the beginning of the state provided by the *after*-clause: if the stative goes beyond its Rpt and, thus, also beyond the location time for the main clause, we have an inclusive reading; if, on the other hand, it ceases before the interval in which the eventuality is located, we obtain a successive reading.¹⁴ The choice of one or the other interpretation depends on information sources such as lexical properties and world knowledge.

¹⁴ We could simplify our assumptions by stating, with Mória (2000: 193), that "typically, atelic eventualities overlap with the location time, while telic eventualities are included in the location time." However, the relationship between location times and Aktionsarten is much more complex. For instance, in a sentence like "O João esteve doente em 1999" ('João was sick in 1999'), the inclusion of the state in its location time seems to be the most salient reading, and the overlapping reading seems quite odd. Thus, we prefer to maintain a proposal in which we establish a link between reference times and location times.

To sum up, *before*-clauses locate the situation of the main clause in an interval that precedes the location time provided by the initial boundary of the situation they describe. As a consequence, only successive readings are available, at least with the *Pretérito Perfeito*, which imposes terminativity to the main (located) situation. In turn, *after*-clauses locate the situation of the main clause in an interval that follows the location time provided by the initial boundary of the situation they describe. As a consequence, events in the subordinate clause obligatorily determine successive interpretations, since they are included in the respective reference times. States, on the other hand, enable both successive and inclusive readings, since they overlap with their reference times and the only requirement to be satisfied is that the main situation be located at an interval that follows the initial boundary of the state. Note that these reference times are taken into account when establishing the relevant location intervals for the situations in the main sentences of *before* and *after*-clauses.

Finally, (i) since, as we have seen, it is the subordinate clause that provides the location time for the main clause and (ii) it is the initial boundary of the eventuality in the subordinate clause that seems to be relevant in setting the temporal location, it follows that the situations in the main clause have no particular contribution regarding the temporal relation at hand. So, the predications described in the main clause combined with the *Pretérito Perfeito* are, as expected, uniformly treated as terminated eventualities, irrespective of their aspectual character. So, due to the semantic properties of the above-mentioned tense, even statives in a main clause of a *before*-sentence cannot overlap with the situation in the subordinate clause, as the following examples confirm:

- (19) Antes de viajar, o João esteve doente.
 ‘Before of travel (INF.), the João be (S.PAST PERF) sick’
 ‘Before travelling, João was/felt sick’
- (20) Antes de partir para Londres, o Rui foi jogador de futebol.
 ‘Before of leave (INF.) to London, the Rui be (S.PAST PERF) player of football’
 ‘Before leaving to London, Rui was a football player’

Notice that, in spite of the presence of statives in the main clause, the only possible readings for sentences (19) and (20) are those where João is no longer sick when he travels and where Rui is no longer a football player when he leaves to London, respectively. That is, when states occur in the main clause, their interpretation is mainly conditioned by the temporal information of the subordinate clause and, due to the temporal features of the *Pretérito Perfeito*, the only available reading is the terminative one.¹⁵

5. Conclusions

Although the data concerning *before* and *after*-clauses apparently call for a distinct, separate treatment for these structures, we argue that a uniform and symmetric analysis is feasible. In particular, we have held the idea that *before* and *after*-clauses behave as temporal localisers, imposing a relation of anteriority or posteriority to the situations described in the main clauses with which they combine, respectively.

In order to account for the clear differences exhibited by *before* and *after*-sentences, we have proposed, following Beaver & Condoravdi (2003) and Condoravdi (2010), that it is the initial boundary of the situation in the subordinate clause, and not the whole eventuality, that is taken as the location time for the main predication. We took this analysis further by showing that aspectual factors play an important role regarding the final readings associated to these temporal structures. In particular, the opposition between events and states is determinant for the final interpretation of the configurations at issue.

Overall, although the temporal mechanisms are parallel, the interference of aspectual properties leads to interesting differences in the final interpretation of *before* and *after*-sentences.

¹⁵ The temporal prominence of the left boundary of the situation in the subordinate clause is so important in the temporal structuring of these cases that, even when the *Imperfeito* (Imperfect) is used, a successive non-overlapping reading occurs frequently, as in “Antes de encontrar a Maria, o João estava contente” (‘Before meeting Maria, João was happy’). Since we will not deal with the Imperfect in our paper, we leave a deeper analysis of examples like these for future research.

REFERENCES

- Beaver, D. & Condoravdi, C. 2003. A Uniform Analysis of *Before* and *After*. In: R. B. Young, & Y. Zhou, (Eds.). *Proceedings from Semantics and Linguistic Theory XIII*. Ithaca: Cornell University, 37-54.
- Condoravdi, C. 2010. NPI licensing in temporal clauses. *Natural Language & Linguistic Theory*. 28:4, 877-910.
- Cunha, L. F. 2004. *Semântica das Predicações Estativas. Para uma Caracterização Aspectual dos Estados*. PhD Dissertation. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Declerck, R. 2006. Adverbial *Before*-clauses and *After*-clauses. *The Grammar of the English Tense System*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- García Fernandez, L. 1999. Los Complementos Adverbiales Temporales. La Subordinación Temporal. In: I. Bosque & V. Demonte (Eds.). *Relaciones Temporales, Aspectuales y Modales*. Volume 2, Chapter 48. Madrid: Editorial Espasa Calpe, S.A., 3129-3208.
- Heinämäki, O. 1974. *Semantics of English Temporal Connectives*. PhD Dissertation. Austin: University of Texas (reproduced by the Indiana University Linguistics Club, Bloomington, 1978).
- Hinrichs, E. 1986. Temporal Anaphora in Discourses of English. *Linguistics and Philosophy*, volume 9, 1. D. Reidel Publishing Company, 63-82.
- Kamp, H. & Reyle, U. 1993. *From Discourse to Logic: Introduction to Modeltheoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Krifka, M. 2010. Before and After without Coercion: Comment on the Paper by Cleo Condoravdi. *Natural Language and Linguistic Theory*. 28: 911-929.
- Lobo, M. 2013. Subordinação adverbial. In: E.P. Raposo et al. (Eds.). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Volume 2. 1981-2057.
- Lopes, A. C. M. & Morais, M. da F. 2000. *Antes e Depois: Elementos para uma Análise Semântica e Pragmática*. *Revista Portuguesa de Filologia*. Volume XXIII, 1999 – 2000: 183-243.
- Marques, R. & Alves, A. T. 2014. Sobre as variações de modo nas frases subordinadas temporais com *antes*. In: *Textos Seleccionados do XXIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto: APL, 333-343.
- Moens, M. 1987. *Tense, Aspect and Temporal Reference*. PhD Dissertation. Edinburgh: Centre for Cognitive Science, University of Edinburgh, Scotland.

- Moens, M. & Steedman, M. 1988. Temporal Ontology and Temporal Reference. *Computational Linguistics*. Volume 14, number 2: 15-28.
- Móia, T. 2000. *Identifying and Computing Temporal Locating Adverbials with a particular focus in Portuguese and English*. PhD Dissertation. Lisbon: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Oliveira, F. & Lopes, A. 1995. Tense and Aspect in Portuguese. In Thieroff, R. (Ed.) *Tense Systems in European Languages II*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 95-115.
- Oliveira, F. 2003. Tempo e Aspecto. In M. H. Mateus et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Ed. Caminho.
- Oliveira, F. (2013) Tempo Verbal. In. Raposo, E.P. et al. (Eds.). *Gramática do Português*. Volume II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 509-556.
- Partee, B. 1984. Nominal and Temporal Reference. *Linguistics and Philosophy*. 7: 243-286.
- Silvano, P. 2010. *Temporal and rhetorical relations: the semantics of sentences with adverbial subordination in European Portuguese*. PhD Dissertation. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Outros

*Sobre Is The Man Who Is Tall Happy?
(Michel Gondry, França, 2013)
e uma entrevista de Juan e Paulo Branco
a Noam Chomsky¹*

João Veloso

jveloso@letras.up.pt

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Centro de Linguística da Universidade do Porto

Noam Chomsky é um dos meus heróis vivos (e quando digo “vivos”, não o digo apenas por Chomsky ainda estar biologicamente vivo, mas principalmente pela força inspiradora do seu contributo simplesmente grandioso para a linguística, para a ciência – e para a humanidade). Como costume dizer aos meus alunos, devíamos ter um busto dele em cada aula (vou dizendo isto à medida que vou apresentando outros nomes, e, às tantas, as minhas aulas, se esse desejo se realizasse, iam-se transformando num mausoléu, ou, se preferirem, numa galeria de super-heróis).

Para um linguista, não deixa de ser reconfortante pensar que um dos intelectuais dos séculos XX e XXI, um dos nomes mais influentes e respeitados do nosso tempo – um dos gurus de hoje! –, é, precisamente, um linguista. A página do MIT dá como certo que Chomsky é, com Freud, Hegel, Marx, Lenine, Shakespeare, Aristóteles, a Bíblia, Platão e Cícero, um dos nomes mais citados de sempre. É caso para dizermos: um linguista em boa companhia e a fazer-nos boa companhia!

¹ Este texto, com pequenas adaptações e supressões, corresponde ao que li no Teatro Municipal do Campo Alegre (Porto) no dia 21 de dezembro de 2014, a convite da Medeia Filmes, na apresentação do filme *Is The Man Who Is Tall Happy? (É feliz o homem que é alto?)*, realiz. Michel Gondry, França, 2013) e da entrevista feita em 2014 a Noam Chomsky por Paulo Branco e Juan Branco para apresentação no Simpósio Internacional “Ficção e Realidade – Para Além do *Big Brother*” (como parte do programa da edição de 2014 do *Lisbon & Estoril Film Festival*). Um agradecimento especial é devido a António Costa, da Medeia Filmes, pelo convite para participar nessa sessão e fazer a apresentação pública do filme e da entrevista. Agradeço ainda à Prof^a Doutora Ana Maria Brito o convite para publicar este texto neste número da *Linguística*.

O CHOMSKY LINGUISTA

Como linguista, Chomsky não é um linguista qualquer. Na década de 1950, foi ele que de certo modo *refundou* a linguística. Assim como os renascentistas Copérnico e Galileu nos ensinaram a olhar o mundo com verdade, assim como Carl Friedrich Gauss e alguns dos seus contemporâneos, colegas e continuadores conseguiram, no rescaldo das Luzes e ao longo do século XIX, uma “reconceptualização” da geometria de Euclides, ou tal como Einstein, no século XX, redimensionou toda a física, Noam Chomsky é a barreira, epistemológica e temporal, entre uma “linguística pré-chomskyana” e uma “linguística pós-chomskyana”.

Não vou aqui, como é óbvio, entrar em detalhes técnicos sobre as principais e mais inovadoras propostas do programa da Gramática Generativa proposto por Chomsky e desenvolvido por equipas de linguistas em todo o mundo há perto de 60 anos. O filme foca alguns dos pontos dessa “mudança de paradigma” (para usar agora a expressão consagrada de Kuhn 1962).

Quando me perguntam (e acontece muitas vezes) “*mas afinal o que é que o Chomsky tem de diferente dos outros linguistas?*”, começo sempre por dizer algo como: “*estás a ver o Einstein? O Einstein que mudou toda a maneira de olhar para a natureza física do universo, capaz de desafiar e virar ao contrário o modo como desde sempre olhámos para o que aparentemente temos de mais garantido no mundo, como o tempo, o espaço, a massa, a energia? Um génio? Um visionário? – Pois o Chomsky é como ele!*”. O Chomsky é, dentro dos limites inevitáveis destas comparações tiradas à pressa do bolso das calças, o Einstein da linguística. É o homem brilhante – *genial* – que introduziu mudanças absolutamente radicais – *revolucionárias* – na forma como os linguistas trabalham, pensam, formulam hipóteses e procuram explicações acerca de objetos eles mesmos completamente reformulados, redefinidos e redimensionados. A revolução epistemológica que o seu contributo veio trazer à linguística pertence ao conjunto daquelas que, nos vários domínios do conhecimento, ocorrem uma vez ou menos em cada século.

No meu livro preferido de Chomsky e que é aquele que eu aconselho a todos os meus alunos como leitura de cabeceira – *O Conhecimento da Língua* –, Chomsky (1986) dedica mesmo alguns momentos de reflexão teórica à questão, discutida por alguns dos seus continuadores, de a investigação linguística feita fora do “seu” paradigma poder caber ou não dentro do âmbito deste ramo da ciência². Independentemente de toda a admiração que sempre nutri pela figura e pela obra de Chomsky, o tom categórico de tal proposta pareceu-me, quando dela tomei conhecimento pela primeira vez (há muitos anos), bastante exagerado e, até, muito drástico. Contudo, assim como nos nossos dias se rejeitaria imediatamente qualquer “estudo” astrofísico baseado no geocentrismo pré-copernicano ou na não relatividade do tempo pré-einsteiniana, hoje não podemos deixar de concordar em grande parte com os que dizem que, num certo sentido, realmente, só à luz do programa generativo se justifica investigar esta faculdade que é, de entre todas as capacidades biológicas, a que distingue o *Homo sapienssapiens* (o *Homo loquens*, como Fry (1977) preferiu chamá-lo (chamar-nos)) de todas as outras espécies animais à face da Terra. Refiro-me à linguagem tal como entendida no pensamento chomskyano: como uma predisposição inata, exclusivamente humana, para, expostos a um estímulo pobre, mínimo e fragmentário (e Chomsky, no filme que vamos ver, também nos fala disso), adquirirmos uma língua natural. No quadro de pensamento fundado por Chomsky, é essa predisposição que nos leva a desenvolver uma gramática finita e implícita (que a nós, linguistas, caberá explicitar, explicar e formalizar). Espartilhada pelos limites da gramática universal, a linguagem superficializa-se em línguas geográfica, tipológica e geneticamente muito distantes que, por muito diversas que nos pareçam, respondem de modo substancialmente invariável perante um conjunto

² As palavras exatas de Chomsky, comentando interpretações da sua própria obra que excluem do escopo da linguística todas as abordagens não generativas, são as seguintes, e demonstram que a posição de Chomsky não é, afinal, tão radical como muitas vezes se afirma: “É possível dizer-se que as propostas terminológicas apresentadas por Soames [um dos autores que excluem liminarmente da linguística qualquer estudo que se afaste dos pressupostos nucleares da Gramática Generativa relativos, p. ex., ao inatismo, ao universalismo e à eleição da língua-I como o único objeto de estudo] são um pouco excêntricas. Parece no mínimo estranho definir «linguística» de forma a excluir muitos dos seus maiores praticantes – por exemplo, Roman Jakobson e Edward Sapir, que certamente não teriam aceitado que aquilo que Soames considera como dados extralinguísticos fosse irrelevante para as questões da linguística, tal como eles as entendem [...]. [...] a verdadeira questão que se coloca é a de saber se há ou não razões para estabelecer uma disciplina de «linguística» que se restringe, por razões apriorísticas, a alguns dados particulares e que constrói um conceito de «língua» que pode ser estudado no âmbito desta escolha de dados relevantes. [...]” (Chomsky 1986: 52-53).

limitado de restrições rígidas e também invariáveis, coligidas numa parcela específica e especial das capacidades cognitivas humanas.

Como todas as grandes ideias, esta é uma ideia tentadoramente simples e aparentemente óbvia (mas só na aparência o é!). Como é próprio dos grandes cientistas, Chomsky não a constrói do nada, não a tira da cartola como num exercício de diletantismo intelectual, não a exterioriza com um estalar de dedos. Como é típico dos verdadeiramente sábios, Chomsky conhece o passado das grandes ideias. Como costuma dizer-se, “leu os clássicos”, e lembra outros que, antes, séculos antes, puseram em destaque características da linguagem e da cognição que são os mais importantes pontos de partida do generativismo clássico: o inatismo, a criatividade linguística, o conhecimento implícito da língua, a dualidade mente-cérebro. E cita, nos seus textos mais programáticos – bem como no filme e na entrevista a que assistiremos hoje à tarde –, os nomes e os textos de Leibniz (e a contenda entre Leibniz e Locke), de Hume, de Descartes, de Humboldt, a “Gramática de Port-Royal” como alguns dos seus precursores e inspiradores.

Uma das suas ideias centrais – podemos dizer que, na época e no contexto epistemológico em que Chomsky as delineou e defendeu, em meados do século passado, além de centrais, foram também ideias *revolucionárias* – consistiu na proposta de que o objeto central do linguista não são propriamente os produtos empiricamente acessíveis exteriorizados pela capacidade linguística humana. Isto é: os milhões de milhões (na verdade: o infinito número de) frases de uma língua, devidamente registadas, descritas, catalogadas, autopsiadas, não são o verdadeiro *explicandum* do linguista. Ao linguista interessará descrever os mecanismos cognitivos, biologicamente implantados, que tornam possíveis tais produtos “externos”. Como costumava dizer aos meus alunos, não é fundamentalmente a carne picada que nos interessa; interessa-nos saber como funciona a máquina que a pica e tecer hipóteses, e testá-las, acerca das estruturas hipotéticas, abstratas – **conjeturais** (em linguística, como em matemática, trabalhamos muito, eu diria que trabalhamos *fundamentalmente*, com conjeturas) – que são o *input* desse mecanismo gerador de produtos externos. As clássicas

oposições, hoje do domínio geral, *competência/performance* ou *língua-I/língua-E*, que qualquer linguista deve ter sempre em mente, são um adquirido pós-chomskyano (este “pós” é temporal e é causal). No filme, teremos oportunidade de o ouvir falar sobre este assunto também, assim como o ouviremos acerca de dois outros temas associados a esta mesma questão e estreitamente relacionados entre si: a faculdade da linguagem como parte das capacidades inatas do indivíduo e o célebre “problema de Platão”, assim batizado por Chomsky – como é que, com base numa experiência tão escassa, construímos, como que *instintivamente*, um conhecimento tão amplo de um objeto tão abstrato e complexo como é a estrutura gramatical da nossa língua materna? Trata-se de uma questão que dividiu, e ainda dividirá, linguistas, psicólogos, psicolinguistas e biólogos, e que dá corpo a um dos debates científicos mais interessantes do século XX, tendo posto em confronto, p. ex., dois gigantes do pensamento como Noam Chomsky e Jean Piaget num dos encontros de Royaumont, o de 1975³.

Estas são algumas das pistas apaixonantes abertas pelo pensamento de Chomsky e que fazem do trabalho em linguística, hoje, uma aventura intelectual tão gratificante e tão irresistível.

Ainda a propósito do Chomsky-linguista que se torna mais nítido no belíssimo filme que vamos ver, deixem-me só sublinhar os dois aspetos seguintes, que transparecem também da obra de Michel Gondry:

- em primeiro lugar, e continuando a olhar a rutura que Chomsky estabelece com o paradigma estruturalista dominante na época da afirmação epistemológica da “sua” Gramática Gerativa: na sua formação inicial como linguista, como é evidente, Chomsky não escapou à “formatação” clássica que era a reinante enquanto Chomsky era um jovem estudante. Ele próprio o refere, na conversa com Gondry, quando recorda os primeiros trabalhos que redigiu ainda enquanto estudante principiante de linguística, nomeadamente a sua tese de licenciatura (reformulada mais tarde como tese de mestrado também), sob a orientação do excepcional estruturalista

³ A leitura dos textos resultantes desse encontro (Piatelli-Palmarini, Massimo (Org.), 1979) é, sem dúvida, um elogio e um estímulo à inteligência humana, comparável ao filme a que hoje iremos assistir.

Zellig Harris, sobre a morfofonologia do hebraico. Tratava-se de um trabalho clássico, bastante formatado ainda por muitos dos cânones centrais da linguística estruturalista que o programa chomskyano viria mais tarde a refutar – mas já prenunciando uma visão crítica, comungada em parte pelo próprio Zellig Harris, acerca da conceptualização geral das línguas e das gramáticas então predominante⁴. Este episódio biográfico de Chomsky faz-nos lembrar uma outra viragem fundamental na História da Linguística: o contraste entre os primeiros trabalhos académicos do fundador da disciplina, Ferdinand de Saussure – de que aqui destaco, primeiramente, aquele que é porventura o seu mais antigo texto a ter merecido uma maior atenção e divulgação (a *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes* (Saussure 1878), uma descrição do sistema vocálico indo-europeu arcaico e das suas primeiras ramificações nas línguas indo-europeias mais antigas) e, a par deste, a sua tese de doutoramento, uma dissertação sobre o genitivo absoluto do sânscrito defendida em 1881 na Universidade de Leipzig (Saussure 1881) – e as propostas inovadoras que viriam a assegurar ao seu autor o reconhecimento como o “pai da linguística”. Nesses estudos mais iniciais, bem como noutros trabalhos desenvolvidos por Saussure na época anterior ao seu *Cours de Linguistique Générale* (Saussure 1916), os pressupostos e as metodologias que se respeitam e se adotam são absolutamente concordantes com o quadro histórico-comparatista do século XIX cuja substituição Saussure haveria de propor alguns anos depois, em Genebra, para assim desencadear a fundação da moderna linguística científica. Quanto a mim, é muito interessante, e *muito encorajador*, pensar que os dois momentos de nascimento, renascimento e viragem da história da minha disciplina resultaram, no fundo, de dois atos de rebeldia – consciente, racional, cientificamente equilibrada, fundamentada, baseada no exame crítico e no pensamento autónomo – de dois intelectuais de rasgo que personificaram aquilo a que gosto de chamar **o poder criativo da rutura**; também em ciência, é do inconformismo e da **revolução** – deixem-me usar aqui a palavra *revolução*, num sentido até um pouco mais subversivo do que o que lhe é dado, em epistemologia, por Kuhn (1962) – que surgem os progressos e os grandes saltos (o velhinho Saussure era outro dos bustos

⁴ Uma reedição moderna deste texto pode encontrar-se em Chomsky (2012).

que, apesar da minha inclinação generativa, gostaria de ver nas minhas salas de aula);

- em segundo lugar, um outro aspeto interessante, e que testemunhamos no filme que vamos ver, tem a ver com uma coincidência, uma daquelas coincidências que, até para um racionalista como eu, têm de ter um sentido qualquer: a dada altura, como verão, Gondry pergunta a Chomsky o que é que ele queria ser em criança quando fosse grande (esta deve ser a frase/interrogação mais estafada de todas as línguas naturais, que por pouco dava razão ao carácter behaviorista da linguagem a que Chomsky tão veementemente se opôs). Chomsky responde (e desculpem estar a adiantar uma parte do filme) que queria ser “taxidermista”, um embalsamador de animais, porque, diz ele, “a palavra *taxidermista* era uma palavra bonita, que lhe soava muito bem”. Isto de ir atrás da forma fonética das palavras não é exclusivo dos poetas, como se vê, e já prenunciava, se acreditássemos em prenúncios, o brilhante futuro de Chomsky como linguista (ainda que mais atraído pelas estruturas formais da sintaxe do que pelas da fonologia...). Mas a coincidência para que queria aqui chamar a vossa atenção tem a ver com um outro pormenor: numa das apreciações que Chomsky faz acerca de outros modelos de pesquisa em linguística não inteiramente coincidentes com os que ele próprio propõe, o fundador do generativismo linguístico pretende reduzir os investigadores centrados na coleção e catalogação de dados linguísticos (isto é, os linguistas prioritariamente focados na(s) língua(s)-E) a “coleccionadores de borboletas”⁵, a quem o autor chama também, noutros momentos, “*taxonomistas*”. Numa passagem do filme, é feita referência a esta conceção de linguística (refutada pelo nosso homem de hoje à tarde), ainda que, tanto quanto me lembro, sem nunca se usar o termo “*taxonomista*”. É curioso verificar que o menino que queria ser taxidermista se tenha tornado o homem que recusou a taxonomia (estes dois termos relacionam-se etimologicamente): é nas inflexões da vida que está muitas vezes o encontrar do caminho certo, e o percurso original e corajoso de Chomsky é particularmente exemplar neste aspeto.

⁵ A seguinte passagem, em que Chomsky se refere aos métodos e objetivos da sociolinguística, ilustra o que acaba de ser dito: “You can also collect butterflies and make many observations. If you like butterflies, that’s fine; but such work must not be confounded with research, which is concerned to discover explanatory principles of some depth and fails if it does not do so.” (Chomsky 1979: 57).

O CHOMSKY CIENTISTA

Um grande linguista como Chomsky, capaz de operar uma rutura tão definitiva dentro da sua própria ciência, não pode deixar de ser também, como é óbvio, um cientista ímpar e, ao mesmo tempo, um filósofo e um genuíno filósofo da ciência.

Em princípio, qualquer cientista competente sabe interrogar-se sobre os dados que observa, os resultados a que chega, as análises que desenvolve; qualquer cientista competente vai descobrindo, no seu dia-a-dia, perguntas mais ou menos pertinentes e caminhos mais ou menos adequados para as explorar e questionar.

O filme mostra muito bem essa faceta do pensamento crítico e analítico de Chomsky: uma sede insatisfazível de saber e conhecer, uma capacidade inesgotável de fazer perguntas e procurar caminhos, uma curiosidade infinita que o leva sempre a examinar criticamente todas as dimensões de todas as perguntas e todas as fraquezas de todas as respostas. Isto torna-se comovedoramente patente nas intervenções de Chomsky a propósito dos assuntos mais triviais ou, até, mais íntimos que são abordados ao longo da espécie de entrevista com o realizador, desde a forma como conta como estudava hebraico em casa com o pai até à forma como explica o conceito de “continuidade psíquica” (recuperando aqui um termo que a psicologia cognitiva, que recebeu um impulso tão decisivo da linguística chomskyana, praticamente abandonou, mas fazendo lembrar Trubetzky – mais um busto! – e a “realidade psíquica” do fonema, ou então a “realidade psicológica” das unidades e processos gramaticais tão metodicamente procurada pelos primeiros discípulos de Chomsky, em particular nos domínios da psicolinguística e da aquisição da linguagem nas décadas que se seguiram aos primeiros textos programáticos do generativismo clássico).

Mas só um cientista que vai muito para além do trabalho rotineiro e repetitivo do “profissional da ciência” é capaz de levar tão longe e tão fundo esta “obsessão interrogativa” que se estende aos próprios fundamentos, às motivações e à natureza da ciência em que trabalhamos. Saussure morreu cedo – partiu sobretudo sem tempo para testar devidamente e para concretizar

algumas das propostas mais inovadoras do seu *Curso de Linguística Geral*, postumamente publicado. Teríamos essencialmente de esperar pelos linguistas de Praga, a partir de finais dos anos 1920, para ver o seu programa minimamente “experimentado”. Felizmente, Chomsky viveu o suficiente para, com lucidez e energia, ver a sua teoria testada, reformulada, discutida, aplicada, contestada, parcialmente retomada por uns, parcialmente refutada por outros, violentamente dirimida por muitos. Conheceu muitas descrições de gramáticas particulares e muitas tentativas de descrição de processos cognitivos e linguísticos baseadas nas suas propostas teóricas. Ele próprio participou numa grande parte dos trabalhos que aplicaram, reviram, melhoraram e discutiram as suas propostas iniciais, da Teoria Standard à Teoria dos Modelos e Parâmetros e ao Programa Minimalista. Assistiu ao desenvolvimento de modelos teóricos, como os Modelos Não Lineares da Fonologia, a Teoria da Otimidade e a Biolinguística, que, partindo de alguns dos seus pressupostos essenciais, acabaram por originar abordagens particulares de múltiplos fenómenos linguísticos nem sempre inteiramente concordantes com os textos mais programáticos do próprio inspirador do generativismo.

Este não é o resultado de um “cientista rotineiro”. É o fruto – e é a prova – da excecionalidade do tal “revolucionário” que surge de cem em cem anos, ou mais raramente até, para não só fabricar e acrescentar conhecimento novo àquele que já temos, mas para nos ensinar novas maneiras de fabricar conhecimento, para nos mostrar novos sítios onde procurá-lo e para nos ajudar a desenhar a realidade a novas dimensões. E isso só é possível quando se é capaz de, com um conhecimento profundo do passado da ciência, se pôr em causa os cânones fulcrais da nossa própria disciplina, através da dúvida metódica, sim, mas através também de um escrutínio meticuloso, rigoroso, obsessivo, de todo o caminho que conduz à obtenção de conhecimento, desde a nascente até à foz, e através de uma criatividade desassomburada e sem medo de projetar nova luz sobre novas e velhas trevas.

É nesse sentido que podemos dizer que Chomsky é mais do que um linguista (de resto, há já alguns anos que a “descrição de línguas” e da

própria faculdade da linguagem deixou de constituir o “grosso” da produção científica de Chomsky, se é que alguma vez o foi verdadeiramente): ele é um epistemólogo da linguística; é, como tinha sido Saussure meio século antes, um apontador de caminhos, um perguntador compulsivo, um escrutinador incansável. Se é da dúvida que nasce o amor à sabedoria e se é da filosofia que derivam todas as ciências, é também neste sentido que podemos aplicar a Chomsky um rótulo que lhe agrada, o de filósofo (filósofo da ciência, filósofo do conhecimento, filósofo da linguagem e da linguística e filósofo do mundo).

Conhecimento é, sem dúvida, uma das palavras-chave com que podemos descrever a vida e obra de Chomsky, e o filme de Gondry, mais uma vez, mostra-nos isso. A paixão de conhecer, a busca, a construção e a partilha do conhecimento são o grande motor da invulgar personagem que é Noam Chomsky. Elevar a linguagem de um conjunto finito de produtos linguísticos a uma forma de conhecimento computacionalmente capaz de gerar um número infinito de frases – que é, em suma, o grande contributo científico e filosófico da refundação linguística de Chomsky – é senão a consequência “natural”, óbvia e inevitável desta atitude de reformulação constante e profunda do que sabemos ou julgamos saber a cada dia que passa e é também a consequência mais drástica de uma verdadeira *mudança de paradigma*.

O CHOMSKY POLÍTICO

Para o chamado “grande público”, a faceta talvez mais conhecida de Chomsky é a do ativista político: o esquerdista “radical”, o “American hater”, o “leftist libertarian” (para usar a gíria com que na sua América muitas vezes o apodam), o ídolo dos anarquistas, o combatente inconveniente que, não obstante a proeminência da sua posição institucional académica, levanta a voz, acusa, incomoda os poderes instalados, confronta o poderio militar, financeiro e político do seu próprio país com as contradições e as atrocidades em que o *establishment* se envolve (e se conspurca). Desencantando tempo e energias não sei onde, Chomsky desenvolve, a par da sua carreira académica e científica, uma notável atividade cívica, colocando a sua voz

dura, crítica, inflexível, lúcida, ao lado dos deserdados da História, daqueles que nasceram do lado desfavorecido da vida, dos que são metodicamente humilhados e espezinhados para proveito de outros, nomeadamente para proveito das elites mais poderosas, mais subjugadoras e mais ocultas dos Estados Unidos e dos seus aliados.

Recordo que, durante a ocupação indonésia de Timor-Leste, Chomsky era dos poucos americanos que se insurgiam contra a escravidão e o genocídio impostos aos nossos irmãos timorenses; sem medo e sem papas na língua, era dos únicos a apontar publicamente o dedo às cumplicidades da Casa Branca, do Capitólio, do Pentágono, da classe política americana em geral com o regime de Jacarta. Se mais não lhe devêssemos enquanto portugueses (ou timorenses), isso lhe ficaríamos a dever por muito tempo.

A mesma voz insubmissa se levantou aquando das duas guerras do Iraque, dos massacres na Palestina, do genocídio dos curdos (dos curdos “bonzinhos” aos olhos do Ocidente, no Iraque, e dos curdos “esquecidos” do Ocidente, na Turquia); é essa ainda a mesma voz corajosa que se tem feito ouvir também a propósito dos episódios de violência policial e racial nos Estados Unidos, das modernas formas de espionagem interna e externa, das tentativas mais ou menos descaradas de, nas chamadas “democracias ocidentais”, se limitarem os direitos sociais e políticos dos cidadãos, das perseguições dignas dos estados mais obscurantistas que têm sido movidas contra homens como Julian Assange e Edward Snowden (sobre que Chomsky fala mais longamente na entrevista concedida a Paulo Branco e Juan Branco).

Gondry recorda, nos primeiros momentos do seu filme, um documentário muito popular de 1993, *Manufacturing Consent*⁶, que em muito contribuiu para um conhecimento mais generalizado do “Chomsky político” (foi o que se passou, p. ex., em Portugal). Tratava-se de um documentário em que Chomsky procurava demonstrar de que forma a manipulação da informação

⁶ *Manufacturing Consent: Noam Chomsky and the Media* (realiz. Mark Achbar e Peter Wintonick, EUA, 1993), baseado no livro *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media* de Herman & Chomsky (1988).

por parte dos grandes jornais e cadeias de rádio e televisão em países como os Estados Unidos, servindo interesses económicos e políticos aliados na construção de um projeto de ocupação do espaço público, “fabrica” (pseudo-)verdades e consensos com base nas quais se procura legitimar um conjunto de práticas que desonram os fundamentos democráticos das sociedades republicanas e modernas em que queremos viver com justiça e dignidade, com liberdade de arbítrio e liberdade de ação.

Na entrevista e no filme que veremos dentro de momentos, este Chomsky político também se expõe em toda a sua autenticidade e clarividência.

Muitas vezes me perguntam o que há de comum entre o Chomsky académico-linguista-cientista, supostamente integrado num sistema (numa “zona de conforto”, como agora se diz a propósito, p. ex., das universidades – e de todos os espaços que estão na mira da gulodice neocon) e este Chomsky interventivo, denunciador, revolucionário, quase um “eterno adolescente” que não desiste de lutar por um mundo melhor, mais fraterno, mais limpo e mais justo. (O próprio Chomsky parece ter querido alimentar esta divisão: durante muitos anos, quando saía dos Estados Unidos para proferir conferências, não misturava na mesma viagem conferências de cariz científico com intervenções políticas.) Quanto a mim, há muito de comum a estes dois Chomskys (que, ousou dizê-lo, são só um, concordando com a tese central de Barsky (1996) no seu livro *Noam Chomsky: A Life of Dissent*): atrevo-me mesmo a dizer, e recorrendo a um conceito que vai ser apresentado no filme que vamos ver, que entre um e outro, como nas duas árvores iguais que identificamos como exemplares da mesma espécie, há uma espécie de “continuidade psíquica”. O mesmo rigor, profundidade, imparcialidade, minúcia e racionalidade que o Chomsky-linguista coloca na análise dos dados linguísticos e na proposta de um programa científico para a exploração da faculdade da linguagem são os responsáveis pela sua visão analítica, objetiva e crítica da situação social, política e económica que atravessamos. Uma barreira que Chomsky nos ensinou a destrinçar muito bem, no estudo das línguas, foi aquela que devemos traçar, em certos domínios da gramática, entre o que é aparente e empiricamente acessível – as estruturas ou representações de superfície – e os princípios e unidades

abstratas que subjazem a esses dados mais “materiais” – as estruturas profundas ou subjacentes. Estas últimas só se tornam observáveis a partir de uma análise racional, de um esforço analítico potente, do estabelecimento de conjecturas consistentes e resistentes à comprovação dos dados ou dos argumentos. Esta inevitabilidade de olhar para além do que veem e ouvem os nossos sentidos, de procurar relações abstratas e hierárquicas por trás da ordem linear das palavras numa frase, o comprometimento inegociável com a verdade, o rigor e a análise, são, quanto a mim, os mesmos que conduzem Chomsky a ver – e a denunciar – para além do que nos querem mostrar, a desmontar mitos e falsificações, a tentar reconstituir a subjacência causal do mundo desordenado em que vivemos. Também aqui encontramos a grandeza de Chomsky.

O CHOMSKY HOMEM

As pessoas que vivem obcecadas com o conhecimento, com a busca e construção de novas ideias e novas explicações para os factos, com a procura das regularidades, com o estudo, fechadas em bibliotecas ou laboratórios atrás de abstrações e formalizações, tentando partilhar com discípulos mais ou menos interessados parte do conhecimento que é património de todos – também são pessoas comuns. Comem, dormem, ficam doentes, têm manias, apaixonam-se, zangam-se, envolvem-se em relações complicadas, têm passatempos, passam por momentos bons e por momentos maus, alegram-se, dececionam-se, às vezes têm vontade de desistir. São mulheres e homens como qualquer mulher e como qualquer homem.

Uma das maravilhas deste filme e das entrevistas que vamos ver hoje à tarde é o lado humano de Chomsky: o Chomsky filho, o Chomsky irmão, o Chomsky marido, o Chomsky pai, o Chomsky avô, o Chomsky viúvo que, apesar de toda a fama do mundo, sente todas as noites a falta da sua mulher e tem sempre a seu lado uma cadeira vazia quando agora vai ao cinema.

Esta é se calhar, naturalmente, a dimensão menos conhecida de Chomsky. Mas completa a visão do cientista e do ativista político; dá-lhe um sentido humano, faz-nos sentir mais próximos de um gigante a cujos

ombros continuaremos a olhar mais além durante décadas ou séculos. E é um dos consolos talvez mais secretos de vermos o filme de Gondry.

* * * * *

Já devem ter percebido que eu sou um bocado suspeito para falar de qualquer coisa que tenha a ver com Chomsky, mas deixem que vos diga: o filme de Gondry é, não só como um documento intelectual mas também como um objeto artístico e cinematográfico, uma joia. Chegamos ao fim e gostávamos que continuasse, como quando se acaba um livro onde mergulhamos compulsivamente ou a visita de um amigo querido que nos faz esquecer o tempo que voa.

A triangulação, muito bem conseguida por Gondry neste filme, entre o Chomsky da ciência, o Chomsky do empenhamento cívico e o Chomsky da intimidade familiar, mostrando-nos afinal um homem com quem, mesmo com um inglês parisiense, é possível falar de ideias simples e de ideias complexas, fazem deste filme uma experiência intelectual e estética de que não quereremos desgarrar-nos.

No início, vangloriei-me – e peço desculpa aos não linguistas aqui presentes – pelo facto de um ser com a projeção intelectual, científica, académica, cívica, filosófica, política, social e mediática como Chomsky ser um linguista. Nos anos sessenta, dizia-se (não a propósito da Gramática Generativa, entenda-se) que a linguística era a *ciência-piloto das ciências sociais e humanas*. Era um chavão que teve a sua época e as suas consequências. Mas ver que um dos intelectuais mais marcantes do mundo contemporâneo é um linguista é um grande consolo para qualquer linguista, é claro. Juntar a isso a lembrança de que alguns dos grandes intelectuais “enciclopédicos” do nosso tempo foram outros linguistas também – e estou aqui a lembrar-me, a título de exemplo, de Roman Jakobson e, aqui bem perto de nós, em todos os sentidos, de Óscar Lopes, que se destacaram como linguistas mas que ultrapassaram, pelas suas grandeza e imponência culturais, a barreira de um qualquer rótulo – contribui para desmentir aquela ideia comum que faz do linguista um ser estranho, uma espécie

de insensível autopsiador da língua, um bárbaro. Exemplos como estes não deixam de nos fazer pensar que a linguística, para além dos detalhes técnicos de que se ocupa, pode efetivamente ajudar-nos a compreender o Homem e o seu mundo a um nível muito privilegiado, dando-nos a chave para entrarmos no que há de mais humano dentro de nós.

O António Costa, da Medeia Filmes, pediu-me que falasse cerca de 10 minutos sobre o filme que vamos ver. Acho que me excedi um pouco no tempo e nos objetivos do que ele me pediu. Estou quase a terminar, porque hoje, realmente, a tarde é do Noam Chomsky, do Michel Gondry, do Juan Branco e do Paulo Branco. Deixem-me só finalizar com uma nota muito breve (e egoistamente muito pessoal): o filme termina com umas observações acerca de uma das frases de Chomsky que ficaram famosas na sua tentativa de explicar a natureza e as especificidades dos mecanismos de construção de frases. (“O homem que é alto é feliz” e a interrogativa “É feliz o homem que é alto?” que lhe corresponde ainda não ultrapassaram porém em popularidade, penso eu, “As ideias azuis incolores dormiam furiosamente”). Queria só dizer, tomando essa frase que dá título ao belíssimo filme que vamos ver, que este homem que é alto e que daqui vos fala (estou agora a falar de mim!) é feliz por ser um linguista que cresceu, enquanto pessoa e enquanto linguista, no século de Chomsky e *está feliz* por poder hoje apresentar-vos, comovidamente e com votos de Feliz Natal, este filme que passa a ser um dos filmes da minha vida. Oxalá gostem tanto dele como eu gostei!

REFERÊNCIAS

- Barsky, R. F. 1996. *Noam Chomsky: A Life of Dissent*. Cambridge MA: The MIT Press.
- Chomsky, N. 1979. *Language and Responsibility. Based on conversations with Mitsou Ronat*. Sussex: The Harvester Press.
- Chomsky, N.1986. *Knowledge of Language. Its Nature, Origin and Use*. New York: Praeger. Trad. port.: A. Gonçalves, A. T. Alves: *O Conhecimento da Língua. Sua Natureza, Origem e Uso*. Lisboa: Caminho, 1994.

- Chomsky, N. 2012. *Morphophonemics of Modern Hebrew*. London: Routledge Revivals [1ª ed. com distribuição comercial: New York, Garland, 1979].
- Fry, D. B. 1977. *Homo loquens: man as a talking animal*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Herman, E. S. & Chomsky, N. 1988. *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media*. New York: Pantheon.
- Kuhn, T. S. (1962/2012). *The Structure of Scientific Revolutions*. 4th ed., 50th anniversary edition. Chicago: The University of Chicago Press. [1ª ed.: 1962].
- Piatelli-Palmarini, M. 1979 (Ed.). *Théories du langage, théories de l'apprentissage. Le débat entre Jean Piaget et Noam Chomsky*. Paris: Seuil.
- Saussure, F. de. 1878. *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes*. Leipzig: Teubner.
- Saussure, F. de. 1881. *De l'emploi du génitif absolu en Sanscrit*. Genève: Fick.
- Saussure, F. de. 1916. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot.

Recensões

Isabel Roboredo SEARA (dir. e coord.)
Cortesias: Olhares e (Re)invenções, Ed. Isabel Roboredo
Seara e Chiado Editora, 2014. 586 pp.
ISBN: 978-989-51-2247-9

Hanna J. Batoréo
Universidade Aberta, Lisboa / CLUNL

O livro *Cortesias: Olhares e (Re)Invenções*, editado, em finais de 2014, por Isabel Roboredo Seara, docente da Universidade Aberta, e a Chiado Editora, é uma coletânea de textos resultante da seleção das comunicações apresentadas ao *Congresso Internacional Interdisciplinar Cortesias: Olhares e (Re)Invenções*, organizado pela Universidade Aberta, em Lisboa, em setembro de 2012. O volume de quase seiscentas páginas reúne um conjunto de vinte e seis textos, alguns deles apresentados em coautoria, escritos por mais de uma trintena de autores, na sua maioria linguistas que trabalham na área da Pragmática Interacional e/ou na da Análise do Discurso.

A área focada pela publicação incide sobre um domínio de estudo da Pragmática Linguística conhecida em Portugal por *delicadeza*, sobretudo na sequência dos estudos seminais desenvolvidos pela mão de Maria Helena Araújo Carreira (1997 e seguintes), mas enraizada nos estudos sobre *politeness* da literatura linguística anglo-saxónica (cf. Brown e Levinson, 1978, 1987) e *politesse*, da literatura linguística francófona (cf. Kerbrat-Orecchioni 1992 e 2005). A influência dos termos originais inglês e francês, bem como as traduções posteriores de origem castelhana – *cortesía* – (cf. Haverkate 1994) e brasileira – *polidez* – (cf. Rodrigues 2003:15) criaram, entre nós, uma polifonia terminológica do trinómio *delicadeza* – *cortesía* – *polidez* que nem sempre beneficia a área. Alguns dos autores portugueses aceitam melhor o termo *cortesias* do que *delicadeza* (cf. Fonseca 1994, 1996 e Rodrigues 2003), entendendo-o como um tipo de “arquilexema” (Rodrigues 2003: 13), mas, para outros, esta escolha cria um certo desconforto, conforme esclarecido por Carreira na introdução ao artigo publicado no presente volume:

Em minha opinião, e disso testemunham alguns dos meus trabalhos publicados em português, o termo 'delicadeza', pela sua abrangência na intuição linguística dos falantes, estaria mais apto do que o termo 'cortesia' a designar um domínio de estudo polifacetado que contemple tanto a intencionalidade e a relação interpessoal e social, como as manifestações verbais e não verbais e suas regras de funcionamento. Contudo, no estado atual, a aliança entre o português e o espanhol elegeu 'cortesia'. (...). Respeitando este consenso terminológico e o título do nosso congresso, adotarei pois o termo metalinguístico 'cortesia', desligando-o assim em grande parte da intuição que dele tenho na linguagem corrente – o que não aconteceria com o termo 'delicadeza'.

(Carreira 2014: 30)

Todos os estudos mencionados em cima referenciam o fenómeno da *delicadeza/cortesia* relacionando-o com as escolhas linguísticas mitigadas (e/ou atenuadas) que visam a modificação de atos de discurso com valores ilocutórios mais ameaçadores, estando, assim, estabelecida a relação entre o fenómeno da *delicadeza/cortesia* e a *teoria das faces* (ou *trabalho de figuração*) de Goffman (1967). A evolução na análise deste trabalho de gestão das faces permitiu a Kerbrat-Orecchioni (2002: 272; 2005) estudar as estratégias discursivas que se relacionam não só com os atos ameaçadores do discurso ("*Face Threatening Acts = FTA's*"), mas também com os atos que valorizam as faces do interlocutor ("*Face Flattering Acts = FFA's*").

Desde então, diversos autores reequacionaram a universalidade do modelo de Brown e Levinson (1978), reconfiguraram-no e destacaram a importância de estudar a expressão da *cortesia/delicadeza* em contextos interculturais diversos (cf. Kerbrat-Orecchioni 2002), tendo em consideração línguas diferentes e reanalisando as críticas ao modelo inicialmente escolhido (Kasper 1990, entre outros). Na sequência destes últimos estudos, põe-se em causa a universalidade das teorias sobre a *delicadeza* e a neutralidade do termo "ser cortês" em confronto com o termo marcado de "ser descortês", destacando-se a necessidade de visitar estas teorias e propondo-se a necessidade de um enquadramento teórico que (re)estabeleça relações mais integradas entre o linguístico e a teoria social.

Tais preocupações teóricas encontram-se ausentes do *Prólogo*, sendo totalmente silenciado o carácter fundamental do enquadramento linguístico

no domínio de análise da *cortesia/ delicadeza*. Em vez disso, surge uma suposta *universalidade* do fenómeno defendida pela autora do mesmo *Prólogo*:

A constatação da importância central da cortesia no comportamento humano (...) levou à consideração deste fenómeno universal, omnipresente em todas as sociedades, mas dificilmente delimitável e apreensível, como objeto de estudo de áreas disciplinares assaz distintas, caso dos estudos literários e artísticos, da história, da sociologia ou da linguística.

(Seara 2014: 11, sublinhados nossos)

Perante o anteriormente exposto, a posição acima adotada é inconcebível: o fenómeno da *cortesia/ delicadeza* não só não pode ser considerado *universal*, conforme argumentado em cima, como – e ao contrário do que se assume na citação apresentada – é “delimitável” e “apreensível”, resultando da análise viabilizada pelo enquadramento teórico consagrado na área da linguística, na sequência da investigação desenvolvida no mundo inteiro ao longo de décadas e que estabelece relações entre o linguístico e o social.

O termo *cortesia*, assumido pela autora da coletânea, é assumido no *Prólogo* do livro por ser aquele que, pretensamente, traduz melhor a intenção de dar ao livro um cunho interdisciplinar: “ (...) os textos atestam que a cortesia é indubitavelmente um fenómeno sociocultural e, como tal, deve ser estudada numa perspetiva interdisciplinar (...)” (Seara, 2014: 16, sublinhados nossos) e “Os estudos linguísticos, literários, retóricos, sociológicos, históricos, antropológicos, que aqui se apresentam, sublinham incontestavelmente a importância de que se reveste a cortesia no discurso (...)” (Seara, 2014: 25). No entanto, o livro não trata da necessidade de uma abordagem interdisciplinar, que nunca chega a ser explicitada ou consubstanciada, porque a área em que a temática se insere dispõe de um enquadramento teórico próprio e bem estabelecido. Aliás, na dedicatória do livro, a organizadora da coletânea aponta para o papel tutelar da sua orientadora, Maria Emília Ricardo Marques, linguista da Universidade Aberta, que foi quem – segundo as palavras da própria – a “... ensinou a espiolhar as formas de cortesia” (Seara, 2014: 9), o que reforça, naturalmente, as raízes reconhecidamente linguísticas da área. É importante sublinhar,

aqui, que é a Marques (1988) que se deve a distinção entre a *delicadeza* e a *deferência* em Português (que, aliás, acabou por não vingar na literatura da especialidade): a autora associa a intenção de *delicadeza* à intenção de não ferir a sensibilidade do outro, por via de atenuação e uma certa vagueza discursiva, enquanto a *deferência* se exprime através de formas honoríficas e de emprego de certos registos.

Contrariando as pretensões interdisciplinares assumidas no *Prólogo*, a coletânea demonstra, no entanto, um cunho predominantemente linguístico, consubstanciado pelos três textos principais, da autoria de três destacados linguistas de renome internacional da área da Pragmática Linguística e autores das conferências plenárias do respetivo Congresso. Trata-se, em primeiro lugar, de contributos de duas das maiores representantes da área da *delicadeza*, de renome internacional: do artigo "*Cortesia e proxémica: abordagem semântico-pragmática*", de Maria Helena Araújo Carreira, da Universidade Paris 8, e do artigo "*Polidez e impolidez nos debates políticos televisivos: o caso dos debates entre dois turnos dos presidentes franceses*", da autoria de Catherine Kerbrat-Orecchioni, da Universidade Lyon 2. Infelizmente, o segundo texto, em vez de surgir no original francês, é apresentado numa tradução não muito feliz em Português do Brasil, que choca o leitor português pela proliferação de neologismos entre nós desconhecidos como, por exemplo, '*polidez ordinária*', '*impolidez*', '*atividade de polimento*', '*sequência polida/ impolida*', '*hiperpolidez*', '*polirruidez*', os quais introduzem desnecessariamente ruído terminológico na área. O terceiro artigo proveniente da sessão plenária do Congresso é da autoria de António Briz Gómez, da Universidade de Valência, e intitula-se "*La atenuación lingüística. Esbozo de una propuesta teórico-metodológica para su análisis*", reforçando a componente de atenuação na área dos estudos sobre a *delicadeza*.

O cunho linguístico incutido pelos três textos principais do livro mantém-se ao longo da coletânea pela mão de autores de origens diversas; destacam-se, entre eles, sobretudo, os autores brasileiros, bem como os investigadores provenientes da Alemanha, Marrocos, Hungria, Roménia, Polónia ou Colômbia, sendo a maioria dos textos apresentada em português (português europeu ou o português do Brasil) e outros em francês, castelhano ou inglês. Os investigadores portugueses que apresentam os artigos na

coletânea são muito poucos, sendo representadas apenas as Universidades do Porto (p.ex., Alexandra Pinto), Minho (p. ex., Aldina Marques) e Évora (p. ex., Maria Helena Saianda e Olga Gonçalves). Tendo em consideração o trabalho desenvolvido em Portugal na área da Pragmática, nos últimos vinte anos, em geral, e muito especialmente, na área da *delicadeza*, estranha-se a ausência da contribuição dos investigadores provenientes, por exemplo, da Universidade Nova de Lisboa (cf. Rodrigues 2003) ou da Universidade Aberta (Almeida 1996, 2005 e 2013; Seara 1999).

Os artigos reunidos na coletânea abrangem um significativo leque de discursos, sendo o mais representado o discurso político (p. ex., os artigos de Marques; Braz; Manole; Wroblewska-Pawlak e Kostro), além do discurso publicitário (p. ex., Pinto; Herget e Alegre), diplomático (p. ex., Bruschi; Martins), o discurso do quotidiano (p. ex., Fávero) e dos ambientes virtuais (p. ex., Cabral), o discurso dos media (p. ex., Andrade) e o discurso literário (p. ex., Rodrigues; Carvalho; Gebara). Destacam-se, também, os artigos que focam o ensino da *delicadeza*, por exemplo, em contexto de língua não-materna (p. ex., Gardosi; Silva e Albuquerque), e a tradução (Warrot). Os enquadramentos teóricos citados pelos autores dos textos baseiam-se quase exclusivamente nos trabalhos históricos fundamentais de Pragmática Linguística, da autoria de Brown e Levinson (1987), Kerbrat-Orecchioni (1992 e seguintes) e Carreira (1997 e seguintes), o que não só demonstra a importância da temática da *delicadeza/ cortesia* nos estudos linguísticos de Pragmática como também dilui quer as pretensões da interdisciplinaridade quer a “difícil apreensibilidade” dos estudos existente na área, avançada pela organizadora do volume.

Por conseguinte, e ao contrário daquilo em que se insiste no *Prólogo*, a temática em apreço não apresenta “ambiguidade” nem “necessita de ser reinventada” (Seara, 2014: 11), porque dispõe de um aparelho teórico-metodológico forte, conforme defendido pelos próprios investigadores representados na coletânea. Expressões como “A ambiguidade da noção de cortesia, a multiplicidade de definições que despoleta, impelem-nos a questionar as seculares antonímias...” (Seara, 2014: 11) ou “A cortesia, a delicadeza, necessitam de ser reinventadas.” (Seara, 2014: 11) deixam o leitor consternado não só pela sintaxe e pontuação utilizadas, mas também pelas constatações que não encontram justificação teórica possível. Pelo

contrário, o leitor está perante um conjunto interessante de análises fundamentalmente linguísticas, ancoradas numa tradição científica bem estabelecida e visivelmente em plena expansão, através de línguas e culturas diversas, dado o espectro alargado dos discursos por ela abrangidos, característica que constitui uma grande mais-valia do livro. É a primeira vez que, na linguística portuguesa, se reúne um conjunto de trabalhos tão variado e subjugado ao tema de *cortesia/ delicadeza*, iniciativa que merece, naturalmente, todo o apreço e o devido destaque.

No entanto e tal como tem vindo a ser demonstrado ao longo do presente texto, existem, nesta coletânea, aspetos menos bem conseguidos, tal como o já mencionado *Prólogo*, assinado por Isabel Roboredo Seara. Algumas das partes deste texto introdutório (sobretudo, as que dizem respeito às páginas 12 e 13) surgem escritas, por vezes, num estilo telegráfico, com uma frase por parágrafo, para, a seguir, se diluírem entre o afetado e o barroco, sem conteúdo nem pertinência. É também confuso o trabalho de edição do livro, deixando-se visíveis inúmeras gralhas e erros. Assim, por exemplo, na folha de rosto da edição, bem como na nota editorial, o nome de Isabel Roboredo Seara surge como “autora” do livro, sem a indicação habitual de “(org.)” ou “(coord.)”, especificação que refletiria o real papel por ela desempenhado, circunscrito à organização dos artigos, à apresentação do *Prólogo* e à parceria na respetiva edição; no entanto, na capa, por baixo do nome, surge a indicação menos visível de “direção e coordenação”. Esta diluição de informação e não cumprimento de normas editoriais geralmente aceites interfere na boa receção do livro.

A coletânea iria, sem dúvida, ganhar, também, com uma boa introdução teórica, que permitisse enquadrar devidamente a riqueza dos discursos abordados nos artigos reunidos, bem como a diversidade dos contextos apresentados, contribuindo para destacar e valorizar uma área da linguística presentemente em plena expansão. Este domínio de estudo não precisa de nenhum pretensão *tratamento interdisciplinar* nem de nenhuma *(re)invenção*, conforme sugerido pelo título publicitário da coletânea; precisa, sim, do trabalho rigoroso de análise linguística séria, no âmbito do enquadramento teórico bem estabelecido, na senda da investigação rigorosa, desenvolvida entre nós há várias décadas.

REFERÊNCIAS

- Almeida, Carla Aurélia de 1996. *O acto ilocutório de oferta em português. Organização e funcionamento em interacções do quotidiano*. Porto, Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Almeida, Carla Aurélia de 2005. *Discurso radiofónico português: padrões de organização sequencial, actos e estratégias de discurso, relações interactivas e interlocutivas*, Dissertação de Doutoramento em Linguística, especialidade Linguística Portuguesa, Universidade Aberta.
- Almeida, Carla Aurélia de 2013. Contributos para o estudo da configuração dos rituais verbais de *descortesia* em programas de rádio portugueses. In: Silva, F., Falé, I. & Pereira, I. (Eds.), *Textos Seleccionados, XXVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Coimbra: APL, 59-77.
- Brown, Penelope & Stephen Levinson 1978. Universals in language Use: Politeness phenomena. In: Goody, E. (Ed.), *Questions and politeness: strategies in social interaction*. Cambridge: Cambridge University Press, 56-289.
- Brown, Penelope & Stephen Levinson 1987. *Politeness. Some Universals in Language Use*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Carreira, Maria Helena Araújo 1997. *Modalisation linguistique en situation d'interlocution: proxémique verbale et modalités en portugais*. Louvain – Paris: Éditions Peeters.
- Carreira, Maria Helena Araújo 2001. A delicadeza em Português. Para o estudo das suas manifestações linguísticas. In Carreira, M. H. Araújo 2001. *Semântica e Discurso. Estudos de linguística portuguesa e comparativa (Português/Francês)*. Porto : Porto Editora, 82-93.
- Carreira, Maria Helena Araújo 2014. Cortesia e proxémica: abordagem semântico-pragmática. In: Seara, Isabel Roboredo (coord.). 2014. *Cortesia: Olhares e (Re) Invenções*. Lisboa: Isabel Roboredo Seara e Chiado Editora, 27-46.
- Fonseca, Joaquim 1994. *Pragmática linguística. Introdução, teoria e descrição do Português*. Porto: Porto Editora.
- Fonseca, Joaquim 1996. O discurso de Corte na Aldeia de Rodrigues Lobo - o Diálogo I, *Revista da Faculdade de Letras do Porto - Línguas e Literaturas*, Porto, Vol. XIII, 87-145.
- Goffman, Erving 1967. *Interaction Ritual: Essays in Face to Face Behavior*. New York.
- Haverkate Henk 1994. *La cortesía verbal. Estudio pragmalingüístico*. Madrid: Editorial Gredos.

- Kasper, Gabriele 1990. Linguistic politeness: current research issues. *Journal of Pragmatics*, 14, 2, 193-218.
- Kerbrat-Orecchioni, Catherine 1992. *Les interactions verbales. II*. Paris : Armand Colin.
- Kerbrat-Orecchioni, Catherine 2002. Politesse en deçà des Pyrénées, impolitesse au-delà: retour sur la question de l'universalité de la (théorie de la) politesse. *Marges Linguistiques*, 1-18, from the World Wide Web: <http://icar.univ-lyon2.fr/Equipe1/documents/MargesKerbrat.pdf>
- Kerbrat-Orecchioni, Catherine 2005. *Le discours en interaction*. Paris: Armand Colin.
- Marques, Maria Emília Ricardo 1988. *Complementação verbal. Estudo sociolinguístico*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em Linguística apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Rodrigues, David Fernandes 2003. *Cortesia Linguística. Uma Competência Discursivo-Textual*, Dissertação de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.
- Seara, Isabel Roboredo 1999. Formas de felicitação e congratulação: elementos para o seu estudo. In: *Actas do XIV Encontro Nacional da APL* (Aveiro 28-30 de setembro de 1998) (Vol. II). Braga: Associação Portuguesa de Linguística, 419-429.
- Seara, Isabel Roboredo (coord.). 2014. *Cortesia: Olhares e (Re)Invenções*. Lisboa: Isabel Roboredo Seara e Chiado Editora.

Janete dos Santos Bessa NEVES. Corre Voz no jornalismo do início do século XIX. Estudo semântico-enunciativo do Correio Braziliense e da Gazeta de Lisboa. Jundiaí, São Paulo: Paco Editorial, 2012. 208 pp.
ISBN 978-85-8148-049

Isabel Margarida Duarte
iduarte@letras.up.pt

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

Janete dos Santos Bessa Neves é doutora em Letras pela PUC Rio, onde leciona, e fez um pós-doutoramento na Universidade Nova de Lisboa. Da investigação realizada durante essa estadia em Portugal resulta este livro.

Nesta obra, que dá conta de uma pesquisa financiada pela CAPES, a autora estuda questões de modalidade linguística e também o conceito de mediativo num *corpus* de jornais do início do século XIX, da época da ida da família real portuguesa para o Brasil, a saber: o *Correio Braziliense* (entre 1808 a 1822) e a *Gazeta de Lisboa* (entre 1808 e 1820). Janete Neves procurou identificar e compreender estratégias linguísticas de modalização e de distanciamento enunciativo no discurso jornalístico da época, que poderíamos considerar os primórdios do jornalismo brasileiro, período caracterizado por especificidades muito próprias. Concluiu que as fontes das notícias raramente eram identificadas e que parte significativa dessas notícias se baseavam em “rumores”, em vozes anónimas e textos por vezes manuscritos, a partir dos quais, por mecanismos de inferência, os textos noticiosos eram elaborados. As fontes usadas, muitas vezes anónimas, podiam também ser jornais estrangeiros, cartas particulares, informações de diplomatas. Considerando também estes dados, a autora estudou a construção da informação. Do estudo realizado, ressalta a conclusão de que havia, em inícios do século XIX, uma maior proximidade entre notícia e texto de opinião, comparativamente com o que sucede nos nossos dias. Os acontecimentos políticos e militares que atravessavam a Europa eram

propícios, aliás, à proliferação de opiniões, não sendo de admirar que a subjetividade estivesse presente no jornalismo.

O livro que agora se aprecia é de indiscutível interesse não só para quem se ocupa de análise do discurso, nomeadamente do discurso de imprensa, mas também para especialistas em jornalismo e ciências da comunicação. Por outro lado, a sua leitura parece-nos também de inegável utilidade para os que estudam o fenómeno da modalidade e a questão do mediativo, independentemente de essa análise ter como *corpus* textos de imprensa ou outros de diversos géneros.

Do ponto de vista teórico, a autora situa a sua investigação no âmbito da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas de Culioli e, dentro desse quadro conceptual, procura identificar valores modais epistémicos mas também deônticos e apreciativos, como Helena Topa Valentim salienta, na breve Apresentação da obra. Além disso, a análise recorre, com sucesso, ao conceito de mediativo de Guentchéva, ou seja, à ideia de que as informações referidas pelo enunciador (neste caso, o jornalista) não são da sua responsabilidade, porque ele teve delas conhecimento a partir de uma outra fonte. A autora socorre-se ainda, entre muitos outros, dos estudos de Henriqueta Costa Campos sobre a modalidade.

O livro divide-se em 6 capítulos, seguidos de uma conclusão e de um Anexo. Depois da Introdução e de apresentar claramente qual o objeto de estudo, contextualizando-o (cap.2), Janete Bessa problematiza, no 3º capítulo, a relação opinião / notícia e diferencia o jornalismo de inícios do século XIX do de hoje. No ponto 4., resume alguns estudos centrais e clássicos sobre modalidade e afunila, em seguida, no cap. 5., para a conceção de modalidade dentro da teoria enunciativa perfilhada, centrando-se na modalidade epistémica, e tendo ainda em conta os efeitos de assunção e de distanciamento provocados por marcadores modais desse tipo. Por fim, apresenta a noção de mediativo, de grande pertinência teórica para a análise que se segue. O ponto 6, momento central da obra, constitui o estudo empírico, analisando a autora, de forma convincente, diferentes marcadores de modalidade (epistémica, deôntica e apreciativa) e de mediativo, nos dois periódicos em causa. Depois da conclusão e das referências, segue-se um Anexo com notícias da *Gazeta de Lisboa*, de 1808 a 1820.

Um dos aspetos interessantes da obra é a contextualização histórica

que é feita e que melhor permite compreender o tipo de jornalismo de que se dá conta, porque, em parte, algumas das suas marcas decorrem do período histórico conturbado que viu surgir os dois periódicos, com as guerras napoleónicas a devastarem a Europa. A apresentação de cada um dos jornais é também fundamental. O *corpus* usado é muito expressivo: 589 enunciados da *Gazeta* e 227 do *Correio Braziliense*.

A expressão que dá título ao livro “Corre voz de que”, retirada de uma notícia de 1809, da *Gazeta de Lisboa*, é paradigmática do grau de imprecisão das notícias da época. Num outro exemplo, de 1817, diz-se “A 15 deste mez **deve** chegar aqui [...]. **Parece** que receberá [...]”¹. Apesar de concordarmos com a autora quando diz que “um jornal contemporâneo não daria notícias dessa forma” (p.13), não podemos esquecer-nos que o verbo “poder”, por exemplo, está muito presente nas notícias atuais, com um efeito modal idêntico ao dos elementos sublinhados². Aliás, a autora, ao confrontar a época em apreço com os nossos dias, explica como as questões de tipo judicial, configurando, hoje, uma ameaça ou uma forma de pressão para o jornalista, “requerem um distanciamento do sujeito em relação tanto aos fatos como às fontes de informação” (p. 20). Ora, um dos objetivos do estudo é verificar se estratégias de modalização (quer de assunção quer de distanciamento) também estão presentes nos enunciados jornalísticos da época em estudo. Por isso Janete Bessa elenca um conjunto vasto de marcas de subjetividade nas notícias dos periódicos oitocentistas estudados que são, apesar de tudo, mais frequentes e evidentes do que nos nossos dias, dado que questões como a objetividade e a imparcialidade na imprensa apenas surgiram por volta de 1830, como a autora refere (cf. p. 27). As tomadas de posição por meio de adjetivos e da escolha de léxico subjetivo indicam que a imprensa de inícios de oitocentos era predominantemente persuasiva. Como a autora afirma “[...] não havia propriamente notícia, havia basicamente opinião e a notícia entrava na medida em que alguém a usava para dar reforço ao seu ponto de vista.” (p. 31). Um exemplo bem analisado por Janete Bessa é o das perguntas de retórica através das quais, segundo Culioli, não se pretende obter informação nem confirmação mas apenas se coloca em causa as posições atribuídas a um outro de quem se discorda. O

¹ Negrito meu.

² Ver Duarte 2013, para os verbos *poder* e *dever* nos títulos de notícias.

ponto de vista do enunciador é visível linguisticamente através das marcas de modalidade que a autora elenca. Além do dito, do conteúdo proposicional do enunciado, temos de ter em conta o ponto de vista do enunciador sobre esse dito. No cap. 5, a autora refere diferentes manifestações de modalidade, com base, por exemplo, no que Fátima Oliveira sobre ela escreveu em Mateus *et al.* (2003). Refere os verbos modais, advérbios de frase, adjetivos, “frases genéricas que admitem a expressão da capacidade ou possibilidade” (p. 48) e alguns tempos verbais. Falta referir, a meu ver, o futuro perfeito ou futuro composto que, no Português Europeu, tem um inegável valor modal e mediativo, com efeito de distanciamento enunciativo.

Porque situa o seu trabalho de investigação no âmbito da teoria de Culioli, a autora resume os seus traços centrais no cap. 5, com destaque para a modalidade epistémica que Janete Bessa apresenta de forma escalar, indicando que marcadores estão do lado do “não certo” e quais do lado do “certo”, e distribuindo os restantes ao longo de uma escala. Centra-se, sobretudo, na análise dos verbos modais *dever* e *poder*, bem como nas interrogações retóricas. Como dissemos já, também ao conceito de mediativo é dedicado espaço neste estudo. Mediativo é praticamente tomado como sinónimo de evidencial. Com efeito, como a autora sublinha, nem todas as línguas têm recursos morfológicos que identifiquem o mediativo. Retomando a definição de Dendale & Tasmowski (1994), um marcador mediativo define-se como “uma expressão linguística que surge no enunciado e que indica que a informação transmitida nesse enunciado foi retomada pelo locutor a outrem ou foi criada pelo próprio locutor, através de uma inferência ou de uma percepção.” (p. 77-78). Ora, perante o conhecimento construído por inferência, o enunciador distancia-se ou assume a respetiva validação. E isto é feito através de marcadores de modalidade como *he certíssimo*, *he verdade*, *he certo*, *he sem duvida* (expressões de validação total) e expressões de validação parcial como *he provavel*, *he mui provavel*, *he possivel*, *he mui possivel*, entre muitos outros marcadores recenseados pela autora. Também o elenco das fontes de informação do enunciador é eloquente, dado que elas vão dos anónimos e particulares (“Sabemos por via de pessoa em que podemos confiar”, p. 104), ao simples boato (“Corre pelo Continente hum boato de que” ou “Espalhou-se hum rumor”, p. 105), num processo que é, apesar de tudo, menos objetivo e exigente eticamente

do que nos nossos dias. Dentro deste apartado, cabe a análise das formas de impessoalização que revelam um sujeito indeterminado (“dizem”, “falla-se”, etc.) ou a informação compartilhada: “quando o enunciador compromete o coenunciador na validação da relação predicativa” (p. 108) por meio de uma generalização, como se não houvesse contestação possível (“Ninguem duvida aqui de que”, p. 108).

As conclusões da análise são claras e convincentes, revelando que o quadro teórico foi adequado para o estudo dos fenómenos linguístico-enunciativos em causa. Resta acrescentar que o Anexo com notícias da *Gazeta de Lisboa* é útil, dado que não estão disponibilizadas *online*.

REFERÊNCIAS

- Dendale & Tasmowski (1994). L'évidentialité ou le marqueur des sources du savoir. *Langue française* 102 (1), 3-7.
- Duarte, I. M. (2013). Titres journalistiques et dialogisme: la «une» du quotidien *Público*. Casanova Herrero, Emili, Calvo Rigual, Cesareo. (Eds.) *Actas del XXVI Congreso Internacional de Lingüística y de Filología Románicas*. Berlín: Walter de GRUYTER (vol. VI) 441-450.
- Guentchéva, Z. (1996). Avant-propos et Introduction. In Z. Guentchéva (Ed.): *L'énonciation médiatisée*. Paris: Bibliothèque de l'information grammaticale, 9-18.
- Mateus, M. H. et al. (2003). *Gramática da Língua Portuguesa* (5ª edição, revista e aumentada). Lisboa: Editorial Caminho.

LINGUÍSTICA

REVISTA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Espaço da direção

Artigos

Functional verbs in Gungbe: the case of inherent complement verbs,
Enoch O. Aboh

Quantas sílabas tem “chá(v)e(n)a”? Sobre o impacto dos apagamentos vocálicos
na segmentação silábica de crianças no ensino pré-escolar
Maria João Freitas, Catarina Afonso, Adelina Castelo

O modelo BiPhon e a fonologização de traços e segmentos na aquisição da linguagem
Carmen Lúcia Barreto Matzenauer

Quem é que faz uma coisa destas? - Estratégias de ratificação
de enunciados narrativos produzidos em situação de interação oral
Armindo J. B. de Moraes

«Os possessivos estão-me a complicar o ensino»:-)
Um estudo do dativo possessivo em português baseado em corpos
Diana Santos

Infinitival *before* and *after*-clauses in European Portuguese:
temporal and aspectual properties
Purificação Silvano, Luís Filipe Cunha

Outros

Sobre *Is The Man Who Is Tall Happy?* (Michel Gondry, França, 2013)
e uma entrevista de Juan e Paulo Branco a Noam Chomsky
João Veloso

Recensões

I.R.Seabra (dir. e coord.) *Cortesia: Olhares e (Re)Invenções*
Hanna Batoréo

J. S. Bessa Neves. *Corre Voz no jornalismo do início do século XIX.*
Estudo semântico enunciativo do Correio Braziliense e da Gazeta de Lisboa.
Isabel Margarida Duarte

VOLUME 10

ANO 2015